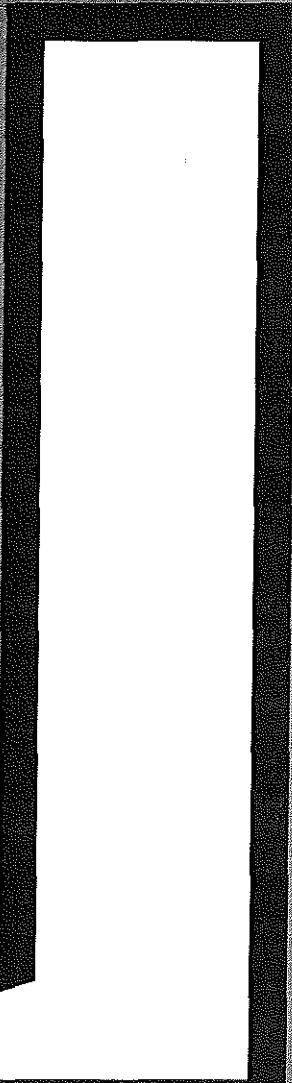
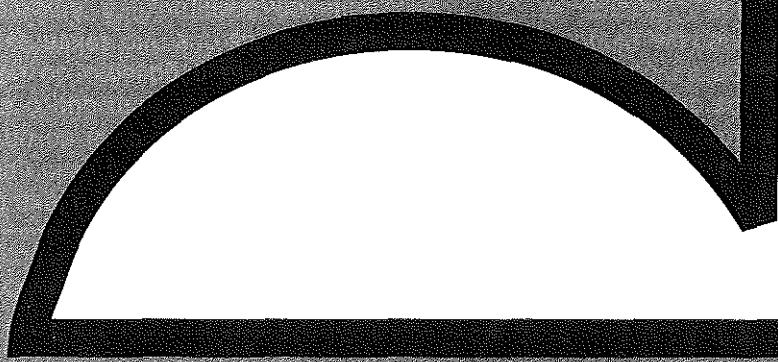


EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIV - Nº 010

SÁBADO, 16 DE JANEIRO DE 1999

BRASÍLIA - DF

EXEMPLAR ÚNICO

MESA		
Presidente <i>Antonio Carlos Magalhães - PFL - BA</i> 1º Vice-Presidente <i>Geraldo Melo - PSDB - RN</i> 2º Vice-Presidente <i>Júnia Marise - Bloco - MG</i> 1º Secretário <i>Ronaldo Cunha Lima - PMDB - PB</i> 2º Secretário <i>Carlos Patrocínio - PFL - TO</i>	3º Secretário <i>Flaviano Melo - PMDB - AC</i> 4º Secretário <i>Lucídio Portella - PPB - PI</i> Suplentes de Secretário <i>1º Emilia Fernandes - Bloco - RS</i> <i>2º Lúdio Coelho - PSDB - MS</i> <i>3º Joel de Hollanda - PFL - PE</i> <i>4º Marluce Pinto - PMDB - RR</i>	
CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor(1) <i>Romeu Tuma - PFL - SP</i> Corregedores Substitutos(1) <i>Ramez Tebet - PMDB - MS</i> <i>Joel de Hollanda - PFL - PE</i> <i>Lúcio Alcântara - PSDB - CE</i>	PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores(2) <i>Nabor Júnior - PMDB - AC</i> <i>Djalma Bessa - PFL - BA</i> <i>Emilia Fernandes - Bloco - RS</i> <i>José Ignácio Ferreira - PSDB - ES</i> <i>Lauro Campos - Bloco - DF</i>	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO GOVERNO Líder <i>Elcio Alvares - PFL - ES</i> Vice-Líderes <i>José Roberto Arruda - PSDB - DF</i> <i>Ramez Tebet - PMDB - MS</i> <i>Romeu Tuma - PFL - SP</i> LIDERANÇA DO PFL Líder <i>Hugo Napoleão</i> Vice-Líderes <i>Edison Lobão</i> <i>Francelino Pereira</i> <i>Gilberto Miranda</i> <i>Romero Jucá</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Júlio Campos</i>	LIDERANÇA DO PMDB Líder <i>Jader Barbalho</i> Vice-Líderes <i>Nabor Júnior</i> <i>Gerson Camata</i> <i>Carlos Bezerra</i> <i>Ney Suassuna</i> <i>Fernando Bezerra</i> <i>Gilvan Borges</i> LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO Líder <i>Eduardo Suplicy</i> Vice-Líderes <i>Sebastião Rocha</i> <i>Antonio Carlos Valadares</i> <i>Roberto Freire</i> <i>José Eduardo Dutra</i>	LIDERANÇA DO PSDB Líder <i>Sergio Machado</i> Vice-Líderes <i>Osmar Dias</i> <i>Jefferson Péres</i> <i>José Ignácio Ferreira</i> LIDERANÇA DO PPB Líder <i>Leomar Quintanilha</i> Vice-Líderes <i>Esperidião Amin</i> LIDERANÇA DO PTB Líder <i>Odacir Soares</i>

Atualizada em 4-11-98

(1) Reeleitos em 2-4-97

(2) Designação: 16 e 23-11-95

EXPEDIENTE	
<i>Agaciel da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Claudionor Moura Nunes</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>Júlio Werner Pedrosa</i> Diretor da Subsecretaria Industrial	<i>Raimundo Carreiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Marcia Maria Correa de Acevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 10ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 15 DE JANEIRO DE 1999

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Pareceres

Nºs 33 e 34, de 1999, das Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 1997 (nº 1.207/91, na Casa de origem), que altera o § 4º da Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, dando maiores possibilidades de correção do mosto em fermentação.....

01591

1.2.2 – Comunicação da Presidência

Abertura de prazo de dois dias úteis, após o início da próxima sessão legislativa ordinária, para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que o Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 1997, cujos pareceres foram lidos anteriormente, continue sua tramitação.

1.2.3 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 5, de 1999, de autoria do Senador Joel de Hollanda, que acrescenta à Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de automóveis, dispositivo que estende o benefício a portadores de deficiência física adquirida em razão de acidente. À Publicação.....

01596

Projeto de Lei do Senado nº 6, de 1999, de autoria do Senador Francelino Pereira, que dispõe sobre a situação de municípios desmembrados na área de jurisdição da Sudene. À Publicação.

01597

1.2.4 – Ofício

Nº 25/99, do Líder do PSDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 1.727-2, de 1998.

01598

1.2.5 – Discursos do Expediente

SENADOR FRANCELINO PEREIRA – Justificativas ao Projeto de Lei do Senado nº 6, de 1999, de autoria de S. Ex^a, lido anteriormente.....

01599

SENADOR JÚLIO CAMPOS – Denúncia de abusos ocorridos durante as eleições para o Governo do Estado de Mato Grosso, constatada pelo Tribunal Eleitoral do Estado. Alerta para a necessidade da descompatibilização dos governadores durante o processo eleitoral para a reeleição.

SENADORA MARLUCE PINTO – Contestação da demarcação contínua da área denominada Raposa Serra do Sol pela Portaria nº 820, de 14 de dezembro último, do Ministério da Justiça, trazendo insatisfações na região.....

01604

SENADOR ARTUR DA TÁVOLA – Análise da política oposicionista diante da atual crise econômica brasileira. Apreensão com a crise no pacto federativo, provocada pela ação do Governador Itamar Franco.

01610

SENADOR ADEMIR ANDRADE – Preocupação com a situação das universidades do Norte do País.....

01614

1.3 – ORDEM DO DIA

Item Único

Proposta de Emenda à Constituição nº 34, de 1998, tendo como primeiro signatário o Senador Elcio Alvares, que prorroga, alterando a alíquota, a cobrança da contribuição a que se refere o art. 74 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (CPMF). Não houve oradores no segundo dia de discussão, em segundo turno.

01615

1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia
SENADOR JOEL DE HOLLANDA – Reflexão sobre o trabalho infantil no Brasil.

01615

SENADORA EMÍLIA FERNANDES – Divulgação do resultado do concurso nacional de monografias sobre o tema "Cinquentenário da Proclamação do Estado de Israel".

01617

SENADOR PAULO GUERRA – Necessidade de novos parâmetros para o pacto federativo..

01625

SENADOR JOSÉ ALVES – Considerações sobre as potencialidades da agropecuária brasileira. Dificuldades enfrentadas pelos agricultores, em particular no Estado de Sergipe. Defesa da ampliação do acesso ao crédito rural e apelo para a revisão da legislação tributária e trabalhista rural.

01626

1.3.2 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR JONAS PINHEIRO – Satisfação com a inauguração da agência do BANSICREDI – Banco Cooperativo de Crédito em Cuiabá, no Estado de Mato Grosso.

01628

1.3.3 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de Sessão Deliberativa Ordinária na próxima segun-

da-feira, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada.....	01628	Nº 90, de 1999, referente à servidora Môni- ca Maria Bastos Hubinger Tokarnia.....	01636
1.4 – ENCERRAMENTO		Nº 91, de 1999, referente ao servidor Afon- so da Rocha Campos.....	01637
2 – DISCURSO PROFERIDO EM SESSÃO ANTERIOR		Nº 92, de 1999, referente à servidora Sele- na Paula Innecco.....	01637
Do Senador Fernando Bezerra, proferi- do no dia 12 de janeiro de 1999 (republica- ção).....	01629	Nº 93, de 1999, referente à servidora Elisa- beth Oliveira Rosa e Silva.....	01638
3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL		Nºs 94 e 95, de 1999.	01639
Nº 81, de 1999, referente ao servidor Heitor Luiz Dias Trindade Júnior.....	01630	4 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
Nº 82, de 1999, referente à servidora Elisa- beth Tenório Lopes.....	01630	5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
Nºs 83 a 88, de 1999.	01631	6 – COMISSÃO PARLAMENTAR CON- JUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)	
Nº 89, de 1999, referente ao servidor Os- waldo Moreira da Silva Júnior.....	01635		

Ata da 10ª Sessão Deliberativa Ordinária em 15 de janeiro de 1999

7ª Sessão Legislativa Extraordinária da 50ª Legislatura

Presidência dos Srs.: Geraldo Melo e Joel de Hollanda.

ÀS 10 HORAS ACHAM-SE PRESENTES OS SENHORES SENADORES:

Ademir Andrade – Antonio Carlos Valadares – Artur da Távola – Bello Parga – Carlos Patrocínio – Carlos Wilson – Casildo Maldaner – Djalma Bessa – Edison Lobão – Emilia Fernandes – Flaviano Melo – Francelino Pereira – Geraldo Melo – Gilvam Borges – Guilherme Palmeira – Hugo Napoleão – Joel de Hollanda – Jonas Pinheiro – José Alves – José Eduardo Dutra – José Roberto Arruda – José Saad – Júlio Campos – Lauro Campos – Leonar Quintanilha – Leonel Paiva – Marluce Pinto – Moreira Mendes – Nabor Júnior – Osmar Dias – Paulo Guerra – Ramez Tebet – Reginaldo Duarte – Roberto Freire – Ronaldo Cunha Lima.

SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A lista de presença acusa o comparecimento de 35 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

PARECERES

PARECERES NºS 33 E 34, DE 1999

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 1997, (nº 1.207/91, na Casa de Origem) que "altera o § 4º da Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, dando maiores possibilidades de correção do mosto em fermentação".

PARECER Nº 33, DE 1999

(Da Comissão de Assuntos Econômicos)

Relator: Senador Osmar Dias

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 1997 (nº 1.207, de 1991, na Casa de Origem), que "altera o § 4º da Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988,

dando maiores possibilidades de correção do mosto em fermentação" propõe que o referido parágrafo passe a vigor com a seguinte redação:

"Art. 4º

§ 4º Ao mosto em fermentação poderão ser adicionados, alternativa ou cumulativamente, álcool vínico, mosto concentrado, sacarose e xarope de sacarose invertida, dentro dos limites e normas estabelecidas em regulamento."

Conforme a justificação apresentada, a alteração proposta objetiva aumentar as opções tecnológicas dos produtores, que, pela legislação original, estão restritas ao álcool vínico, ao mosto concentrado e à sacarose.

Menciona ainda o autor que o Centro Nacional de Pesquisa da Uva e do Vinho, da Embrapa, em estudo datado de 1989, considera que

"tendo em vista as deficiências freqüentes em açúcares das uvas destinadas à vinificação, nas condições brasileiras, a correção com sacarose (açúcar de cana) é uma prática enológica permitida.

Entre as alternativas viáveis, do ponto de vista meramente enológico, enumeram-se também o emprego de álcool vínico, mosto concentrado retificado (açúcar de uva), que por motivo econômico não são de uso corrente no setor. Recentemente, verifica-se a disponibilidade no mercado de um sucedâneo da sacarose, oferecido sob a denominação de Gludex, que corresponde a um xarope de açúcar com 7,6% Brix e com grau de pureza atestado pelo Instituto Adolfo Lutz.

Realizado na Embrapa/CNPV um estudo comparativo com sacarose nas variedades Trebbiano, Isabel e Cabernet Franc, safra de 1989, verificou-se que:

– embora o seu uso tenha causado um pequeno aumento no teor de extrato seco reduzido e no teor de sólido dos vinhos macrovinificados, conclui-se que, nas condições

da experimentação, o produto é viável de ser utilizado na correção dos mostos nas futuras safras vitícolas. Em adição, constataram-se vantagens práticas quanto ao seu aspecto de manuseio físico, de transporte, micro-biológico e de higiene, além de um custo relativo mais baixo no presente."

O projeto em análise foi apreciado na Câmara dos Deputados pela Comissão de Seguridade Social e Família, para análise específica das questões sanitárias envolvidas. Foi aprovado, tendo o relator concluído que a alteração proposta "não nos parece preocupante sob o ponto de vista da saúde pública, já que o sódio, pelo menos nas dosagens em que usualmente aparece nesses produtos, não apresenta poder tóxico ou de comprometimento da saúde."

Na Comissão de Economia, Indústria e Comércio da mesma Casa a possibilidade de correção do mosto também pela aplicação de sacarose invertida foi aprovada, pois considerou o relator que a lei já permitia a correção pelo uso de sacarose. A utilização da sacarose invertida, a par de constituir-se no mesmo produto básico, já autorizado, representa um avanço tecnológico para a correção, além de proporcionar sensível economia pelo uso de produto com maior concentração e maior higiene no processo por diminuir a manipulação de produtos e, consequentemente, diminuir os riscos de contaminação do vinho."

Não foram apresentadas objeções de ordem técnica, mas foi apresentada e acatada emenda no sentido de modificar a redação da proposta, substituindo o termo "xarope de açúcar invertido" por "xarope de sacarose invertida". A razão de tal modificação foi o entendimento do redator de que o termo "xarope de açúcar invertido" por "xarope de sacarose invertida". A razão de tal modificação foi o entendimento de redator de que o termo "xarope de açúcar invertido" permitiria a utilização de "qualquer xarope de açúcar invertido e não somente sacarose invertida."

Assim, o projeto em questão foi aprovado nas comissões da Casa de Origem, inclusive na Comissão de Constituição e Justiça e de redação, que considero tanto o projeto quanto a emenda de acordo com "os requisitos constitucionais relativos à competência concorrente, pois se trata de norma geral emanada da União sobre a produção e consumo (art. 24,V), a atribuição do Congresso Nacional, com posterior sanção do Presidente da República (art. 48, caput); e à legitimidade da iniciativa parlamentar concorrente (art. 61, caput)". Entretanto, a referida Comissão considerou que tanto o projeto quanto a

emenda apresentaram incorreções de técnico legislativo e de redação, tendo sido oferecida e acatada subemenda com a finalidade de sanar os defeitos encontrados.

Assim, o texto em análise no Senado foi apreciado e aprovado por três comissões na Câmara dos Deputados, tendo sofrido duas emendas que sem alterarem o objetivo do projeto, aperfeiçoaram a parte técnica e os aspectos legislativo e de redação.

Não foram apresentadas emendas. É o relatório.

II – Voto

A integração dos países que compõem o Mercosul passa pelo estabelecimento de legislação comum aos mesmos, que para o caso dos vinhos, está consubstanciada no Regulamento Vitivinícola do Mercosul aprovado pela Resolução nº 45/96, que entrou em vigor em 1º de agosto de 1996.

No Capítulo X, das Disposições Especiais do Regulamento consta que os países membros, antes de 1º de janeiro de 1998, proporiam um mecanismo de substituição gradual da sacarose por açúcares derivados da uva e que é considerada benéfica a substituição de qualquer produto não vinícola na elaboração de vinhos e no enriquecimento do mosto.

No Capítulo III, Prática Enológicas Permitidas, da resolução anteriormente mencionada temos, no item 3.6 – Enriquecimento de Mostos, o seguinte:

3.6.1 – Definición: adición de açúcares al mosto para verificar esta práctica no es permitida en Argentina.

3.6.2 – Objetivo: corregir eventuales deficiencias en el contenido de azúcar, del mosto cunado se presentan condiciones desfavorables para alcanzar la maduración suficiente de las uvas destinadas a vinificación.

3.6.3 – Procedimiento

- a) Concentración parcial
- b) Adición de mosto concentrado
- c) Adición de mosto concentrado rectificado
- d) Adición de sacarosa (chaptalización).

Do exposto fica claro que a prática da adição de sacarose, permitida no Brasil devido às deficiências freqüentes em açúcares das uvas nacionais é resguardada na Resolução nº 45/96. Todavia, a prática continua proibida na Argentina, que, juntamente com o Chile, apresenta tradição na produção de vinhos finos

Também a adição de álcool vínico está contemplada no item 3.8 – Alcoholización de Mosto y Vinos, do Capítulo III, Práticas Enológicas Permitidas a saber:

3.8.1 – Definición: adición de alcohol vínico o potable a mostos y vinos.

3.8.2. Objetivo:

a) Elaboración de mistelas simples, compuestas y mosto alcoholizado;

b) Corregir deficiencias alcohólicas. Prática no permitida en Argentina. En Brasil solamente es permitido alcohol vínico;

c) Elaboración de vinos licorosos, compuestos y jeropiga.

Outra vez a prática, permitida no Brasil e proibida na Argentina, foi mantida no Regulamento Vitivinícola do Mercosul. Assim, considerando o exame da legislação que regulamenta a vitivinicultura no Mercosul, conclui-se que a mesma considera como objetivos a serem alcançados, tanto a substituição gradual da sacarose por açúcares derivados da uva, quanto a substituição de qualquer produto não vinícola na elaboração de vinhos.

É importante ressaltar que a adição de produtos não derivados da uva, como a sacarose, embora considerada necessária em determinadas circunstâncias, prejudica a competitividade do produto brasileiro no mercado internacional, cada vez mais exigente no que se refere à qualidade do produto.

Dentro deste contexto, a União Brasileira de Viticultura, (Uvibra) manifestou-se contrária a proposta, por entender que qualquer modificação a ser introduzida na Lei dos Vinhos deve ser no sentido de eliminar a adição de produtos não provenientes da própria uva e do vinho. Reconhece que "os acordos efetuados no Mercosul eliminaram qualquer possibilidade de uso do produto xarope de sacarose invertida, visto que o Brasil, inclusive, deve propor plano para a eliminação gradual da sacarose". Considera ainda que "se utilizarmos esses produtos estaremos depondo contra a imagem do vinho brasileiro perante a comunidade vinícola mundial."

Também o Ministério da Agricultura através da Coordenação de Inspeção Vegetal (CIV) do Departamento de Defesa e Inspeção Vegetal (DDIV), manifestou-se de forma contrária a proposta. Entende o referido órgão que a prática proposta no projeto de lei em análise "irá contrariar dispositivos da Resolução nº 45/96 – GMC que aprova o Código Vitivinícola do Mercosul, pois, quando da negociação, os países membros propuseram um mecanismo de substi-

tuição gradual da sacarose por açúcares derivados da uva, além da não utilização de produtos não derivados da uva na elaboração de vinhos. O uso de sacarose é uma prática prevista na Lei que ora se cogita modificar. O que se questiona é a extensão de uso para o produto na fase líquida, o que também agregará água ao mosto de uva. A possibilidade de uma eventual adição de água ao mosto de uva se constitui prática não aceita mundialmente e, sendo o Brasil membro do Escritório Internacional da Uva e do Vinho, não seria salutar adotar esse tipo de procedimento."

Do exposto, considerando os acordos internacionais vigentes e no interesse de proteger a vitivinicultura nacional, recomendamos que o Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 1997 não seja aprovado.

É o voto.

Sala das Comissões, 2 de junho de 1998. – **Pedro Piva**, Presidente – **Osmar Dias**, Relator – **Jonas Pinheiro** – **Júlio Campos** – **José Fogaça** – **José Eduardo Dutra** – **Leonel Palva** – **Gilberto Miranda** – **Bello Parga** – **José Bianco** – **Jefferson Péres** – **Vilson Kleinübing** – **Esperidião Amin** – **Levy Dias** – **Lauro Campos**.

PARECER Nº 34, DE 1999

(Da Comissão de Assuntos Sociais)

Relator: Senador Osmar Dias

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 1997 (nº 1.207, de 1991, na Casa de Origem), que "altera o § 4º da Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, dando maiores possibilidades de correção do mosto em fermentação" propõe que o referido parágrafo passe a vigor com a seguinte redação:

"Art. 4º

.....
§ 4º Ao mosto em fermentação poderão ser adicionados, alternativa ou cumulativamente, álcool vínico, mosto concentrado, sacarose e xarope de sacarose invertida, dentro dos limites e normas estabelecidos em regulamento."

Conforme a justificação apresentada, a alteração proposta objetiva aumentar as opções tecnológicas dos produtores, que, pela legislação original, estão restritas ao álcool vínico, ao mosto concentrado e à sacarose.

Menciona ainda o autor que o Centro Nacional de Pesquisa da Uva e do Vinho, da Embrapa, em estudo datado de 1989, considera que

"tendo em vista as deficiências freqüentes em açúcares das uvas destinadas à vinificação, nas condições brasileiras, a correção em sacarose (açúcar de cana) é uma prática enológica permitida.

Entre as alternativas viáveis, do ponto de vista meramente enológico, enumeram-se também o emprego de álcool vínico, mosto concentrado retificado (açúcar de uva), que por motivos econômicos não são de uso corrente no setor. Recentemente, verifica-se a disponibilidade no mercado de um sucedâneo da sacarose, oferecido sob a denominação de Gludex, que corresponde a um xarope de açúcar com 7,6% Brix e com grau de pureza atestado pelo Instituto Adolfo Lutz.

Realizado na Embrapa/CNPUV um estudo comparativo com sacarose nas variedades Trebbiano, Isabel e Cabernet Franc, safra de 1989, verificou-se que:

– embora o seu uso tenha causado um pequeno aumento no teor de extrato – seco reduzido e no teor de sódio dos vinhos microvinificados, conclui-se que, nas condições da experimentação, o produto é viável de ser utilizado na correção dos mostos nas futuras safras vinícolas. Em adição, constataram-se vantagens práticas quanto ao seu aspecto de manuseio físico, de transporte, micro-biológico e de higiene, além de um custo relativo mais baixo no presente."

O projeto em análise foi apreciado na Câmara dos Deputados pela Comissão de Seguridade Social e Família, para análise específica das questões sanitárias envolvidas. Foi aprovado, tendo o relator concluído que a alteração proposta "não nos parece preocupante sob o ponto de vista da saúde pública, já que o sódio, pelo menos nas dosagens em que usualmente aparece nesses produtos, não apresenta poder tóxico ou de comprometimento da saúde."

Na Comissão de Economia, Indústria e Comércio da mesma Casa, a possibilidade de correção do mosto também pela aplicação de sacarose invertida foi aprovada, pois considerou o relator que "a Lei já permitia a correção pelo uso de sacarose. A utilização da sacarose invertida, a par de constituir-se no mesmo produto básico, já autorizado, representa um avanço tecnológico para a correção, além de proporcionar sensível economia pelo uso de produto com maior concentração e maior higiene no processo, por diminuir a manipulação de produtos e, conse-

quentemente, diminuir os riscos de contaminação do vinho."

Não foram apresentadas objeções de ordem técnica, mas foi apresentada e acatada emenda no sentido de modificar a redação da proposta, substituindo o termo "xarope de açúcar invertido" por "xarope de sacarose invertida". A razão de tal modificação foi o entendimento do redator de que o termo "xarope de açúcar invertido" permitiria a utilização de "qualquer xarope de açúcar invertido e não somente sacarose invertida."

Assim, o projeto em questão foi aprovado nas comissões da Casa de Origem, inclusive na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, que considerou tanto o projeto quanto a emenda de acordo com "os requisitos constitucionais relativos à competência concorrente, pois se trata de norma geral emanada da União sobre a produção e consumo (art. 24, V); a atribuição do Congresso Nacional, com posterior sanção do Presidente da República (art. 48, caput); e à legitimidade da iniciativa parlamentar concorrente (art. 61, caput)". Entretanto, a referida Comissão considerou que tanto o projeto quanto a emenda apresentaram incorreções de técnica legislativa e de redação, tendo sido oferecida e acatada subemenda com a finalidade de sanar os defeitos encontrados.

Assim, o texto em análise no Senado foi apreciado e aprovado por três comissões na Câmara dos Deputados, tendo sofrido duas emendas que, sem alterarem o objetivo do projeto, aperfeiçoaram a parte técnica e os aspectos legislativo e de redação.

Não foram apresentadas emendas. É o relatório.

II – Voto

A integração dos países que compõem o Mercosul passa pelo estabelecimento de legislação comum aos mesmos, que, para o caso dos vinhos, está consubstanciada no Regulamento Vitivinícola do Mercosul, aprovado pela Resolução nº 45/96, que entrou em vigor em 1º de agosto de 1996.

No Capítulo X, das Disposições Especiais do Regulamento, consta que os países membros, antes de 1º de Janeiro de 1998, proporiam um mecanismo de substituição gradual da sacarose por açúcar derivados da uva e que é considerada benéfica a substituição de qualquer produto não vinícola na elaboração de vinhos e no enriquecimento do mosto.

No Capítulo III, Práticas Enológicas Permitidas, da resolução anteriormente mencionada temos, no item 3.6 – Enriquecimento de Mostos, o seguinte:

3.6.1 – Definición: adición de azúcares al mosto para vinificar. Esta práctica no es permitida en Argentina.

3.6.2 – Objetivo: corregir eventuales deficiencias en el contenido de azúcar, del mosto cunado se presentan condiciones desfavorables para alcanzar la maduración suficiente de las uvas destinadas a vinificación.

3.6.3 – Procedimento

- a) Concentración parcial
- b) Adición de mosto concentrado
- c) Adición de mosto concentrado rectificado
- d) Adición de sacarosa (chaptalización).

Do exposto fica claro que a prática da adição de sacarose, permitida no Brasil devido às deficiências frequentes em açúcares das uvas nacionais, é resguardada na Resolução nº 45/96. Todavia, a prática continua proibida na Argentina, que, juntamente com o Chile, apresenta tradição na produção de vinhos finos.

Também a adição de álcool vínico está contemplada no item 3.8 – Alcoholizacion de Mostos y Vinos, do Capítulo III, Práticas Enológicas Permitidas, a saber:

3.8.1 – Definición: adición de alcohol vínico o potable a mostos y vinos.

3.8.2. Objetivo:

a) Elaboración de mistelas simples, compuestas y mosto alcoholizado;

b) Corregir deficiencias alcohólicas.

Practica no permitida en Argentina. En Brasil solamente es permitido alcohol vínico;

c) Elaboración de vinos licorosos, compuestos y jeropiga.

Outra vez a prática, permitida no Brasil e proibida na Argentina, foi mantida no Regulamento Vitivinícola do Mercosul. Assim, considerando o exame da legislação que regulamenta a vitivinicultura no Mercosul, conclui-se que a mesma considera como objetivos a serem alcançados, tanto a substituição gradual da sacarose por açúcares derivados da uva, quanto a substituição de qualquer produto não vinícola na elaboração de vinhos.

É importante ressaltar que a adição de produtos não derivados da uva, como a sacarose, embora considerada necessária em determinadas circunstâncias, prejudica a competitividade do produto brasileiro no mercado internacional, cada vez mais exigente no que se refere à qualidade do produto.

Dentro deste contexto, a União Brasileira de Viticultura (UVIBRA), manifestou-se contrária a pro-

posta, por entender que qualquer modificação a ser introduzida na Lei dos Vinhos deve ser no sentido de eliminar a adição de produtos não provenientes da própria uva e do vinho. Reconhece que "os acordos efetuados no Mercosul eliminaram qualquer possibilidade de uso do produto xarope de sacarose invertida, visto que o Brasil, inclusive, deve propor plano para a eliminação gradual da sacarose". Considera ainda que "se utilizarmos esses produtos, estaremos depondo contra a imagem do vinho brasileiro perante a comunidade vinícola mundial".

Também o Ministério da Agricultura, através da Coordenação de Inspeção Vegetal (CIV), do Departamento de Defesa e Inspeção Vegetal (DDIV), manifestou-se de forma contrária a proposta. Entende o referido órgão que a prática proposta no projeto de lei em análise "irá contrariar dispositivos da Resolução nº 45/96-GMC que aprova o Código Vitivinícola do Mercosul, pois, quando da negociação, os países membros propuseram um mecanismo de substituição gradual da sacarose por açúcares derivados da uva, além da não utilização de produtos não derivados da uva na elaboração de vinhos. O uso de sacarose é uma prática prevista na lei que ora se cogita modificar. O que se questiona é a extensão de uso para o produto na fase líquida, o que também agregará água ao mosto de uva. A possibilidade de uma eventual adição de água ao mosto de uva se constitui prática não aceita mundialmente e, sendo o Brasil membro do Escritório Internacional da Uva e do Vinho, não seria salutar adotar esse tipo de procedimento."

Do exposto, considerando os acordos internacionais vigentes e no interesse de proteger a vitivinicultura nacional, recomendamos que o Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 1997 não seja aprovado.

É o voto.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 1998.

– Ademir Andrade, Presidente – Osmar Dias, Relator – Leonel Paiva – Arlindo Porto – José Alves – Iris Resende – Sebastião Rocha – Emilia Fernandes – Nabor Júnior – Romero Jucá – Marluce Pinto – Lúcio Alcântara – Júlio Campos – Romeu Tuma – Mauro Miranda – Leomar Quintanilha – Carlos Willson.

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

.....

V – produção e consumo;

* Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

* Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Expediente lido vai à publicação.

SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência comunica ao Plenário que o Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 1997 (nº 1.207/91, na Casa de origem), que altera o § 4º do art. 4º da Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, dando maiores possibilidades de correção do mosto em fermentação, cujos pareceres foram lidos anteriormente, ficará perante a Mesa durante dois dias úteis, após o início da próxima sessão legislativa ordinária, para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que a matéria continue sua tramitação, de acordo com o disposto no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, combinado com o art. 4º da Resolução nº 37, de 1995.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Sobre a mesa, projetos de lei que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, DE 1999

Acrescenta à Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de automóveis, dispositivo que estende o benefício a portadores de deficiência física adquirida em razão de acidente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescente-se ao art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, o seguinte inciso V:

"Art. 1º

V – pessoas portadoras de carteira de motorista que, em razão de acidente, tenham adquirido deficiência física que as impede de dirigir automóveis comuns ou adaptados."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, muito acertadamente, determinou que os indivíduos portadores de deficiência física, que não possam conduzir automóveis comuns, sejam beneficiados com a isenção do pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de um automóvel. A isenção é válida somente para veículos de passageiros de fabricação nacional, com até 127HP de potência, e o benefício pode ser usado apenas uma vez.

Reconhecendo a extrema relevância da medida e destacando seu indiscutível alcance social, registramos, entretanto, que a Lei não contempla um importante contingente de nossa sociedade, formado por indivíduos que, vítimas de acidentes, adquiriram deficiência física que os impede de dirigir até mesmo veículos adaptados.

Procuramos, então, aprimorar a legislação em vigor e estender seus benefícios a um segmento que tem na posse de um automóvel importante instrumento para a realização das atividades mais essenciais, notadamente no que concerne à sua inserção na sociedade e ao seu desenvolvimento profissional.

Nesse sentido, apresentamos a presente proposição, que almejamos ver aprovada mediante a colaboração dos nobres Parlamentares.

Sala das Sessões, 15 de janeiro de 1999. –
Senador Joel de Hollandia.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.989, DE 24 DE FEVEREIRO DE 1995

Dispõe sobre Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física e aos destinados ao transporte escolar, e dá outras providências.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 856, de 1995, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, para os efeitos do

disposto no parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Ficam isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os automóveis de passageiros de fabricação nacional de até 127 HP de potência bruta (SAE), quando adquiridos por:

I – motoristas profissionais que, na data da publicação esta lei exerçam comprovadamente em veículo de sua propriedade, atividade de condutor autônomo de passageiros, na condição de titular de autorização, permissão ou concessão do poder concedente e que destinem o automóvel à utilização na categoria de aluguel (táxi);

II – motoristas profissionais autônomos titulares de autorização, permissão ou concessão para exploração do serviço de transporte individual de passageiros (táxi), impedidos de continuar exercendo essa atividade em virtude de destruição completa, furto ou roubo do veículo, desde que destinem o veículo adquirido à utilização na categoria de aluguel (táxi);

III – cooperativas de trabalho que sejam permissionárias ou concessionárias de transporte público de passageiros, na categoria de aluguel (táxi), desde que tais veículos se destinem à utilização nessa atividade;

IV – pessoas que, em razão de serem portadoras de deficiência física, não possam dirigir automóveis comuns.

Art. 2º O benefício previsto no art. 1º somente poderá ser utilizado uma única vez.

Art. 3º A isenção será reconhecida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, mediante prévia verificação de que o adquirente preenche os requisitos previstos nesta lei.

Art. 4º Fica assegurada a manutenção do crédito do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) relativo às matérias-primas, aos produtos intermediários e ao material de embalagem efetivamente utilizados na industrialização dos produtos referidos nesta lei.

Art. 5º O imposto incidirá normalmente sobre quaisquer acessórios opcionais que não sejam equipamentos originais do veículo adquirido.

Art. 6º A alienação do veículo, adquirido nos termos desta lei ou das Leis nºs 8.199, de 28 de junho de 1991, e 8.843, de 10 de janeiro de 1994, antes de três anos contados da data de sua aquisição, a pessoas que não satisfaçam às condições e aos requisitos estabelecidos nos referidos diplomas legais, acarretará o pagamento pelo alienante do tribu-

to dispensado, atualizado na forma da legislação tributária.

Parágrafo único. A inobservância do disposto neste artigo sujeita ainda o alienante ao pagamento de multa e juros moratórios previstos na legislação em vigor para a hipótese de fraude ou falta de pagamento do imposto devido.

Art. 7º No caso de falecimento ou incapacitação do motorista profissional alcançado pelos incisos I e II do art. 1º desta lei, sem que tenha efetivamente adquirido veículo profissional, o direito será transferido ao cônjuge, ou ao herdeiro designado por esse ou pelo juiz, desde que seja motorista profissional habilitado e destine o veículo ao serviço de táxi.

Art. 8º Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 790, de 29 de dezembro de 1994.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, vigorando até 31 de dezembro de 1995.

Art. 10. Revogam-se as Leis nºs 8.199, de 1991, e 8.843, de 1994.

Senado Federal, 24 de fevereiro de 1995; 174º da Independência e 107º da República. – Senador **José Sarney**, Presidente.

(À Publicação.)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 6, DE 1999

Dispõe sobre a situação de municípios desmembrados na área de jurisdição da Sudene.

Art. 1º Os municípios situados dentro da área de jurisdição da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, não mencionados na legislação pertinente, estão automaticamente incluídos naquela área para todos os efeitos legais e administrativos.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente proposição busca sanar uma carência na legislação básica da Sudene, eliminando dúvida toda vez que novos municípios são desmembrados de antigos municípios já pertencentes à área da Superintendência ou do Polígono das Secas.

Na legislação existente os municípios da área da Sudene a ela pertencem por nomeação direta ou por sua localização na área de sua jurisdição. Neste contexto, o desmembramento de novos municípios passa a significar a exclusão dos mesmos. A pre-

sente proposição sana, portanto, esse problema de exclusão não pretendida.

Leis específicas já foram editadas para contemplar situações idênticas, mas se esgotaram em suas expressas finalidades.

Vale enfatizar ainda que esta proposição não acarretará o acréscimo de territórios novos à jurisdição da Sudene. Seus recursos continuarão destinados à mesma base física anterior.

Diante do inequívoco mérito da proposta, conto com seu acolhimento pelos meus nobres pares.

Sala das Sessões, 5 de janeiro de 1999. – Senador Francelino Pereira.

(À Publicação.)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Os projetos lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte:

OF. PSDB/I/Nº 25/99

Brasília, 14 de janeiro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência o Senhor Deputado Jovair Arantes, como membro titular, em substituição ao Deputado Alberto Goldman, e o Deputado Alberto Goldman, como membro suplente, em substituição ao Deputado Jovair Arantes, para integrarem a Comissão Mista destinada a analizar a Medida Provisória nº 1727-2/98.

Atenciosamente, – **Aécio Neves**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Há oradores inscritos.

Por permuta com o Senador Júlio Campos, concedo a palavra ao Sr. Senador Francelino Pereira, por 20 minutos.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, não obstante o clima em que se situa o País, dentro de uma angústia internacional, permito-me tratar de um assunto que não tem a mesma dimensão, mas que é de importância para os dez Estados que compõem a jurisdição da Sudene neste País.

Ocorre que a jurisdição da Sudene é limitada ora por linhas físicas, ora por linhas não fixadas. Vez por outra, é apresentado projeto, aprovado e sancionado, apenas relacionando municípios para inclusão na região da Sudene. Quando se emancipa um distrito, adquirindo o **status** de município, automaticamente esses municípios estão excluídos.

Estou apresentando um projeto de lei que tem a seguinte justificativa:

"A presente proposição busca sanar uma carência na legislação básica da Sudene, eliminando dúvidas toda vez que novos municípios são desmembrados de antigos municípios já pertencentes à área da Superintendência ou do Polígono das Secas. Na legislação existente, os municípios da área da Sudene a ela pertencem por nomeação direta ou por sua localização na área de sua jurisdição. Nesse contexto, o desmembramento de novos municípios passa a significar a exclusão dos mesmos. A presente proposição sana, portanto, esse problema de exclusão não pretendida.

Leis específicas já foram editadas para contemplar situações idênticas, mas se esgotaram em suas expressas finalidades.

Vale enfatizar, ainda, que esta proposição não acarretará o acréscimo de territórios novos na jurisdição da Sudene. Seus recursos continuarão destinados à mesma base física anterior.

Diante do inequívoco mérito da proposta, conto com seu acolhimento pelos meus nobres pares".

Seguem-se assinaturas.

O texto do projeto está vazado nos seguintes termos:

"Projeto de Lei do Senado nº /99

Dispõe sobre a situação de municípios desmembrados na área da jurisdição da Sudene.

Art. 1º Os municípios situados dentro da área de jurisdição da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, não mencionados na legislação pertinente, estão automaticamente incluídos naquela área para todos os efeitos legais e administrativos.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação".

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Tem a palavra, por permuta com o Senador Francelino Pereira, o Senador Júlio Campos.

S. Exª dispõe de 20 minutos.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna do Senado nesta manhã, embora tardiamente, para fazer uma análise do que foram as eleições do dia quatro de outubro último no Estado do Mato Grosso, na qual tive a honra de disputar o cargo de Governador do Estado e de receber mais de 39% dos votos válidos do eleitorado mato-grossense.

Essa foi a eleição da desigualdade e da injustiça, uma eleição contra os poderosos, contra o poder, contra o Governo. Disputamos o cargo de Governador do Estado contra o atual Governador em exercício, Sr. Dante Martins de Oliveira, que, aproveitando-se da emenda constitucional que votamos e que permite a reeleição do Presidente da República, dos Governadores e dos Prefeitos municipais, disputou comigo as eleições numa luta desigual. E eu já havia previsto isso.

Muitos dos Srs. Senadores aqui presentes hão de relembrar comigo o dia 21 de abril de 1997, quando esta Casa preparava-se para votar a emenda constitucional que permitiria a reeleição dos cargos executivos no exercício do mandato. Compareci a esta mesma tribuna, neste próprio local, e disse o seguinte:

"No dia 21 de abril de 1792, no Rio de Janeiro, o alferes José Joaquim da Silva Xavier, conhecido de todos nós brasileiros como Tiradentes, subia ao patíbulo para ser

enforcado, por decisão do Reino de Portugal, justamente há 205 anos e um mês.

Hoje, no dia 21 de abril de 1997, nós, candidatos a Governadores dos Estados, Senadores no exercício do mandato, também estamos subindo ao "patíbulo" do Senado, com a corda na mão, para enforcarmos a nós mesmos."

Eu dizia naquele dia:

"Com essa emenda que iremos votar daqui a pouco, não haverá Senador, por mais prestígio que tenha, por melhor líder que seja, por mais bem-intencionado que esteja, que conseguirá ganhar as eleições de um Governador no exercício do mandato.

De acordo com a lei que será instaurada no País, um Governador poderá ser reeleito sem precisar se descompatibilizar do cargo, conforme a Lei Complementar nº 64."

Por isso, adverti aos Colegas Senadores, que, juntamente comigo, eram possíveis candidatos aos Governos Estaduais, que a corda estava posta e que em breve faríamos o nosso enforcamento político. Muitos não acreditaram na minha palavra.

Naquele dia, eu ainda disse que, no Estado de São Paulo, na eleição em que disputaram Paulo Maluf e o Dr. Antônio Fleury, o então Governador Orestes Quérzia afirmou: "Posso até quebrar o Banespa, mas elejo o meu sucessor". E isso realmente ocorreu. O seu sucessor foi eleito, o Banespa foi quebrado, e o povo de São Paulo até hoje paga por esse crime eleitoral cometido. Quem pagou foi o povo.

Eu dizia que nós, Senadores, tínhamos que abrir os olhos. E o resultado eleitoral não foi outro: vinte e sete dos Srs. Senadores que disputaram as eleições de 1998 foram derrotados. Líderes do mais expressivos, reconhecidos pelo seu trabalho, enfrentaram as urnas e perderam as eleições. Não foi apenas o Senador Júlio Campos que enfrentou um Governador no exercício do cargo e que perdeu as eleições. Não. Junto comigo, perderam líderes expressivos, de relevantes serviços prestados ao seu Estado, como é o caso do eminentíssimo Líder do PMDB e Presidente Nacional daquele grande Partido, o Senador Jader Barbalho, que perdeu o Governo do Pará; como é o caso do eminentíssimo Líder do PFL e uma das lideranças másculas deste Senado, o Senador Hugo Napoleão, que foi derrotado no Estado do Piauí; como é o caso do eminentíssimo Senador José Agripino Maia, que também foi massacrado no seu Estado pela máquina governamental do Rio Grande

do Norte. Posso citar tantos outros companheiros, como a Senadora Marluce Pinto, que fez relevantes trabalhos pela criação do Estado de Roraima, que foi a sua primeira representante nesta Casa e que, lutando permanentemente, também amargou a derrota naquela eleição, fruto da máquina brutal da administração pública estadual. Milhões e milhões de reais foram gastos neste País pelos ocupantes dos cargos públicos.

Foi difícil. Enfrentamos o Governo Estadual com toda a sua força. Enfrentamos institutos de pesquisas que viraram instrumentos de quem paga mais para estar à frente nas pesquisas; para quem contrata melhor os institutos, todos os dias é anunciado que estes vão ganhar as eleições. Enfrentamos a imprensa. Quase todas as imprensa estaduais dificilmente deixam de apoiar o Governador, porque são dependentes dos recursos estaduais para manter a sua folha de pagamento, para poder rodar o seu jornal, colocar no ar as imagens de televisão e fazer funcionar as nossas rádios.

Em Mato Grosso, o abuso foi tremendo. O abuso foi tão grande, que dava até pena de ver o que ocorria. Chegamos até a denunciá-los ao Presidente da República e ao Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Sabíamos, antecipadamente, que não havia como sobrestrar aquela máquina avassaladora.

Começamos a eleição com 41% da opinião pública ao meu lado, numa pesquisa séria de todos os institutos, contra 13% e, em seguida, 20% da opinião pública que estava favorável ao meu concorrente. No dia da eleição, o resultado foi contrário: 51% dos votos foram dados ao meu opositor contra 39,75% dos votos dados a mim. Houve uma avalanche de compra de votos. Em Mato Grosso, era público e notório que o cidadão recebia uma visita, um boné, uma camiseta e uma nota de R\$50 para votar apenas no candidato a Governador, no candidato majoritário e não no proporcional. Dizia-se: "Vote no candidato do PFL, vote no candidato da Unidade Democrática, vote no candidato do PMDB a Deputado. Não é preciso mudar o seu voto para Deputado, mas vote no Governador do PSDB, Dante de Oliveira. Damos a você um boné, uma camiseta e uma nota de R\$50".

Isso foi bárbaro. Foi uma vergonha a boca de urna no dia das eleições. Em Cuiabá, 60 mil pessoas estavam uniformizadas. Foram dados bonés, camisetas e dinheiro para merenda. Não havia quem agüentasse isso. Nos municípios do interior, a pressão foi feita de todas as formas, a pressão foi brutal. Houve compra de votos de prefeitos e de vereado-

res. Na última hora, nos últimos dias, prefeitos que eu e o Senador Carlos Bezerra ajudamos a eleger na Unidade Democrática recebiam convênios, verbas, caminhões. Não sou eu que estou falando isso. Graças a Deus, a Procuradoria da República e o Procurador Eleitoral fizeram inúmeras denúncias, algumas delas já em andamento de processo que está sendo acatado pelo Egrégio Tribunal de Justiça.

Os abusos que se cometem estão aqui relatados. O Banco Mundial fez um financiamento para Mato Grosso, para o Prodeagro, de US\$273 milhões, dos quais o Governador retirou US\$40 milhões para um programa chamado PADC, que é o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário. Os recursos do PADC eram distribuídos para as Associações Comunitárias. O Governador chegava com a sua equipe na associação dos pequenos produtores da comunidade, como a de Juína, por exemplo, e falava: — Aqui tem R\$150 mil, mas queremos apenas o voto para o Governador. Largam do Júlio e venham conosco. Está aqui o cheque. Entregava isso em palanque. Está aqui denunciado pelo Exmº Sr. Procurador da Justiça Eleitoral do Mato Grosso, que fez uma representação e que já está sendo alvo de investigação por parte da Justiça Eleitoral e da própria Polícia Federal.

Houve escândalos não somente com recursos do PADC e do Prodeagro. Foram distribuídos US\$40 milhões, em dois meses, para as Associações Comunitárias. Associação das Lavadeiras do bairro do Araés: R\$150 mil; Associação das Costureiras de Cáceres: R\$150 mil, e assim por diante. Foi um verdadeiro massacre, um verdadeiro absurdo o que ocorreu.

O escândalo da "Secomgate". O Governador gastou nos últimos anos milhões de reais em propaganda, muito bem feita; contratou o famoso mago da propaganda política brasileira, Duda Mendonça, por mais de US\$ 4 milhões, para fazer o seu horário eleitoral.

Então, não me sinto um derrotado. Ao contrário, sinto-me um vitorioso, porque do modo como transcorreram as eleições no meu Estado era para eu ter, no máximo, 20% dos votos e não 39,75%. Era muito dinheiro e muito abuso.

No dia 13 de setembro, fiz uma denúncia ao Presidente Fernando Henrique, ao Ministro Pedro Malan e ao Dr. Pedro Parente de que nesse dia o Governador de Mato Grosso estava fazendo uma retirada, no Banco do Brasil, da conta vinculada destinada ao pagamento da rolagem da dívida – todo mês Mato Grosso separa 15% da sua receita líquida.

E, nesse dia, o Governador sacou R\$35 milhões, dos 62 milhões, faltando 15 dias para as eleições. Esse dinheiro foi gasto exclusivamente na compra de voto, na compra de boca de urna, na montagem do processo eleitoral. Lamentavelmente, o Ministro Malan e o Dr. Pedro Parente pouco ou nada puderam fazer para frear esse tipo de abuso com o dinheiro público no meu Estado.

A propaganda eleitoral abusiva, a distribuição de máquinas, equipamentos para as prefeituras municipais. Felizmente, ainda confio na Justiça Eleitoral. E tanto é verdade – veja bem o que aconteceu em Mato Grosso – que perdi a eleição, mas a minha coligação, a Unidade Democrática, elegeu 14 Deputados Estaduais contra oito do PSDB. Elegemos cinco Deputados Federais, contra três. No voto proporcional, tivemos para Deputado Federal 160 mil legendas a mais. No voto para Deputado Estadual, 180 mil votos a mais, e perdemos a eleição majoritária de Governador pelo abuso do poder econômico. Por isso faço o relato nesta Casa. Eu tinha razão quando disse que a emenda da reeleição era muito perigosa se não houvesse leis para acompanhar de perto os abusos do poder estadual contra os candidatos da oposição.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT) – Ouço o aparte do Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Ainda está muito presente na minha memória, Senador Júlio Campos, o discurso de V. Ex^a, em uma dessas cadeiras aqui atrás, quando nos advertia para os riscos, os perigos da noite da reeleição. Muitos de nós acreditaram em V. Ex^a, outros até ironizaram o estilo com que V. Ex^a fazia aquela advertência. E o que se deu na reeleição foi exatamente o que V. Ex^a relata neste momento. Entendo que o instituto da reeleição é democrático. Votei a favor dele, exatamente no pressuposto de que o que se iria fazer aqui no Brasil era exatamente o que se praticava nos países mais democráticos do mundo; o direito de o eleitor escolher aquele governante que está agradando a opinião pública, está governando bem. Era este o meu entendimento e era este o entendimento, seguramente, da maioria que aprovou o instituto da reeleição numa emenda constitucional. Mas, na prática, o que se viu, em muitos Estados, não em todos, mas em muitos, foi exatamente o inverso. Não tivemos sequer o cuidado de estabelecer a desincompatibilização, que era o mínimo que deveríamos ter feito no início dessa experiência que iríamos realizar, do

ponto de vista institucional, neste País. O Presidente da República se elegeu em primeiro turno, dando uma demonstração de força e de confiança do povo brasileiro. Mas muitos governadores não o fizeram, elegeram-se no segundo turno. E aí, então, o que ocorreu é que as práticas denunciadas hoje por V. Ex^a se acentuaram. Senador Júlio Campos, ao tempo em que V. Ex^a faz esta denúncia, despede-se, penso eu, do Senado, o que lamentamos profundamente, sobretudo nós do PFL que o temos como um dos nossos mais ilustres líderes. V. Ex^a ilustra esta Casa e homenageia o PFL com a sua filiação. Ao deixar o Senado, sei que V. Ex^a não deixa a vida pública, porque conduzirá para aonde quer que vá o seu espírito público. Espero que V. Ex^a seja aproveitado na sua experiência, na sua competência em algum lugar onde possa continuar servindo ao nosso País. Tenha V. Ex^a a segurança da nossa solidariedade, do nosso respeito e da nossa estima, amizade e apreço.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT) – Muito obrigado, Senador Edison Lobão. Incorporo com muita honra o aparte de V. Ex^a.

A Sr^a Marluce Pinto (PMDB – RR) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT) – Ouço V. Ex^a com prazer.

A Sr^a Marluce Pinto (PMDB – RR) – Nobre Colega, Senador Júlio Campos, primeiramente queremos registrar a falta que V. Ex^a fará a este Senado. Iniciei os contatos com V. Ex^a desde a época em que fomos Deputados na Constituinte. É lamentável que, por todos os deslizes citados por V. Ex^a desta tribuna, tenha acontecido o inevitável: a não vitória de V. Ex^a e do nobre Senador Carlos Bezerra. Talvez esses episódios venham a servir para que não somente os participantes do Congresso Nacional como também o nosso Presidente Fernando Henrique Cardoso cheguem à conclusão de que não é viável haver a reeleição com o governante no cargo. Falo assim me referindo aos Governos de Estado, porque em se tratando do Presidente da República o caso é muito diferente. Tivemos a comprovação disso em outubro próximo passado: o Presidente Fernando Henrique, no cargo, não foi aos Estados para mandar que gastassem o dinheiro público para reelegê-lo. É muito diferente a situação de Sua Exceléncia, que está no poder central, da situação dos Governadores que ficam nos Estados manipulando todas as autoridades, o que é o certo acontecer. Em Roraima não foi diferente a situação do que ocorreu no Estado de V. Ex^a. Acontecia de o Governador fa-

zer os seus comícios, não somente na capital mas também no interior, e uma carreta lotada de geladeiras, de televisões, de fogões e outros acessórios, o acompanhava fazendo sorteios. Nós da Oposição e o grupo do Senador Romero Jucá comunicávamos o fato à Polícia Federal, mas não chegava ninguém, pois ele se preparou muito bem antes. O filho do Superintendente da Polícia Federal, com um salário bastante considerável, mas nem no Estado morava. Como este, há inúmeros casos de pessoas que receberam, mas que não trabalharam, só constavam da folha – inclusive foram apelidados de gafanhotos, porque só viviam na folha, mas não iam a uma repartição para trabalhar. E houve outros casos escandalosos como a compra de votos e a distribuição de presentes – quando V. Ex^a falou da camisa, do boné e dos R\$50, parece até que foi combinado, porque lá aconteceu da mesma maneira. Em regiões onde o eleitorado era maciçamente favorável à nossa candidatura – como a região sul do Estado, que foi totalmente colonizada à época do primeiro governo de Otomar Pinto e onde oito municípios foram criados – o voto passou a ser comprado juntamente com a camisinha e R\$100. Essa desordem chamava tanto a atenção que, no segundo turno, quando aderimos à candidatura da esposa do Senador, ao chegar em palanques do interior e até mesmo da capital, o povo, que não se conformava com aquela situação, me ovacionava como se eu fosse a candidata. E isso não se deveu à minha pessoa – sou franca quanto a isso – mas ao grande apoio dado pelos dois governos de Otomar Pinto à zona rural, às comunidades indígenas e à periferia, no seu último governo. Só na capital, quase seis mil casas de alvenaria foram entregues às comunidades carentes gratuitamente. Então, era impossível que tivéssemos o resultado que obtivemos. Isso é passado, mas sobre ele todos nós devemos refletir. É obrigação nossa mudar essa situação. Que se permita a reeleição, sim, mas sem o governante no cargo. Se for para o Presidente ficar no cargo, conforme já falei, que fique, mas que fique em Brasília e não em todos os Estados, administrando a sua campanha. Lá há os Governadores para moralizar e ordenar a situação, principalmente no dia da eleição. Se não agirmos para mudar essa situação, vamos ser os verdadeiros responsáveis, no futuro, tanto no Senado quanto na Câmara dos Deputados – embora em pequena parcela – pelo fato de os governantes não serem pessoas moralmente habilitadas e aprovadas pela comunidade. Muitos podem até argumentar que o povo vota se quiser, mas esse argumento não é válido

num País como nosso, em que a taxa de desemprego é muito grande; isso não é válido em um Estado como nosso, em que a maioria do povo é formada por funcionários públicos, em que o empreiteiro só trabalha se for para o governo do Estado, porque quase não há obras que não sejam as públicas. Em nossos Estados, o empreiteiro teme conversar com o político adversário, porque se o fizer, não recebe o dinheiro que lhe é devido. Essa realidade é muito sacrificante. Acredito que o mesmo não aconteça em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e em Estados maiores, porque o povo é mais independente. Falando em São Paulo, quero ressaltar a administração e a condução da eleição por parte do nosso ex-colega Mário Covas, que até saiu do cargo. Não ouvimos falar que ele tivesse usado o dinheiro público para ganhar a eleição. Foi uma eleição justa, mas o problema é que não existem, em todos os Estados, um Mário Covas, um Tasso Jereissati e tantos outros que administraram bem, com rigor, com autonomia e com muita honestidade. Meus nobres pares, era nisso que eu queria, a partir de agora, que todos nós pensássemos. Não é pelo meu caso, pois tenho mais quatro anos como Senadora. Vou fazer o meu trabalho, procurando sempre buscar condições para melhorar não só a situação dos carentes, mas também para alcançar o desenvolvimento do nosso Estado, ajudando a conseguir as verbas e indo aos Ministérios tratar de assuntos até muito polêmicos. Mas penso nos políticos de um modo geral. Hoje, a turma jovem não acredita mais em nós, políticos. Eles acham que todo político é igual, que todo político ganha bem e desvia dinheiro público. Temos de moralizar essa situação, porque somente assim iremos nos aposentar de consciência tranquila. No futuro, quando já não estivermos mais atuando como políticos, estaremos conscientes de que fizemos um bom trabalho para a nossa Nação.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT) – Muito obrigado.

Quero realçar o que eu tinha proposto àquela época: que a reeleição fosse implantada por etapas. Na primeira etapa, para Presidente da República, porque a imprensa nacional é independente e fiscaliza os abusos do Poder – o Presidente Fernando Henrique Cardoso reconheceu que não transferiu, durante a campanha eleitoral, nenhum recurso para municípios brasileiros; tanto é, que as emendas, inclusive as parlamentares, ficaram lacradas no período que antecedeu a eleição.

A minha idéia era no sentido de que, depois que o brasileiro se acostumasse com a reeleição,

passássemos a fazê-la nos estados e, futuramente, nos municípios. O pior terror não foi a reeleição nos Estados, vai ser agora, durante as eleições municipais: não vai sobrar pedra sobre pedra neste País. Todos os prefeitos já entram com 40% de possibilidade de serem reeleitos. O cuidado que temos de ter é votar a tempo e a hora uma legislação eleitoral proibindo abusos como os que foram cometidos em Mato Grosso: cartazes em sala de aula; diretores e professores de colégios sendo ameaçados com a perda de seus empregos se não ensinassem a votar em Dante de Oliveira; distribuição de títulos de terras – o cidadão que tinha um documento para receber só o recebia do Intermat se também confirmasse o voto para Dante de Oliveira.

Foram inúmeros os abusos, mas felizmente a Justiça Eleitoral está, em boa hora, pedindo a punição dos envolvidos – a cassação do diploma do Governador e a inelegibilidade dos atuais eleitos no Mato Grosso.

O Sr. Jonas Pinheiro (PFL – MT) – Senador Júlio Campos, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT) – Ouço V. Ex^a com muita atenção.

O Sr. Jonas Pinheiro (PFL – MT) – Senador Júlio Campos, serei breve. O Mato Grosso ainda está surpreso e chora a sua derrota. V. Ex^a era a grande esperança do Estado, que passou por um jejum de obras durante os quatro anos do governo reeleito nas últimas eleições. Espero que o pronunciamento de V. Ex^a do dia 21 de abril de 1997 e este que V. Ex^a está fazendo hoje sirvam de lição para o Congresso Nacional. A legislação tem de ser mudada. A derrota de V. Ex^a é fruto de uma legislação inadequada para o nosso País. Esta Casa sentirá saudade de V. Ex^a e nós, mato-grossenses, seus amigos, seus companheiros, seus correligionários, estamos ao seu lado, encorajando-o e continuando nosso trabalho a favor de Mato Grosso. Muito obrigado.

O Sr. José Alves (PFL – SE) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. José Alves (PFL – SE) – Senador Júlio Campos, queria aproveitar a oportunidade em que V. Ex^a traça um quadro...

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo. Fazendo soar a campainha.) – Senador José Alves, peço desculpas por interrompê-lo, mas quero dar conhecimento ao orador de que o seu tempo está esgotado há seis minutos.

O Sr. José Alves (PFL – SE) – Serei breve em meu aparte, Sr. Presidente. Senador Júlio Campos, queria aproveitar esta oportunidade em que V. Ex^a traça para seu Estado um quadro tenebroso, grave e com um perfil não muito diferente do que aconteceu no País, com raras e honrosas exceções. Neste plenário, foi citado pela Senadora Marluce Pinto o exemplo do Estado de São Paulo. Está de parabéns o ex-Senador Mário Covas pela sua postura democrática neste momento em que acontecem fatos da gravidade daqueles denunciados por V. Ex^a da tribuna desta Casa e em que diversos senadores trazem o seu testemunho sobre o ocorrido durante a reeleição em todo o Brasil. É um momento de preocupação para esta Casa. O que fazer com esta lei que permite a reeleição de Presidente, de governadores e de prefeitos? Em Sergipe, Senador Júlio Campos, não foi diferente: João Alves Filho, candidato do PFL, e o Senador Antonio Carlos Valadares, candidato do PSB, enfrentaram uma máquina gigantesca, representada pelos recursos de quase meio bilhão de reais, oriundos da privatização da Energipe. Com esses recursos, o Governador tucano, Albano Franco, virtualmente comprou a sua reeleição, num processo jamais visto no Estado de Sergipe. Neste momento em que V. Ex^a traça esse quadro delicado e grave sobre o seu Estado – quadro que serve como exemplo para todo o País –, vemos uma boa oportunidade para discutirmos a legislação eleitoral. Um ou dois Estados escaparam desse processo maléfico e antidemocrático, em que o poder econômico predominou essencialmente, anulando a vontade popular pela força econômica. Parabéns a V. Ex^a pela clareza do seu pronunciamento, ao qual hipoteco total solidariedade.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT) – Com prazer, ouço o último aparteante e, em seguida, termino o meu pronunciamento.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador Júlio Campos, em primeiro lugar, quero transmitir-lhe palavras de solidariedade. São palavras de solidariedade para um Senador que, ao longo do seu mandato eletivo, cumpriu o seu dever de cidadão e, na ocasião da votação da emenda constitucional que tratava da reeleição, foi um dos primeiros a evidenciar perante esta Casa o perigo desse processo. De fato, apesar dos esforços envidados pelos integrantes da Oposição no sentido de pelo menos minimizar o ímpeto da influência do poder econômico, apresentando emendas que determi-

nassem o afastamento dos ocupantes do Poder Executivo em todo o País durante o processo eleitoral, não foi possível que o nosso trabalho fosse aprovado no Senado Federal: todas as emendas foram rejeitadas. O fato é que essa eleição que se passou foi uma eleição viciada, marcada pela corrupção eleitoral e pela fraude sem precedentes em toda a história do Brasil. Aliás, Senador Júlio Campos, talvez, se não houvesse essa decisão do Governo Federal de implementar a reeleição no Brasil, a situação econômica do nosso País fosse outra. Perdemos quase dois anos na discussão da reeleição, e as soluções dos problemas econômicos foram adiadas em função dos interesses eleitorais, não só do Presidente da República como dos Governadores dos Estados. A verdade é que muito se gastou nessa eleição e muito tempo se perdeu. Mas quem mais perdeu foi o Brasil, que vive hoje uma das mais graves crises econômicas de toda a sua história. Na realidade, a reeleição é um dos pontos negativos desta história dramática que vive hoje o Brasil. Nosso País, hoje, é manchete em todo o mundo; não uma manchete positiva, de grandiosidade, de solução dos problemas nacionais, da pobreza, do endividamento. Não. O Brasil, hoje, é a bola da vez, é a Rússia da América Latina. Faltou, a meu ver, por parte do Governo Federal, no momento devido, uma firme decisão para mudar as coisas. Ele adiou a decisão, levou de barriga. Aí está a situação. A reeleição, portanto, foi um grande mal trazido ao Brasil por culpa, única e exclusivamente, do Governo Federal e da ambição dos governadores que queriam voltar a qualquer custo ao poder. Senador Júlio Campos, é uma pena que não possamos passar mais quatro anos juntos, como passamos aqui, quando V. Ex^a pontificou como grande Senador. Apesar de fazer parte da base de sustentação do Governo, V. Ex^a sempre foi um homem lúcido, principalmente no caso da reeleição, quando foi um dos primeiros a alertar esta Casa para os perigos que representava esse processo. Felicidades para V. Ex^a e para a sua família.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT) – Muito obrigado.

Quero dizer, Sr. Presidente, que o Procurador da Justiça Eleitoral de Mato Grosso, o eminentíssimo Dr. Moacir Mendes de Sousa, representou pedindo a impugnação do mandato do atual Governador Dante de Oliveira, baseado nos seguintes crimes: distribuição de títulos e caminhões no Município de Ijuína; distribuição de títulos sem validade em Cuiabá, implicando crime de natureza civil e também eleitoral;

entrega de dinheiro via cheque repassado pelo Governo Federal, com utilização em campanha política para angariar dividendo eleitoral; utilização de obras do setor de energia em proveito da candidatura; utilização de cartazes com motivos eleitorais em salas de aula; utilização de placas; desobediência judicial ao não retirar propaganda enaltecedora do Governo; correspondência remetida com o dinheiro público; utilização de bens públicos – carros, helicópteros, aviões do Governo –, bem como motoristas; escândalo "Secomgate"; uso indevido dos meios de comunicação; uso do poder econômico; uso do poder da autoridade; manipulação de dados e pesquisas eleitorais de opinião pública e pesquisas fraudulentas; malversação de verbas públicas; fraude de caráter competitivo do procedimento licitatório, com intuito de obter para si ou outros vantagens decorrentes da adjudicação de obras em licitações. Além desses crimes, dois outros grandes escândalos: o escândalo da mala de dólares – a mala preta –, divulgado pela Veja, e a conclusão de obras apressadas tendo em vista resultados eleitorais.

Portanto, estou ainda confiante em que o Tribunal Regional Eleitoral julgue este caso. Se não for favorável a sua decisão, que sejam esses fatos trazidos a julgamento no TSE, que, indiscutivelmente, punirá os responsáveis por esses crimes eleitorais cometidos no Estado de Mato Grosso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra à Senadora Marluce Pinto.

A SRA. MARLUCE PINTO (PMDB – RR) Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs e Sras. Senadores, no dia 14 de dezembro de 1998, no apagar das luzes de um ano que se findava, nós, roraimenses, fomos literalmente surpreendidos com a publicação, no Diário Oficial da União, da Portaria nº 820, declarando como posse permanente dos índios a área denominada Raposa Serra do Sol.

Fomos duplamente pegos de surpresa: pela rapidez dessa decisão em torno de assunto tão polêmico, que, na última década, foi motivo para acirradas discussões e por sua demarcação em área contínua, sem salvaguardar, sequer, as fazendas produtivas, algumas delas centenárias e com atividades que vão desde a cultura de sobrevivência a grandes produções de gado e grãos.

Com relação a algumas dessas fazendas, posso algumas informações. Elas contam com equipamentos de última geração, que compõem a frota de tratores e maquinário exigido no trato da terra; só a sua safra de arroz para a próxima colheita está esti-

mada em um milhão de sacas, expressivo número que, bem podem avaliar os nobres Colegas, consumiu vultosa soma de recursos, gastos com mão-deobra, sementes e insumos, entre outros; benfeitorias existentes que exigiram aplicações em moradias, galpões, cercas, pastagens, etc.

Para aqueles que porventura não sabem a realidade sobre essa área em meu Estado, devo informar que Raposa Serra do Sol possui uma superfície superior a 1 milhão e 600 mil hectares e perímetro aproximado de 1 mil quilômetros!

Portanto, Sr. Presidente, não é gratuita a grita dos roraimenses, unidos contra essa iniciativa que, a bem da verdade, atendeu a conclusões chegadas por técnicos da Funai.

Mas devo voltar um pouco no tempo para melhor esclarecer os meus nobres Pares sobre essa questão.

Em janeiro de 1996, mais precisamente no dia 10, nesta mesma tribuna, estive para elogiar a sábia e corajosa decisão do Presidente Fernando Henrique Cardoso em revogar o Decreto-Lei nº 22, de 1991, cujos artigos e parágrafos davam poderes quase ditoriais à Funai nas questões do reconhecimento e demarcações de áreas indígenas. A vigência desse decreto, para nós, que temos reservas indígenas em nossos Estados, só serviu para o surgimento de lamentáveis e angustiantes fatos envolvendo índios e brancos, que, antes de sua existência, viviam tranquilos e harmoniosamente dividindo espaços.

E não apenas em Roraima os impasses se fizeram, Sr. Presidente. Para não ir muito longe, invoco a memória de meus Pares para as recentes insatisfações havidas no Maranhão, no Pará e no Mato Grosso, envolvendo áreas indígenas de Cricati, Baú e Maraiupsede.

O absurdo em Roraima, porém, tem cores mais fortes e tonalidades distintas. De lá, posso falar com mais propriedade e conhecimento de causa.

Recordo o dia 14 de setembro de 1994, quando o ex-Governador Ottomar Pinto, os Deputados Federais e eu, que também acompanhei o caso, como Senadora, estivemos com o então Ministro da Justiça, atual Ministro do Supremo Tribunal Federal, Maurício Corrêa, e com o Procurador-Geral da República Aristides Junqueira. Acompanharam-nos 22 tuchauas, líderes das suas malocas indígenas – líderes de 3.710 índios, naquela época. Eles eram contrários à demarcação contínua da área Raposa Serra do Sol.

Entregamos àquelas autoridades, em suas próprias mãos, um trabalho subscrito pelo antropólogo Hélio da Rocha, elaborado com a colaboração de vários técnicos especializados no assunto, além de um relatório de pesquisa de campo coordenado pelo professor Alcir Gursen de Miranda, este sob os auspícios da Universidade Federal de Roraima e por ela aprovado.

Dos nomes citados, do antropólogo Hélio da Rocha e do professor Gursen de Miranda, devo, por merecerem a homenagem, ressaltar a capacidade, idoneidade e profundo conhecimento, cujos trabalhos publicados têm destaque pela riqueza de conteúdo e são fonte de pesquisa obrigatória àqueles que estudam a questão indígena no Brasil.

Felizmente, a revogação do Decreto-Lei nº 22 se deu aos 8 de janeiro de 1996, com a publicação do Decreto nº 1.775, onde, inclusive, foi inserida a permissão para se revisar os processos sobre áreas indígenas não homologadas.

Nossa surpresa, portanto, não foi a demarcação em si, pois sempre empunhamos a bandeira para uma demarcação ordeira e pacífica e há muito a esperávamos. Quero ressaltar que sou favorável à demarcação. Acredito que a regularização da área só irá gerar mais oportunidades para o desenvolvimento do Estado e beneficiar não apenas os agricultores e pecuaristas, mas, e principalmente, as comunidades indígenas. Definida a demarcação de forma consensual, ambos, brancos e índios, terão maiores condições para continuar suas atividades. A paz se fará e, finalmente, a grande família roraimense ficará livre das incertezas que só trazem apreensões.

Outrora, no governo do ex-Governador Ottomar Pinto, outras 29 áreas individuais foram demarcadas, e tudo aconteceu sem traumas, atendendo tanto aos interesses das comunidades indígenas quanto aos interesses dos não-índios.

Os fatos históricos são muitos, Sr. Presidente. No caso específico da área Raposa Serra do Sol, em tempos remotos conquistada e colonizada por estóicos brasileiros que lá fincaram a Bandeira nacional, o lugar sempre foi exemplo de uma convivência pacífica entre brancos e índios. Nos documentos que entregamos ao Ministro da Justiça e ao Procurador-Geral da República, naquele 14 de setembro de 94, juntamos farta documentação comprovando a existência do homem branco na região desde o século XIX, quando Roraima ainda era Município do Estado do Amazonas.

Em fazendas centenárias, famílias inteiras se estabeleceram, representando marcos vivos, numa

fronteira inóspita. Desde aqueles tempos, índios e brancos lá formaram uma comunidade mista e respeitosa.

Os povos indígenas de Roraima têm consciência da secular presença do homem branco na região. Mutuamente se beneficiam e compartilham negócios e alegrias. Juntos, sempre procuraram superar as dificuldades naturais e geográficas, determinados a conquistar os benefícios sociais e culturais a que têm direito.

A par de tudo isso, somos conscientes da quantidade mínima de terra que temos disponível ao nosso pleno desenvolvimento: Dos 23 milhões, 10 mil e 400 hectares de solo roraimense, 84,4% são representados por mata amazônica, isto é, representam reserva ecológica. São 19 milhões e 420 mil hectares praticamente intocáveis, salvo sob rigoroso e criterioso controle, cujas exigências praticamente inviabilizam a atividade agropecuária, nossa principal fonte de riqueza, por ser uma atividade caracterizada basicamente pelo desmatamento.

Na região Raposa Serra do Sol, as propriedades rurais são responsáveis por um rebanho respeitável, diversificado entre bovinos, eqüinos, caprinos e suínos. O arroz tem destaque na produção, como já frisei, e a soja, o milho e o feijão atendem a parcela considerável da demanda interna. A região conta ainda com dezenas de escolas de primeiro e segundo graus, que atendem a mais de 3.000 crianças. Possui hospitais, postos de saúde, postos da polícia militar, estradas estaduais que superam os 400 quilômetros e é cortada, em 78 quilômetros, pelas BRs 174 e 401.

Tudo isso, Sr. Presidente, além dos continuados investimentos na ampliação do atendimento social tanto nas comunidades indígenas como nas diversas vilas e Municípios de Pacaraima, Normandia e Uiramutã, encravados dentro da área.

Nas sedes dos municípios e nas vilas, estão milhares de brasileiros lá nascidos ou que lá escolleram para crescer e formar família por acreditarem no progresso e no desenvolvimento do Estado. São comunidades como quaisquer outras, em quaisquer pontos de nosso País. Homens, mulheres e crianças que vivem em sociedade trabalham, vão à escola, brincam em quadras de esportes, solidarizam-se em clubes de mães e passeiam por praças, ruas e avenidas. Não, com certeza, com o mesmo conforto existente abaixo do Equador, mas lutando para que esse dia chegue.

Em todas essas comunidades também se desfruta de água tratada, energia elétrica e telefone,

pois lá estão instalados os postos da CER, Caer e Telaima.

A Portaria nº 820, nascida de "considerandos" elaborados pela Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça, atropelou um processo onde perguntas ainda se fazem e respostas são devidas.

Afirmo que as comunidades indígenas de nosso País são merecedoras do nosso maior respeito. Em 1988, fui uma das signatárias da nova Constituição brasileira e, conscientemente, votei e lutei para que fossem aprovados os artigos que garantiam aos povos indígenas direitos inquestionáveis e inalienáveis.

Porém, no caso específico que hoje trago a esta Casa, essa demarcação em área contínua reacendeu insatisfações tanto dentro das comunidades indígenas, quanto junto aos produtores rurais e habitantes não índios da região. Uma situação de segurança se estabeleceu em Roraima e creio que todos aqui, e o País inteiro, acompanham os noticiários dos jornais, rádios e televisões comentando as manifestações em praças públicas e até mesmo a invasão da sede da Funai ocorrida anteontem.

Tenho aqui comigo, Sr. Presidente, a prova desse desagradável fato: a notícia que retirei do Jornal **Folha de Boa Vista** do dia 14 recém-passado, mostrando 70 índios que vivem na área demarcada, entre eles 28 *Tuchauas*, nome que se dá aos líderes, no interior da sede da Administração Regional da Funai em Boa Vista. Foram lá, acreditaram, para registrar seu protesto contra a demarcação da reserva em área contínua. Nem a polícia militar, convocada para garantir a segurança e estabelecer a ordem, conseguiu impedir a ocupação da sede da Funai. Felizmente a ocupação foi pacífica e maiores incidentes não foram registrados.

Ouçam – e vejam Vossas Excelências o nível das desavenças entre os próprios líderes indígenas – as declarações gravadas de dois líderes, Gilberto Macuxi e Lauro Barbosa, Presidentes, respectivamente, da ARICON – Associação Regional dos Índios do Rio Quinô/Cotingo e da SODIUM – Sociedade dos Índios Unidos do Monte Roraima.

Palavras do líder Gilberto Macuxi: "Essa demarcação em área única não é desejo dos índios, mas da igreja católica e de entidades internacionais. O Ministro da Justiça e o Presidente da Funai devem vir a Roraima para ouvir o outro lado da história, das comunidades que não concordam com uma área única".

Agora, as palavras do líder Lauro Barbosa, conforme escrito no jornal: "Os 4.858 índios associados à nossa entidade preferem continuar trabalhan-

do em parceria, como vem acontecendo atualmente. Estamos abandonados pela Funai. Não aceitamos área contínua porque queremos continuar com o governo, senão vamos ficar sofrendo como os yanomâmi, que têm muitas terras mas estão abandonados. Queremos mostrar que não são 12 mil índios que concordam com esta demarcação."

Outro Tuchaua, Marcolino de Souza, da maloca Bananal, aparece como a liderança que mais fez denúncias sobre a falta de assistência da Funai.

E por aí vai, Sr. Presidente: um leque de protestos, insatisfações e estórias que só contribuem para a exaltação dos ânimos e a implicação de órgãos e entidades num crescendo de acusações.

Um ponto em comum todos abraçamos: queremos a demarcação e urge que ela se faça.

Inclusive, e esse é um dado interessante, há muito tempo que nessa região deixou de ser novidade a existência de índios professores, donos de comércio, negociantes, pequenos agricultores e pecuaristas, e até mesmo índios vereadores e vice-Prefeitos, eleitos pela vontade da maioria civilizada, índios e não índios.

A Portaria foi um equívoco e não podemos persistir no erro. Não podemos compactuar com a incerteza, uma condição hoje estabelecida em Roraima, cujo desfecho tememos não seja aquele que todos nós queremos.

Representante de Roraima no Legislativo Federal desde 1986, desde lá venho acompanhando essa questão; alertando para uma solução de consenso e propondo que todas as correntes envolvidas sejam ouvidas. Vou continuar com essa bandeira. Onde quer que se faça necessário, aqui nesta Casa, nos gabinetes ministeriais, em Boa Vista, interior do Estado e nas malocas, lá estarei para pregar a paz, única condição para a tranquila continuidade do progresso e do desenvolvimento de Roraima.

Num passado recente, mantive inúmeras audiências com o então Ministro Nelson Jobim, da Justiça, tratando do mesmo assunto. Inclusive, participei das visitas que a comitiva do Ministro Jobim fez a Roraima, acompanhado do General Cardoso, Chefe da Casa Militar da Presidência da República e do Presidente da Funai, ocasião em que percorremos in loco, as comunidades indígenas.

Conheço de perto e a palmo cada maloca indígena em meu Estado. São comunidades formadas por um povo ordeiro, gentil e consciente. Em cada maloca fiz e mantengo amigos e amigas, líderes ou não.

Também, de perto, conheço aqueles que vivem nas fazendas, vilas e cidades da região. Por lá andei, percebi as dificuldades existentes mas também vi muita garra e orgulho em homens e mulheres que trabalham e semeiam a terra.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, acredito na sensibilidade e no bom senso de nossas autoridades e acredito numa solução que implante a paz em meu Estado. Por isso, acredito ser possível uma revisão nos termos da Portaria 820.

Já solicitei ao Ministro da Justiça uma audiência para todos os envolvidos na questão. É nosso desejo reunir as principais lideranças políticas, indígenas e de outros setores ligados à causa, numa única mesa de discussões que chegue a um denominador comum.

Devo registrar que do Ministro Renan Calheiros recebi a maior das atenções e manifestação de solidariedade.

Em breve, portanto, faremos essa reunião que, com fé em Deus, indicará o caminho que deságua no entendimento.

Desta tribuna, adianto um convite ao Ministro Renan Calheiros, o qual farei pessoalmente, para visitar a área Raposa Serra do Sol e, de perto, verificar e sentir a realidade atual existente.

Ao Presidente Antonio Carlos Magalhães, ao meu Líder Jader Barbalho, aos demais líderes nesta Casa e a todos os colegas Senadores, peço irrestrita solidariedade nesta causa, que não é somente a minha causa, mas a de toda uma população, irmãs e irmãos brasileiros que, unicamente, querem uma solução de acordo com os nossos sentimentos e aspirações.

Peço o registro nos Anais desta Casa dos artigos do jornal *Folha de Boa Vista* a respeito das comunidades indígenas contrárias à demarcação das terras em área contínua. Temos aqui a fotografia dos Tuchauas e dos povos indígenas invadindo a sede da Funai, porque acham que há mais solidariedade por parte dos governantes locais do que por parte da própria Funai.

Reconheço que a Funai não dispõe de verbas para resolver os problemas financeiros das comunidades indígenas em nosso País. Em Roraima, acompanhamos de perto a demarcação da área dos yanomâmis. Trata-se de uma área muito grande, com muitas terras. Pergunto: mas de que serviu para aquela comunidade indígena? Se não fosse pelo apoio do pelotão de fronteira do Exército, instalado em Surucucus, tenho certeza de que os índios yanomâmis do Estado de Roraima já teriam sido extintos.

Fizemos muitos contatos com os índios e concluímos que eles preferem uma quantidade menor de terras, mas com incentivos, em que possam trabalhar juntamente com os brancos para não serem excluídos. Atualmente, principalmente nessa área, há pessoas instruídas. Os colégios, naquela região, têm diretores e professores indígenas. Há índios que são vice-prefeitos e vereadores, então não há necessidade de se destinar aquela área somente às

comunidades indígenas e mantê-la sob a administração da Funai, sob pena de perdermos todas aquelas plantações. Não há para onde transferir os plantadores de grãos e os criadores de gado daquela região. Meus nobres Colegas, a prova desse desagradável fato são as notícias que V. Ex^as estão acompanhando. Setenta índios, entre eles vinte e oito Tuchauas, protestaram na porta da Funai contra essa demarcação em área contínua.

Gostaríamos que o Presidente da República fizesse rapidamente essa demarcação, porque isso está entravando o desenvolvimento não só daquela região, mas de todo o Estado. Aquela já foi uma região riquíssima em criação de gado – o rebanho era muito maior do que o atual –, mas não há mais quem queira fazer investimentos na área, pois não se sabe o que vai acontecer. Permanecem aqueles que já estão lá há bastante tempo e que não têm outro meio de sobrevivência, pois necessitam criar seus filhos. A situação é bastante desagradável.

Não ocupei a tribuna a fim de discursar apenas para o conhecimento de alguns. A situação não é fácil e sabemos que a taxa de desemprego é considerável em todos os Estados do País. No nosso Estado não há indústrias, pois dispomos de energia gerada por combustível, em máquinas antigas. Há apenas uma hidrelétrica, no sul do Estado, que gera e distribui energia para oito Municípios; o restante da região é atendido por termelétricas. Assim, não há interesse em se implantarem indústrias, nem por parte de quem lá está, nem de outros investidores, uma vez que a produção de energia é deficitária e muito cara.

Portanto, solicito aos meus nobre Colegas e ao Presidente da Casa que nos ajudassem nessa luta. É muito fácil equacionar essa situação sem traumas, pois os representantes dos índios Tuchauas, os deputados estaduais e os fazendeiros estão dispostos a vir a Brasília. Convidarei pessoalmente o Ministro Renan Calheiros para que vá até lá, juntamente com outras autoridades, constatar como está a situação no momento.

Ainda hoje está havendo uma reunião na Assembléia e alguns parlamentares para lá foram, a fim de discutir esse assunto. Resguardei-me de comparecer porque visitei, no passado, com o Ministro Nelson Jobim e o General Cardoso, da Casa Militar, todas as comunidades indígenas da região, e esperávamos, realmente, que a demarcação fosse feita em áreas não contínuas. Apenas três Municípios estão salvaguardados: Pacaraima, que faz fronteira com a Venezuela; Normandia e Uiramutã, apenas na sua área urbana, sem que se dêem condições nem para os fazendeiros que ficam próximos à área urbana. Isso não é viável nem no aspecto social, nem no de segurança nacional.

Roraima está encravada em duas fronteiras: a da Venezuela, em que há os índios ianomâmis, re-

gião que já foi demarcada em área contínua, e Pacaraima, cidade fronteiriça com Santa Elena de Uaréin e Guiana Inglesa. Não poderemos deixar aquelas fronteiras sem a presença do homem branco. Vivemos em harmonia com os dois Estados, mas não sabemos se, no futuro, será da mesma forma. Então, é muito salutar que fiquem os brancos, que se salvaguardem ao menos as fazendas existentes, aquela parte em que já existem investimentos na área agropecuária, e os Municípios. Trata-se de uma área muito grande, de 1 milhão e 600 mil hectares, suficiente para que os índios tenham terra sobrando e possam começar a trabalhar com mais amplitude, recebendo também a ajuda do Governo do Estado e das Prefeituras locais.

Este assunto pode não parecer sério para muitos, mas o é não somente para o povo de Roraima, mas para o nosso País. Chegou a hora de os índios terem as terras que ocupam demarcadas. O povo usa o termo "terra dos índios", mas isso é uma falácia. Na nossa Constituição, o índio tem direito ao uso da terra, que continua sendo da União. Os índios não têm direito a negociar um palmo de terra para, por exemplo, comprarem uma casa na cidade e colocarem os filhos na escola. Eles não têm essa condição, porque não são donos da terra. Há quem incite pessoas a se rebelarem, dizendo que eles serão os donos da terra, que são os povos primitivos e os verdadeiros proprietários. Sabemos que não é assim.

Conforme já falei, no caso dos ianomâmis não há necessidade de tanta terra. São milhares e milhares de quilômetros de terra seca, em que não se planta; não há caça nem pesca e os índios sobrevivem precariamente com a ajuda do Exército brasileiro.

Meus nobres Pares, quero agradecer a atenção de todos. Saio desta tribuna confiante de que o Congresso Nacional formará conosco uma força junto ao Ministério da Justiça. Gostaria de ressaltar que tenho recebido uma solidariedade grande por parte do Ministro Renan Calheiros, com quem, na terça-feira, pretendo marcar com S. Ex^a ou a sua ida ao nosso Estado ou a vinda das lideranças a Brasília, a fim de tentarmos resolver esse problema, que, sabemos, não depende apenas do Ministro. É preciso uma conjunção de forças para lograrmos êxito.

Sr. Presidente, sinceramente, lamento mais pelos índios, caso isso ocorra, do que pelos próprios não-índios, porque os índios são mais indefesos, e, ficando ali, sozinhos, vão perder grande parte da cooperação que têm, tanto na parte social quanto na produtiva, no que diz respeito à agricultura do nosso Estado.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A
SENADORA MARLUCE PINTO EM SEU
PRONUNCIAMENTO:**

**OS ÍNDIOS PROTESTAM
CONTRA A DEMARCAÇÃO
DA RESERVA RAPOSA/
SERRA DO SOL EM ÁREA
CONTÍNUA DE DENUNCIAM
QUE ESTÃO
ABANDONADOS PELA
FUNAI**

Um grupo de aproximadamente 70 índios ocupou ontem à tarde a sede da Administração Regional da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) para protestar contra a demarcação em área única da reserva indígena Raposa/Serra do Sol e da reserva de São Marcos.

Eles exigiram dos diretores do órgão uma conversa pôr telefone com o presidente da FUNAI, Sullivan Silvestre, em Brasília, ou com autoridades do Ministério da Justiça. As lideranças também fizeram várias denúncias contra a atuação do órgão indigenista.

Os indígenas chegaram por volta das cinco horas da tarde vindos de 44 malocas da região das Serras, na Raposa/Serra do Sol, e de outras comunidades da reserva indígena São Marcos.

A Polícia Militar foi chamada para garantir a segurança dos funcionários, porém não conseguiu impedir que fossem ocupadas as salas da Operação Yanomámi e a do administrador. A ocupação foi pacífica, porém não houve entendimento.

Homens e mulheres decidiram ficar acampados na sede até que suas reivindicações sejam atendidas, ou tenham uma posição oficial de que o ministro da

ja Católica e de entidades internacionais", disse Gilberto Macuxi, presidente da Aricón.

Macuxi disse que o ministro da Justiça e o presidente da FUNAI devem vir a Roraima para ouvir "o outro lado da história" das comunidades indígenas que não concordam com uma área única.

Eles alegam que estão desassistidos em todos os setores como Saúde, Educação e Agricultura, e por isso defendem a permanência de produtores rurais na região e a continuidade da assistência do Governo do Estado.

O presidente da Sodíurn, Lauro Barbosa, disse que os 4.858 índios associados à sua entidade preferem continuar trabalhando em parceria com o governo, como vem acontecendo atualmente. "Estamos abandonados pela FUNAI", disse.

"Não aceitamos área contínua porque queremos continuar com o governo, senão vamos ficar sofrendo como os yanomámi que têm muitas terras, mas estão abandonados", disse a liderança indígena.

Segundo ele, o Estado é a única forma de assistência que garante transporte, implementos agrícolas, estradas e escolas dentro das comunidades indígenas. "Queremos mostrar que não são 12 mil índios que concordam com esta demarcação", protestou.

Na conversa com o diretor fundiário da FUNAI, os índios reforçaram as denúncias e quase não deixaram Dismar Mesquita argumentar. O tuxaua da maloca Bananal, Marcolino de Souza, foi uma das lideranças que mais fez denúncias sobre falta de assistência da FUNAI.

2. Renan Cajueiros, e o diretor da FUNAI vêm tentado conversar com eles. O administrador Walter Blos e férias e o interino Décio Soárez Santos alegou que

dígenas ao diretor fundiário do órgão, Dismar Mesquita. O interino mandou dizer pelo funcionário Iedro José Simões que só poderia atender à reportagem da Folha na manhã de hoje.

FUNAI foi coordenada por três organizações indígenas que são contra a demarcação da reserva: Sodíurn (Sociedade dos Índios Unidos do Monte Roraima), Aricón (Associação Régional dos Índios do Rio Quinô-

volvimento das Comunidades Indígenas de Roraima).

Eles trouxeram 28 tuxauas de 44 malocas e mais homens e mulheres que habitam as regiões de São Marcos e das Serras, Raposa/Serra do Sol. "Essa c

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Tem a palavra o Senador Artur da Távola.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, para uma grande crise, uma grande Oposição. Essa poderia ser uma máxima interessante num momento como o atual. É por ser ela desafiadora que, tendo em vista a quantidade inumerável de julgamentos que a Oposição tem feito do Governo, gostaria, hoje, de fazer não um julgamento – não tenho competência para tal –, mas uma análise da Oposição, para verificar se, diante de uma grande crise, temos uma grande Oposição.

Não adianto conclusões. Gostaria de analisar. Pode ser que ao longo do discurso as conclusões cheguem, embora algumas eu já as acaiente em meu espírito.

Como um modesto Senador que o destino fez colocar em uma das cadeiras mais laterais e mais distantes do foco dos trabalhos, observo o desenvolvimento da política oposicionista não apenas nesta Casa como em todo o Brasil. Tenho observado que a Oposição brasileira tem-se dividido, basicamente, em quatro grandes rumos.

Existe uma Oposição ideológica, que respeito profundamente, e é representada nesta Casa pelo Senador Lauro Campos. S. Ex^a não está interessado em colocar obstáculos, "cascas de banana" ao Governo; S. Ex^a é um homem que defende idéias e finalidades da ação política, porque presididas por uma visão ideológica do mundo. Esse é um caminho minoritário dentro da Oposição. A meu juízo, a Oposição não atina para a importância dele, mas ele é um dos marcos, uma das formas, um dos estilos de Oposição que observo existir na conjuntura.

A segunda forma de Oposição que observo é a da Oposição alternativa. Ainda ontem tivemos, a propósito disso, dois eventos curiosos, desafiadores da atenção: o Senador Roberto Freire e o Deputado Fernando Gabeira foram ao Presidente da República, como membros da Oposição, propor um pacto que envolva operariado, empresariado e classe política, para que, em conjunto, neste instante, busque-se uma posição unitária para o País; e essa posição unitária para o País, independente das posições, evidentemente pode dar uma grande colaboração para o enfrentamento da crise. Ela é, portanto, uma segunda forma de Oposição. Teremos, portanto, uma Oposição ideológica, uma Oposição alternativa.

A terceira forma de Oposição é o que eu chamo de Oposição exibicionista. A essa forma de Opo-

sição interessa muito mais os próprios propósitos do que propriamente os objetivos finais até da ação política ou do ponto de vista ideológico de quem a pratica. Ela estabelece um pacto com certos segmentos da imprensa e, com grande êxito, tripula acidentes de percurso, criação de problemas, embaraços constantes, desde que eles defiram a quem embaraça um espaço grande e grandiloquente nos meios de comunicação. Por ser uma forma de oposição menos qualificada, a meu ver, eximo-me de citação de nomes como exemplo de corporificação dessa forma de Oposição. Ela é, no entanto, dominante. Ela predomina porque tem muito êxito de repercussão e ela não se incomoda propriamente em profundidade com os destinos do País; ela se preocupa com o seu êxito.

A quarta forma é uma Oposição que eu chamo de debochada. O líder dessa Oposição é o ex-Ministro Delfim Netto. Ela se caracteriza pela exacerbada de um sentimento gelado de indiferença, desde que mágoas do passado sejam resarcidas e desde que um relativo brilho verbal seja suficiente para a colocação de intrigas, de antagonismos, de aspectos menores da ação política.

Esses quatro grandes vetores caracterizam a Oposição. E volto à pergunta inicial ou à afirmação inicial: para uma grande crise, temos uma grande Oposição? Tenho a impressão que não. Essa grande crise contém no seu bojo uma pluralidade de causas, nas quais estão incluídas sim erros do Governo, como estão incluídos problemas do passado, como está incluída a conjuntura internacional.

Hoje de manhã ouvi o Presidente Nacional do PT comparar o Presidente Fernando Henrique Cardoso a Gorbachev, supondo fazer uma grande ofensa. E eu pensava no papel de Gorbachev e no que aconteceu com a Rússia depois dele. Gorbachev foi afastado exatamente por setores radicais. E o que Gorbachev percebeu é que a melhor forma de defesa do socialismo era sua evolução e não a sua manutenção de uma idéia atrelada à máquina do Estado, pela certeza de que o socialismo de Estado é que fracassara. Gorbachev foi a tentativa de salvar a experiência socialista através da compreensão de que ela não é necessariamente filha do totalitarismo de Estado. E, ao mesmo tempo, a percepção de que se, naquele momento, a União Soviética não fizesse a abertura que fez, o conjunto de erros acumulados ao longo dos anos a levariam ou a uma guerra civil, da qual esteve à beira várias vezes – até depois –, ou à ruína total, do ponto de vista econômico. Ele não é responsável pela condução da economia a

partir do novo governo, nem pelos destemperos do Presidente Leitsin e as suas dificuldades de natureza psicológica e existencial, num sistema que é relativamente parlamentarista, mas efetivamente parlamentarista não é, porque continua centralizando poderes nas mãos do Presidente.

Aqui no Brasil, portanto, estamos a assistir ao que me parece ser uma Oposição abaixo da natureza da crise. E gostaria de fazer essa reflexão abertamente, de peito aberto e com muita soltura, sem nenhuma tentativa de agressão, como é de meu hábito fazer.

O Sr. Ademir Andrade (Bloco/PSB – PA) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ) – Em seguida, Senador Ademir Andrade. Tendo em vista os apartes pouco regimentais na Casa, com mais de dez minutos – sei que não é o caso de V. Ex^a – darei o aparte, com muito prazer, mas reservarei os cinco minutos finais, só para que eu possa concluir o meu raciocínio, que, seguramente, será derrubado por V. Ex^a.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PT – DF) – Também gostaria de participar dos cinco minutos finais.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ) – Com muito prazer, Senador Lauro Campos. V. Ex^a me honra.

Essa crise está montada numa situação internacional absolutamente nova, que desafia todos nós nas suas configurações. Ela está montada numa crise brasileira que, a meu juízo, pode conter erros tópicos na ação do Governo, não na sua visão finalista, e essa crise se agudiza quando – e aqui algo absolutamente ligado a esta Casa –, de repente, o pacto federativo se põe em risco exatamente tripulado pela Oposição exibicionista que, agora, tem a presença do Governador Itamar Franco como um dos antagonistas do outro pólo dessa Oposição exibicionista que está no PT. Há uma disputa por liderança oposicionista neste momento, na raiz dessa crise.

O Presidente Itamar Franco, a meu ver, é um homem ilustre, de bem. Curiamente, é uma pessoa que soube ser Presidente da República. Eu não jogaria nele qualquer crítica mais grave. S. Ex^a foi um Presidente da República importantíssimo para o Brasil, mas não soube ser ex-Presidente da República. Curiosa essa configuração da psicologia humana, mas isso é uma outra discussão.

Temos, então, neste instante, Sr^s e Srs. Senadores, uma crise internacional no segmento do capital especulativo, que hoje está comandando de modo supranacional a economia dos mundos. Não é mais a presença dos países. Fui criado ao tempo do

imperialismo norte-americano, do colonialismo inglês. Hoje, já não é mais assim. Essa crise tem, evidentemente, pelo avanço das comunicações, um poder muito grande, sobretudo pela dependência que a economia globalizada tem dos mercados financeiros. Ela não é uma crise que afete a base da economia, mas afeta um setor da economia que tem uma importância muito grande, porque é o setor da economia que interfere na própria estrutura política dos países. E interfere por um mecanismo supranacional, absolutamente incontrolável, para o qual os países não encontraram ainda a solução. O próprio Presidente da República brasileira foi quem levantou, na reunião de Presidentes, a necessidade de enfrentamento dessas ameaças permanentes, oriundas da especulação puramente financeira, que é, portanto, um dos vetores absolutamente incontroláveis e é fator detonador da nossa crise.

Temos a nossa crise interna de País. O País não está com a sua economia arrasada, como vem sendo dito. O País tem pontos vulneráveis na questão do câmbio e existe demora na decisão de alteração na política cambial, onde acredito que a Oposição consequente tenha tido razão ao longo da discussão nestes anos, e que agora promove uma crise maior do que a existente. Ela não está em crise, porém, do ponto de vista da inflação; ela não está em crise, porém, do ponto de vista não da entrada de capitais na bolsa, mas da entrada de capitais reais no País para investimentos duradouros – ao contrário, o crescimento vem sendo espantoso –; ela não está em crise no sentido da capacidade de alimentação dos setores menos favorecidos, ao contrário, a cesta básica baixou, a inflação tem dado um ganho maior; ela não está em crise, inclusive, em muitos setores da administração. O Brasil não está com uma crise a mais na área da educação; continua investindo o que investia, o País tem avançado nos investimentos na área da saúde, e isto todos têm aceito.

O País tem, sim, uma crise de Estado mais profunda, que não se refere especificamente a esse Governo, embora ele tenha parte dela. E esse é o grande drama dos governantes da contemporaneidade, por cima de paixões. O Poder Público no Brasil está falido há muitos anos, não é de agora. Essa falência vem se caracterizando por um déficit acumulativo que é a trágica herança de cada Governo que entra. E cada Governo que entra – não me refiro a Governo Federal –, estadual e municipal, passa a ser o responsável por crises que não gerou.

O Governador Itamar Franco não está errado ao apontar a profundidade da natureza da crise no

seu Estado. S. Ex^a está errado em fazer dela um pátamar político para uma desordem de natureza institucional, a crise no pacto federativo, neste momento. S. Ex^a também herdou a acumulação das crises. O que fazem os Governadores todos, sem exceção, vivendo numa economia de Estado falida há mais de 15 anos no Brasil? Buscam, como podem, recursos para realizar a sua obra administrativa, para atender a demanda social e, evidentemente, acumulam dívidas. O País foi leniente com a acumulação de dívidas. Nós, do Senado, temos sido lenientes com a acumulação de dívidas. O endividamento dos Estados é hoje parte fundamental tão grave quanto outras formas de endividamento no déficit público. Porém, cada Governador que entra herda esse passado e herda, também, a irresponsabilidade, até difusa, desse passado, e é em cima dele que desabam as crises. Foi também sobre o atual Governo Federal que desabaram anos de acumulação de déficit público como anos de inflação e, por primeira vez, o enfrentamento está sendo dado, e ele é muito difícil. Ele encontra todas as barreiras exatamente dos setores privilegiados, que sempre se beneficiaram da crise. Curiosamente, com exceção da Oposição ideológica, que tem uma orientação de visão de mundo diversa, todas as demais formas de oposição beliscam no acidental e se esquecem do essencial.

Está certo uma crítica não ao neoliberalismo, porque o Governo não é neoliberal. Mas ainda que seja uma crítica à visão de pacto que a socialdemocracia faz com o neoliberalismo, essa é uma crítica válida. Podemos discuti-la – eu não concordo com ela, por razões de visão filosófica, mas essa é uma crítica séria, porque se os fundamentos desse pacto entre liberais e socialdemocráticos são, realmente, um equívoco, um erro, o caminho será errado e esse será o ônus do erro nosso na história. A crítica do acidental, a crítica da pequena jogada funciona para efeitos eleitorais, para efeitos da exacerbção na mídia, para a criação de novos ícones ou ídolos de massa oriundos do Estado-espetáculo, mas ela não resolve os problemas do País, não enfrenta as verdadeiras causas.

Neste instante, estamos a viver exatamente a ausência de uma grandeza oposicionista diante do tamanho da crise. É essa a reflexão que quero deixar com a Casa, não sem antes, no tempo que me resta, com o maior prazer e orgulho, ceder o aparte ao Senador Ademir Andrade e, em seguida, ao Senador Lauro Campos.

O Sr. Ademir Andrade (Bloco/PSB – PA) – Senador Artur da Távola, impressiona-me, às vezes,

ver um Senador do porte de V. Ex^a, que teve ao longo de toda a sua vida uma história brilhante de luta, ser hoje um defensor, da forma como V. Ex^a é, das decisões do Governo e um crítico tenaz da Oposição, chegando a colocar que o comportamento da Oposição está abaixo da crítica.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ) – Eu não disse isso, Senador, mas, de qualquer maneira, ouço V. Ex^a com atenção.

Um setor da Oposição está abaixo da crítica, sem dúvida.

O Sr. Ademir Andrade (Bloco/PSB – PA) – Deu-me a impressão de que fosse toda a Oposição.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ) – Foi "aqueém da crise" que falei, não dá crítica. Falei que a Oposição está aquém do tamanho da crise. Para uma grande crise é necessário uma grande Oposição. Foi essa a minha colocação.

O Sr. Ademir Andrade (Bloco/PSB – PA) – Peço desculpa a V. Ex^a, porque entendi mal. O que me admira, Senador Artur da Távola, é que as pessoas ou os meios de comunicação hoje, no País, passam a idéia de um Governo que não se pode questionar. Eu lembraria que, com todo o poder que tem o atual Governo, com toda a mídia a seu serviço – aliás, mídia esta muito bem paga – apesar disso, com todas as dificuldades que tivemos que enfrentar e com o candidato com o qual disputamos, obtivemos quase 35% dos votos do povo brasileiro. Essa oposição existe na base da população, e a mídia e o Congresso Nacional querem passar uma imagem para todo o Brasil de que tudo o que o Governo faz é absolutamente certo. O Governo não pode ser questionado; deve-se fazer aquilo que o Governo quer. O Governo, Senador Artur da Távola, não é questionado nem por suas bases. Numa altura desta, os homens mais preparados do Governo, como V. Ex^a e o Senador Fernando Bezerra do Rio Grande do Norte, têm feito questionamentos aqui, mas esses questionamentos ficam no ar; não se aprofunda a questão. O problema do Brasil, Senador Artur da Távola, é que a condução econômica do Governo fez com que fosse gerada uma dívida insuportável, e ninguém questionou isso, porque se parte do princípio geral de que tudo que o Governo faz é certo. Se o Governo fez, está feito, e todos nós temos que aplaudir. Essa é a idéia geral que se está passando hoje, em nosso País. Está provado, Senador Artur da Távola, que muitas coisas foram feitas erroneamente. O mundo não está acreditando e nem investindo em nosso País. Não há retorno. Quando, há dois meses, o Governo aumentou os juros de 19% para

50%, ninguém acreditou. O Presidente achou que, de repente, isso poderia trazer os capitais voláteis de volta, mas ninguém investiu aqui, porque nenhum país do mundo pode pagar esses juros. É preciso haver questionamento. É preciso haver humildade, e nunca houve humildade por parte do Governo para travar uma conversa séria com a Oposição. Nunca houve isso. Quando se questiona, quando os Governadores de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul levantam uma questão, a mídia inteira diz que isso é calote ou mau comportamento. Não há quem racione no sentido de que pode haver algo correto naquilo que está sendo feito. Não penso que a Oposição não esteja cumprindo seu papel. A Oposição pode ter seus erros, mas o Governo tem mais erros ainda, pois, como condutor, não chama a Oposição para um diálogo sério e para a busca de um caminho. Por que o Governo não chama todos os Governadores do Brasil para uma conversa? Por que o Governo não chama as principais lideranças para se fazer um pacto e para se pensar numa saída para essa situação de dificuldade? Portanto, Senador Artur da Távola, creio que nós, modestamente, estamos cumprindo com a nossa obrigação.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ) – Muito obrigado Senador Ademir Andrade. Agradeço-lhe o aparte. O tempo não me permite respondê-lo, mas agradeço-lhe enormemente a colaboração.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PT – DF) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ) – Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PT – DF) – Exm^o Sr. Senador Artur da Távola, fui agraciado com uma referência nominal de V. Ex^a e, por isso, não poderia deixar de tentar responder às suas colocações, que são sempre feitas de forma lhana, educada, inteligente e sensível.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ) – Obrigado.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PT – DF) – V. Ex^a divide as oposições e essas classificações ideográficas ou nomotéticas são realmente bastante fáceis de serem feitas, mas, muitas vezes, não satisfazem as características do objeto dividido ou classificado. V. Ex^a classificou a Oposição da seguinte forma: Oposição ideológica, Oposição alternativa, Oposição exibicionista e Oposição debochada. Aqui não há lugar para uma Oposição construtiva, para uma Oposição inteligente, para uma Oposição à Carlos Lacerda, porque, se Carlos Lacerda, estivesse entre nós, da Oposição, obviamente ele saberia aproveitar o

filé mignon do Governo, por meio de seus erros, da persistência de seus erros e também do seu exibicionismo, que não é monopólio da Oposição. Sabemos disso. Sabemos da postura narcísica e imperial deste Governo ou deste "re-Governo", porque já é o da reeleição. Eu gostaria – o tempo não permite que eu me estenda a respeito dessas considerações – de dizer que também existe um governo autoritário; um governo globalizante e mal-inserido no processo de globalização; um governo perpetuante ou auto-perpetuante; um governo do desenvolvimentismo imaginário; um governo da ingovernabilidade crescente, da venda das estatais e do aumento das dívidas. Portanto, haveria um rol de segmentos e de características do Governo que talvez fossem até mais numerosos do que os da modesta Oposição, que, de acordo com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, não existe. V. Ex^a conseguiu classificar aquilo que não existe, de acordo com as palavras do eminente sociólogo, Presidente Fernando Henrique Cardoso.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ) – Se a Mesa permitir, concedo-lhe o aparte com prazer.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Senador Antonio Carlos Valadares, eu queria apenas fazer um apelo a V. Ex^a.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Serei breve, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Em primeiro lugar, prorrogo, de acordo com a faculdade que o Regimento me concede, a Hora do Expediente, para que V. Ex^a possa concluir. Apelo para a brevidade da sua intervenção, porque o Senador Artur da Távola já ultrapassou, em cinco minutos, o tempo que lhe é reservado.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, sem dúvida, obedecerei à orientação de V. Ex^a e serei breve. Senador Artur da Távola, V. Ex^a é um dos melhores formuladores de idéias. Conhecemos a sua inteligência, a sua capacidade intelectual e, por isso, respeitamos muito as suas exposições. V. Ex^a fala em tese sobre a Oposição, como, em tese, posso falar do Governo.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ) – É claro.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Em tese, eu diria que, por quatro anos, o Governo da República administrou o Estado brasileiro, prometendo emprego, equilíbrio da nossa balança de pagamento e a reconstrução da vida

econômica do Brasil. Em tese, isso foi o que o Presidente falou durante as suas primeira e segunda campanhas eleitorais. Mas, na prática, o que vimos foi justamente o contrário: nesta Casa, a Oposição nunca deixou de colaborar, do ponto de vista democrático, com o Governo, apresentando teses e proposições que pudessem minimizar a crise que já se prenunciava. Tivemos a oportunidade de ler desta tribuna, há mais de três anos, várias advertências de economistas nacionais e internacionais no sentido de que o Brasil, mais cedo ou mais tarde, mergulharia em uma crise sem precedentes. Alertávamos o Governo para essa questão, cumprindo com a nossa obrigação. Enquanto isso, o Governo estava mais preocupado com a reeleição, que foi um dos instrumentos negativos da não-solução dos problemas nacionais. Portanto, Senador Artur da Távola, ao reafirmar a minha admiração por V. Ex^a como Senador, gostaria de dizer que não concordo com a tese de que a Oposição está abaixo da crise que estamos sofrendo, como afirmou V. Ex^a. Ao contrário, a Oposição está à altura da crise, porque não temos nada com isso. Quem está abaixo da crise é o Governo de Fernando Henrique Cardoso, que foi incapaz de, em quatro anos, resolver os nossos problemas e que hoje não pode apontar a Oposição como causadora dos males que o Brasil está sofrendo. Muito obrigado, Senador Artur da Távola.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares. V. Ex^a concluiu o seu aparte dizendo a seguinte frase: "Não temos nada com isso". É exatamente esse o centro do meu discurso. A Oposição tem a ver com isso, não por seus erros, mas porque também é convocada em uma hora como esta.

Fica, portanto, agradecendo a qualidade dos apartes, sobretudo de três oposicionistas de alta envergadura, a minha afirmação – e pelo que vejo ela já está a estimular: esta crise precisa também de uma oposição à altura dela. Tenho a certeza de que o que fizeram ontem o Partido Verde e o PPS é um prenúncio de que a Oposição estará à altura da crise.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Está inscrito para uma comunicação inadiável o Senador Ademir Andrade, que dispõe de cinco minutos para fazê-lo.

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB – PA) Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, manifesto a minha preocupação com a situação das universidades do norte do País. A nossa região está

ainda em processo de desenvolvimento e as nossas universidades existiam apenas nas capitais.

Cerca de sete anos atrás, o reitor da nossa universidade do Pará e no caso também o do Amazonas começaram a estender essa universidade ao interior, de forma que muitas grandes cidades do interior da Amazônia hoje têm, algumas, o curso permanente, outras, o curso que se faz no período de férias.

Nosso Estado tem 1 milhão e 200 mil quilômetros quadrados. Existem municípios no nosso Estado dos quais, para se chegar à capital, viajam-se 48 horas de ônibus, como, por exemplo, para se chegar a Belém partindo-se de Itaituba. São distâncias muito grandes, e a dificuldade do nosso povo exige que a formação chegue à sua base.

A Universidade Federal do Pará conseguiu, com muito esforço, implementar a sua interiorização, e hoje ela funciona em 15 municípios do Estado. Depois do Governo Collor e agora, no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, as universidades têm sido apertadas, espremidas, até não ter quase possibilidade alguma de manutenção. Caminha-se, efetivamente, para a privatização das universidades ou para a obrigatoriedade de os estudantes terem que pagar uma mensalidade às mesmas.

Estou preocupado com fato de que as coisas se apertaram a tal ponto que as nossas universidades estão-se vendo sem nenhuma condição de manter os cursos de interiorização. O custeio da Universidade Federal do Pará para o ano de 1999 está orçado em apenas 11 milhões de reais. São mais de 30 mil alunos, e é impossível manter-se o funcionamento daquela Universidade, que tem inclusive um hospital com atuação em todo o Estado do Pará, com tão poucos recursos.

A Bancada do Pará e a do Amazonas se uniram e, através da Comissão da Amazônia, na Câmara dos Deputados, apresentaram uma emenda ao Orçamento da União no valor de 40 milhões de reais. Essa emenda tem o objetivo de manter a Universidade funcionando no interior dos nossos Estados.

Tive, pessoalmente, uma conversa com o Senador Ramez Tebet, que é o Relator-Geral do Orçamento da União de 1999, apelando a S. Ex^a para a importância da aprovação daquela emenda, visto que, se ela não for aprovada, será impossível a continuidade da interiorização das nossas Universidades. Os cursos das grandes cidades da região amazônica terão que ser fechados.

O Senador Ramez Tebet nos colocou a dificuldade de aprovação dessa emenda, considerando, segundo S. Ex^a, que os recursos destinados à edu-

cação em 1999 não foram reduzidos, mantiveram-se; o mesmo acontecendo com a saúde.

Ora, se fizermos a comparação de 1998 para 1999, eles não foram reduzidos, mas também não foram aumentados. Se fizermos a comparação entre o primeiro e o segundo ano de Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, vamos perceber que os recursos de 98 e os previstos para 99 são menores do que os de 95, 96 e 97. Portanto, houve uma redução nos investimentos na área de educação no Brasil.

Recebi no meu Gabinete a visita do Reitor da nossa Universidade e da Vice-Reitora, Drª Telma, para estabelecer a ação conjunta de todos os Parlamentares do nosso Estado. Houve inclusive a visita do Reitor ao Senador Jader Barbalho, como Líder do PMDB e como a pessoa que indicou o Senador Ramez Tebet para Relator do Orçamento. É preciso que todos façamos um esforço no sentido de garantir a aprovação dessa emenda. Sem isso as universidades da Amazônia correrão grave risco. E não posso prever, Sr. Presidente, a revolta que poderá haver entre os inúmeros estudantes que hoje têm acesso à universidade, em período de férias ou em período normal, nos campos avançados ou nos cursos feitos nos períodos de férias, se eles perderem a oportunidade de ter acesso ao conhecimento e à educação.

Faço esse registro, apelando ao Senador Ramez Tebet que reveja a sua posição e que estude com carinho a possibilidade de aprovar essa emenda que foi apresentada pela Comissão Permanente da Amazônia na Câmara dos Deputados.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item único:

Segundo dia discussão, em segundo turno, da **Proposta de Emenda à Constituição nº 34, de 1998**, tendo como primeiro signatário o Senador Elcio Alvares, que prorroga, alterando a alíquota, a cobrança da contribuição a que se refere o art. 74 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (CPMF).

Tendo Parecer sob o número 639, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Relator o Senador Romeu Tuma, favorável, com votos contrários dos

Senadores Josaphat Marinho, Antônio Carlos Valadares e José Eduardo Dutra.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 363 do Regimento Interno, transcorre hoje o segundo dia de discussão em segundo turno da matéria. Esclarece ainda que poderão ser oferecidas emendas que não envolvam o mérito.

Em discussão a proposta. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a matéria constará da Ordem do Dia da Sessão Deliberativa Ordinária da segunda-feira para prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldecker. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Joel de Hollanda.

O SR. JOEL DE HOLLANDA (PFL – PE). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Srs Senadoras e Srs. Senadores, nosso Brasil é um país curioso: somos um país com estrutura sócio-econômica de Terceiro Mundo, gerido com discursos de Primeiro Mundo e práticas do Mundo da Fantasia.

Em que nação minimamente civilizada a discussão do trabalho infantil se colocaria, apenas, em termos de assunto trabalhista e, sobretudo, de fiscalização do Ministério do Trabalho?

Trata-se, efetivamente, de assunto de ordem social, com raízes na profunda desigualdade de oportunidades da sociedade brasileira, onde se convencionou que o salário mínimo é um referencial social e economicamente justo para discutir as demandas da população.

Parece que assistimos a uma comédia de humor negro quando ouvimos diferentes setores falar em aumento do poder aquisitivo do salário mínimo. Não há lógica que permita aceitar que um brasileiro possa sustentar-se, com um mínimo de dignidade, com os atuais R\$130,00. Quanto mais sustentar uma família.

Se tomarmos como exemplo qualquer um dos países desenvolvidos, o salário mínimo será superior a R\$1.000,00 mensais, o que, nessa nossa terra tupiniquim, pretende-se que seja quase o teto da aposentadoria dos trabalhadores. Seria cômico se não fosse trágico o fato de, com nossa ínfima renda mensal, termos de arcar com um custo de vida mul-

tas vezes igual ou superior ao de países como os Estados Unidos, França ou Inglaterra.

Esta é a razão básica por que encontramos tantas crianças trabalhando: seus pais não têm como prover-lhes o sustento sem que elas trabalhem.

Haverá sempre alguém que argumentará: por que, então, pôs o filho no mundo, se não tinha meios de sustentá-lo?

Defrontamo-nos, aqui, com a segunda grande questão ligada ao trabalho infantil: a ignorância das populações de mais baixa renda não lhes dá nenhuma alternativa de ascensão social, pois todos têm de trabalhar desde cedo. Estudar não lhes é permitido se querem sobreviver.

A ação do Governo, em todas as suas esferas, coibindo o uso de mão-de-obra infantil, principalmente no trabalho no campo, está longe de ser suficiente e eficaz. Ela é correta, certamente, pois assegura que a lei seja cumprida e os infratores punidos. Contudo, o que farão as famílias cuja renda se vê amputada da minguada, porém vital, participação de suas crianças?

Eis uma questão complexa e de difícil equacionamento a curto prazo. Sua solução envolve problemas estruturais graves e profundos da sociedade brasileira, como a histórica exploração das classes pobres pelas opulentas, sem que às primeiras sejam dadas mínimas chances de ascensão. Há também a histórica omissão dos Governos – quando não conivência – diante das mesmas classes dos poderosos que fez com que, no Brasil, houvesse uma quase cristalização desses sistema iníquo de opressão, pela manutenção dos mais pobres em permanente dependência dos favores dos que dominam a política e a economia.

Sr. Presidente, a gente brasileira mais humilde não pode continuar a ser tratada como se viver fosse para eles uma benesse magnanimamente concedida pelos ricos deste País. Nossas crianças pobres não podem continuar a ser mutiladas nas plantações de sisal da Bahia, nas carvoarias do Mato Grosso do Sul, nos canaviais de São Paulo ou do Nordeste, na indústria de calçados do Rio Grande do Sul, nos siringais ou nos prostíbulos amazonenses. Não podem continuar a ser marginalizadas em favelas miseráveis no Rio de Janeiro, em terras dilaceradas por secas reiteradas e nunca resolvidas do sertão nordestino.

Sr. Presidente, nobres Senadores e Senadoras, eu poderia recitar aos ouvidos de vossa sensibilidade ou fazer desfilar, diante dos olhos do espírito público de V. Ex's, um infundável rosário de situações

em que nossas crianças são exploradas pela sociedade e pelos seus próprios familiares. Certamente arrancaria dos mais emotivos lágrimas de angústia. Meu objetivo, porém, é lançar um grito de alerta em nome desses milhões de pequenos brasileiros para que se dê fim a essa cruel selvageria.

Há que haver um basta para tal crime! As autoridades responsáveis e as organizações vivas da sociedade têm de mudar esse quadro. Não haverá Brasil no futuro, se não houver brasileiros sadios para construí-lo.

Programas como o da bolsa-escola, recentemente adotado pelo Governo Federal, com base em experiências bem-sucedidas como a do Distrito Federal, são iniciativas que podem produzir bons frutos a médio e longo prazos. Contudo, uma ação intensa, por parte da sociedade como um todo, é imperativa. As prefeituras e os governos estaduais devem mobilizar-se para, junto com as entidades representativas da sociedade local, atacarem de frente a prática do trabalho infantil.

Medidas importantes podem ser adotadas locamente, tais como: assegurar renda às famílias que colocam seus filhos em escolas; educar os pais para a importância da formação de seus filhos. Programas de educação para o controle familiar são também necessários, na medida em que, evitando proles numerosas, é possível aos pais darem melhores condições de vida aos filhos. Há que se extirpar a cultura das famílias numerosas em função dos muitos braços para o trabalho no campo, substituindo-a pelo trabalho cooperativo e pela da melhoria do padrão educacional das crianças.

O Brasil é, como disse ao iniciar este pronunciamento, um país que vive em três mundos diferentes. É chegada a hora de vivermos no mundo real, onde os brasileiros sejam seres humanos reais para a Administração Pública e para os poderosos deste País. Enquanto nossos mandatários teimarem em ignorar a extrema injustiça e a perversidade que existe no fato de obrigar nossas crianças a trabalharem desde a mais tenra idade, só estaremos colocando lenha no fogo que alimenta o caldeirão de nossos conflitos sociais. Esse foi o fogo em que arderam grandes nações em passado não muito remoto. Poderosos viram seus impérios políticos ou econômicos ruírem sob a revolta dos oprimidos. Assim caiu a monarquia francesa no século XVIII, assim caiu Ferdinando Marcos, nas Filipinas, na década passada. Aqueles que não aprenderam com a História no futuro haverão de aprender pela via mais dolorosa.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, se queremos que o Brasil seja uma grande nação no século XXI, devemos começar a prepará-la desde já, o que significa fazer de todo brasileiro um vencedor, dando-lhe condições de estudar na idade apropriada, de acordo com o que está prescrito em nossa Constituição Federal; dando-lhe espaço para trabalhar, após obter boa qualificação profissional na escola. Essa é a receita para o nosso sucesso e tem sido a de todos os que foram ou são grandes neste mundo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Com a palavra a Senadora Emilia Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, retorno a esta tribuna para comunicar o resultado do concurso nacional de monografias sobre o tema "Cinquentenário da Proclamação do Estado de Israel", dirigido a estudantes de ensino médio de todo o Brasil.

O referido concurso teve seu lançamento oficial em 2 de julho do ano passado, no Espaço Cultural da Câmara dos Deputados, visando possibilitar aos jovens alunos do ensino médio, por meio de seus trabalhos e pesquisas, tomar conhecimento do papel histórico, religioso, cultural e social do povo e do Estado de Israel no cenário mundial, bem como suas conquistas e experiências acumuladas em milhares de anos, levando-as a uma reflexão mais profunda sobre eles.

A proclamação do resultado final do concurso ocorreu no dia 7 do corrente mês, no gabinete da Presidência do Congresso Nacional, com a participação do Presidente do Congresso Nacional, Senador Antonio Carlos Magalhães. A referida solenidade contou também com as ilustres presenças do Senador Bernardo Cabral, Presidente do Grupo Parlamentar Brasil/Israel, desta Senadora, do Presidente de Honra da Comissão Nacional do Concurso e da Senadora Eva Blay, Presidente da Comissão Julgadora Nacional, nessa oportunidade, também representando a Conib. Esteve presente também o Sr. Pedro Laurindo da Silva, Presidente do Movimento Cristão do Brasil (MCB), agente promotor da iniciativa. Teve, ainda, as significativas presenças do Adido Cultural da Embaixada de Israel, Dr. Gilad Cohen, representando o Sr. Embaixador Yaakov Kelnan, e do Professor Oswaldo Geraldo Denadai, representando a Fundação Oswaldo Aranha, e a família do digno Embaixador Oswaldo Aranha. Também es-

tiveram presentes representantes do Ministério da Educação e Desportos, do Conselho de Pastores, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, da Câmara dos Deputados, da Empresa de Correios e Telégrafos – na pessoa de seu presidente, Renzo Dino Sergente –, ao lado da imprensa e de membros da Comissão Julgadora Nacional (CJN).

A feliz e oportuna iniciativa foi do Movimento Cristão do Brasil – MCB, como agente promotor, apoiado pelo Grupo Parlamentar Brasil-Israel, do qual fazem parte os nobres senadores Hugo Napoleão, Pedro Piva, Bernardo Cabral – presidente do Grupo – e eu, que ocupo a Diretoria Cultural. Estiveram também apoiando a promoção a Confederação Israelita do Brasil (Conib), a Câmara dos Deputados, a Empresa Atlântica RJ Viagens e Turismo, que tradicionalmente organiza grupos turísticos no Brasil para visita à Terra Santa; e a Universidade Bandeirante de São Paulo – Uniban, que emprestou seu espaço físico e sua infra-estrutura, a fim de que se pudesse desenvolver com maior eficiência os trabalhos. A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos também teve um papel decisivo, porque distribuiu e divulgou em suas agências, gratuitamente, milhares de cartazes e folhetos do referido evento em todo o País.

Conforme o regulamento do concurso, foram instaladas, em diversos Estados da Federação, as comissões julgadoras locais que, sob a coordenação das Secretarias de Educação e com a participação de representantes da Conib, da CNBB, do Conselho de Pastores e do Movimento Cristão do Brasil, foram responsáveis pelo julgamento e seleção dos cinco melhores trabalhos apresentados, que foram encaminhados a Brasília, onde a comissão nacional julgadora escolheu os três finalistas, obedecendo aos seguintes critérios de avaliação: originalidade, qualidade de linguagem, concisão do texto, qualidade do conteúdo. Esses critérios foram estabelecidos pelo Regulamento do Concurso Nacional, publicado e tornado de domínio público para os interessados.

Para tornar público o concurso, foram confecionados e distribuídos, aproximadamente, 22 mil cartazes e 29 mil folhetos em todo o território nacional. Ele foi divulgado na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, utilizando-se os seus meios de comunicação: rádio, jornal e televisão, a quem nós queremos, também, prestar os nossos agradecimentos. Outros veículos de comunicação, além desses do Congresso Nacional, foram utilizados para a divulgação, e é importante, também, registrarmos esse trabalho em sinal de gratidão e reconhecimento

pelo trabalho: a **Folha Universal**, que teve uma tiragem de mais de um milhão de exemplares no mês de setembro e 1,2 milhão no mês de novembro; **O Povo**, do Ceará; o **Diário do Nordeste**; a Rádio e TV **Rede Vida**; a **TV Manchete**; o jornal da **Rede MEC**; a **Rádio FM 99,1**, no Ceará e, inclusive, o programa **Voz do Brasil**, onde esse concurso foi também divulgado. Além disso, os pronunciamentos dos Srs. Parlamentares, nas sessões plenárias da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, contribuíram sobremaneira para a divulgação do referido empreendimento.

Sr^{as}s Senadoras e Srs. Senadores, em 29 de novembro de 1947, centenas de milhares de judeus em todo o mundo, com os ouvidos colados ao rádio, escutavam atentamente a transmissão da votação da Resolução 181, na Assembléia Geral das Nações Unidas, comandada pelo Dr. Oswaldo Aranha, Embaixador do Brasil. Poderia um sonho de dois mil anos, a oração sempre presente nos lábios de tantas gerações, tornar-se realidade? Pois em 14 de maio de 1948, de acordo com essa Resolução, o líder David Ben-Gurion proclamou o estabelecimento do Estado de Israel na antiga pátria judaica.

Israel é, a um só tempo, um país velho e jovem: nele nasceu o povo judeu, há cinco mil anos. Assim se expressa a Declaração do Estabelecimento do Estado de Israel: "Aqui tomou forma a identidade espiritual, religiosa e política do povo judeu. Foi aqui que, pela primeira vez, os judeus se constituíram em Estado, criaram valores culturais de significação nacional e universal e deram ao mundo o eterno Livro dos Livros." Apesar de ficarem durante dois milênios no exílio, os judeus sempre mantiveram presença em sua terra, jamais a esquecendo ou desatando os laços que os ligavam a ela.

Hoje, como nos tempos antigos, Israel é um país onde, geográfica e culturalmente, o Oriente se encontra com o Ocidente e o passado toca o presente, criando um país vibrante e dinâmico. A "reunião dos exilados", que trouxe a Israel judeus dos quatro cantos do mundo, evidencia-se no mosaico de sua população – quase seis milhões de pessoas de uma miríade de origens étnicas, religiosas, culturais e sociais. Israel é, na verdade, uma sociedade nova, ainda em evolução, cujas raízes se aprofundam no passado.

Os primeiros cinqüenta anos de existência de Israel foram marcados conjuntamente pela guerra e pela incessante busca de paz. Eles testemunharam ondas de imigração maciça de mais de setenta países diferentes, integração social e diversificação reli-

giosa, progresso científico e tecnológico, pluralismo cultural, crescimento e desenvolvimento econômico, modernização industrial, o renascimento de seu idioma e os vários objetivos e desafios de uma democracia moderna.

O Estado de Israel celebrou em 1998 o jubileu de sua independência. Durante os últimos 50 anos, apesar de todas as dificuldades internas e externas, o povo judeu construiu um país extraordinário. Israel tem uma próspera economia, um nível tecnológico dos mais avançados, caminha na direção de ampla pesquisa científica, com uma agricultura altamente desenvolvida e uma riquíssima vida cultural. Ao mesmo tempo, é um país muito bem sucedido diante do desafio do sionismo, absorvendo imigrantes provenientes de todo o mundo.

Ao atingir a independência, Israel tinha uma população de 600 mil habitantes. Desde então, esse número decuplicou, tendo atingido quase seis milhões, entre eles, mais de um milhão de cidadãos árabes que gozam de plena cidadania. É uma sociedade muito diversificada, mas, apesar de todos os contrastes, todos compartilham da lealdade para com o Estado.

Durante os séculos, o povo judeu experimentou um dos mais terríveis eventos de sua história: o holocausto na Europa. Por outro lado, alcançou uma de suas mais brilhantes conquistas: a criação de seu lar nacional, tornando Israel o centro do mundo judaico e fazendo reviver a língua hebraica, que não fora esquecida durante dois milênios de exílio.

Israel tem ainda problemas, mas o país está na trilha correta, a trilha da paz. Creio que dentro de poucos anos, terão conseguido uma paz global no Oriente Médio.

Hoje em dia, Israel usufrui de fronteiras tranqüilas e relações de paz com o Egito e a Jordânia e tem a esperança de chegar a um arranjo pacífico com os palestinos. Em sua Declaração de Independência, o Estado de Israel declara que estende as suas "mãos a todos os Estados vizinhos e a seus povos, numa oferta de paz e boa vizinhança, e apela a eles no sentido de estabelecerem laços de cooperação e ajuda mútua com o povo judeu soberano, estabelecido em sua própria terra; e que o Estado de Israel está pronto a dar sua parte no esforço comum pelo progresso de todo Oriente Médio". Este apelo, evidentemente, é válido até hoje. Espero que se possam renovar as negociações de paz com a Síria e o Líbano e, ao mesmo tempo, estabelecer relações diplomáticas com todos os países que ainda não as mantêm.

Quando, em retrospectiva, contemplo essas conquistas deste último século, sinto-me cheia de esperança e confiança a respeito do que Israel poderá alcançar nos próximos 50 anos.

Mas é importante, Sr. Senadores, relembrar o dia 29 de novembro de 1947, quando o Embaixador Oswaldo Aranha, meu ilustre conterrâneo – político, homem destacado na política brasileira e na política gaúcha, de onde é oriundo –, ocupando na oportunidade a Presidência do Conselho de Segurança das Nações Unidas, aprovou a estabelecimento do Estado de Israel, por meio da votação da Resolução nº 181, da Assembléia Geral das Nações Unidas.

Naquela hora tão fundamental para o povo de Israel, cuja existência no passado foi marcada pela busca incessante da paz, o brilhante estadista brasileiro, em mais um dos seus momentos de grande lucidez, interrompeu os memoráveis trabalhos da Assembléia por dois dias, e, após intensa ação diplomática coordenada por ele, a ONU aprovou a Resolução nº 181, por 33 votos a favor e 13 contra.

Torna-se relevante destacar a participação decisiva do Embaixador, que inclusive impediu, com o auxílio de documentos e correspondências trocadas com o Ministro das Relações Exteriores da época, que a posição brasileira fosse de neutralidade.

De lá para cá, a situação política regional mudou muito, como todos sabemos. Não há como fazer agora um retrospecto desses 50 anos, nem há necessidade; mas é preciso lembrar que, nos dias de hoje, a palavra de ordem da política regional é a negociação.

Sabemos que há dificuldades, mas israelenses e palestinos vêm cada vez mais se unindo em torno do ideal comum da convivência pacífica. Infelizmente, sabemos que há sempre os grupos extremistas, aqueles que não entendem a profundidade do momento atual e a necessidade de acordos justos e duradouros. Mas a verdade é que o sentimento majoritário é de que só por meio da negociação é que será atingida a paz, tão necessária à sobrevivência de ambas as partes.

Neste momento, portanto, externo mais uma vez a minha admiração pelo Estado de Israel e seu povo, com o sentimento e os votos de que chegue o mais breve possível à paz tão almejada.

Chamo a atenção, Sr. Presidente, para o concurso que realizamos no Brasil. Significa um grão mínimo de colaboração em todo esse processo, pois sabemos que "Quando o homem se dispõe, Deus opera e há a União entre os Povos". Ele certamente está servindo de motivo para que jovens do Brasil inteiro conheçam um pouco mais a realidade de Israel de ontem e de hoje.

Quero que fiquem registrados nos nossos Anais o andamento e o resultado desse concurso. Os três primeiros colocados e seus acompanhantes terão oportunidade de conhecer aquele país de perto, por dez dias. Na volta, certamente eles vão transmitir a sua experiência aos seus colegas, o que, sem dúvida, resultará num benéfico efeito multiplicador.

Os três vencedores do concurso foram mulheres, o que significa muito para nós. A vencedora do concurso foi uma estudante gaúcha, Adriana Schujmann, do Colégio Israelita, de Porto Alegre, com a monografia "A Concretização de um Sonho: Israel". Mediante esse trabalho, a autora resgata com qualidade técnica e riqueza de informações a história da fundação do Estado de Israel e a luta de seu povo pela afirmação de um país moderno, economia estável e serviços públicos de qualidade. O segundo e o terceiro lugares, também conquistados por mulheres, ficaram, respectivamente, com as estudantes Márcia Cristina Leite Rosa Ferreira, do Colégio Estadual Rui Barbosa, do Rio de Janeiro; e Débora Correia Teixeira de Lima, do Centro Educacional Rural Francisco Medeiros, de Garanhuns, em Pernambuco. Também exemplares trabalhos produzidos por jovens interessados e conhcedores da história do Estado de Israel.

Queremos ainda registrar que as três primeiras colocadas receberão seus prêmios em solenidade no próximo dia 17 de março, no Salão Negro do Congresso Nacional, às 18h30min, com a presença de parlamentares e de várias autoridades. Desde já, convidamos todos os Srs. Senadores. Também ficou programada a partida da Delegação Oswaldo Aranha, assim intitulada, que acompanhará as vencedoras do concurso do Brasil para Israel, no dia 30 de março do corrente ano, a fim de serem recebidos pelas autoridades daquele país amigo. É importante dizer que, além dessa viagem de dez dias à Terra Santa – Jerusalém, no período da páscoa, um período importante, com passagem, hospedagem e direto a acompanhante –, haverá o prêmio de R\$3.000 para a primeira colocada; de R\$2.000 para a segunda e de R\$1.000 para a terceira.

Os trabalhos premiados foram escolhidos dentre um total de 400 monografias, apresentadas e selecionadas em todo o Brasil.

Registro também a relevância da audiência que tivemos, ontem, com o Sr. Embaixador do Estado de Israel, Dr. Israel Yaakov Keinan, representante do Grupo Parlamentar Brasil-Israel. O Senador Bernardo Cabral, por designação, presidiu o Movimento Cristão do Brasil. Levamos os nomes dos jovens vencedores do concurso a S. Ex^{as}s. Aproveitamos a

oportunidade para convidar o Embaixador para comparecer à solenidade de entrega das premiações, no dia 17 de março de 1999. O Embaixador, em resposta, ressaltou a importância da iniciativa da entidade promotora, por intermédio de seu presidente evangélico Pedro Laurindo da Silva, como também das instituições que apoiam o evento. S. Ex^a enfatizou o empenho do Senado Federal, em especial do Presidente Antonio Carlos Magalhães; do Presidente do Grupo Parlamentar, Senador Bernardo Cabral; do Presidente da Câmara e do Presidente da Confederação Israelita do Brasil.

Resta apenas, Sr. Presidente, cumprimentar e agradecer, como Diretora Cultural do Grupo Parlamentar Brasil-Israel, todos os envolvidos no concurso, principalmente o Movimento Cristão no Brasil, como agente promotor, por esse trabalho magnífico em favor da melhor compreensão e conhecimento de nossos países e de nossos povos.

Eu gostaria também de registrar, Sr. Presidente, juntamente com o meu pronunciamento, a relação que segue em anexo de todos aqueles que, de uma forma significativa, contribuíram para a realização desse evento cultural e de integração.

Solicito também que sejam transcritos nos Anais desta Casa a Declaração do Estabelecimento do Estado de Israel, bem como os três trabalhos vencedores do Concurso Nacional de Monografia, sob o tema Cinquenta Anos da Proclamação do Estado de Israel.

Era o registro que eu queria fazer, na certeza de que a participação e o envolvimento de todos contribuíram, de forma significativa, para que estudantes brasileiros, por intermédio de consultas, de pesquisas, de palestras e de todo o material que tiveram à sua disposição, aprofundassem seus conhecimentos, o que consideramos altamente significativo.

Muito obrigada.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
A SENADORA EMILIA FERNANDES EM
SEU PRONUNCIAMENTO. SÃO OS SE-
GUINTE DOCUMENTOS:**

**DECLARAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DO
ESTADO DE ISRAEL**

ERETZ-ISRAEL (a Terra de Israel) foi a terra natal do povo judeu. Aqui tomou forma a sua identidade espiritual, religiosa e política. Foi aqui que, pela primeira vez, os judeus se constituíram em Estado, criaram valores culturais de significação nacional e universal, e deram ao mundo O eterno Livro dos Livros.

Depois de forçado a exilar-se de sua terra, o povo judeu permaneceu-lhe fiel em todos os países de sua Dispersão, nunca

deixando de orar por ela, na esperança de a ela regressar e restaurar nela sua antiga Pátria.

Nas décadas recentes os judeus retornaram em massa. Pioneiros, maipilim e defensores fizeram florir os desertos, reviveram a língua hebraica, construíram cidades e povoados e criaram uma comunidade próspera controlando sua própria economia e cultura, amando a paz mas sabendo como se defender, trazendo as bênçãos do progresso a todos os habitantes do país, e aspirando por uma nação soberana.

No ano de 5657 (1897), por convocação do pai espiritual do Estado Judeu, Teodoro Herzl, reuniu-se o 1º Congresso Sionista e proclamou o direito do povo judeu ao renascimento nacional em seu próprio país.

Esse direito foi reconhecido na Declaração Balfour, de 2 de novembro de 1917, e reafirmado no Mandato da Liga das Nações que, de modo particular, deu sanção internacional à ligação histórica entre o povo judeu e Eretz-Israel e ao seu direito de reconstruir seu Lar Nacional.

A catástrofe que se abateu recentemente sobre o povo judeu – o massacre de milhões de judeus na Europa – foi outra demonstração clara da urgência de resolver o problema de seu desamparo por meio do restabelecimento, em Eretz-Israel, do Estado Judeu, que abriria de par em par as portas da pátria a todos os judeus e conferiria ao povo judeu o status de membro da família das nações.

Sobreviventes do holocausto nazista na Europa, bem como judeus de outras partes do mundo continuaram a migrar para Eretz-Israel, sem temer as dificuldades, restrições e perigos não cessando nunca de afirmar seu direito a uma vida digna, livre e de trabalho honesto em seu lar nacional.

Na 2ª Guerra Mundial a comunidade judaica deste país deu sua contribuição integral à luta dos países amantes da liberdade e da paz contra a perversidade nazista e, com o sangue de seus soldados e seu esforço de guerra conquistou o direito de formar entre os povos que fundaram as Nações Unidas.

A 29 de novembro de 1947, a Assembléia-Geral das Nações Unidas aprovou uma resolução que determinava o estabelecimento de um Estado Judeu em Eretz-Israel; a Assembléia-Geral exortou os habitantes de Eretz-Israel a tornar as medidas necessárias de sua parte para a implementação da resolução. Esse reconhecimento pelas Nações Unidas do direito do povo judeu de estabelecer seu Estado é irrevogável. Esse direito é o direito natural do povo judeu de ser dono do seu próprio destino, como todas as outras nações, em seu próprio Estado soberano.

Conseqüentemente, nós, membros do Conselho do Povo, representantes da comunidade judaica de Eretz-Israel e do Movimento Sionista, estamos aqui reunidos no dia do término do mandato britânico sobre Eretz-Israel e, em virtude do nosso direito natural histórico e por força da Resolução da Assembléia-Geral das Nações Unidas, pela presente declaramos o estabelecimento de um Estado Judeu de Eretz-Israel, a ser conhecido como Estado de Israel.

Declaramos que, a vigorar desde o momento do término do Mandato, que se dará hoje à noite, véspera de Sábado, 6º dia de Iyar de 5708 (15 de maio de 1948), até a instalação das autoridades regulares eleitas do Estado, de acordo com a Constituição que será adotada pela Assembléia Constituinte Eleita, o mais tardar a 1º de outubro de 1948, o Conselho do Povo atuará como Conselho de Estado Provisório, e seu órgão executivo, a Adminis-

tração do Povo, será o Governo Provisório do Estado Judeu, a ser denominado "Israel".

O Estado de Israel estará aberto à Imigração judaica e ao Retorno dos Exilados; fomentará o desenvolvimento do país em benefício de todos os seus habitantes; basear-se-á nos princípios de liberdade, justiça e paz, conforme concebidos pelos profetas de Israel; assegurará completa igualdade de direitos sociais e políticos a todos os seus habitantes sem distinção de religião, raça ou sexo; garantirá a liberdade de culto, consciência, língua, educação e cultura; protegerá os Lugares Santos de todas as religiões; e se manterá fiel aos princípios da Carta das Nações Unidas.

O Estado de Israel está pronto a cooperar com as agências e representantes das Nações Unidas na execução da resolução da Assembléa-Geral de 29 de novembro de 1947, e tomará medidas para promover a união econômica da totalidade de Eretz-Israel.

Apelamos às Nações Unidas a que ajudem ao povo judeu na construção de seu Estado e recebam o Estado de Israel na comunidade das nações.

Apelamos – em meio à investida lançada contra nós já há meses – aos habitantes árabes do Estado de Israel a que preservem a paz e participem da construção do Estado, na base de igual e plena cidadania e com a devida representação em todas as suas instituições provisórias e permanentes.

Estendemos nossa mão a todos os Estados vizinhos e seus povos, numa oferta de paz e boa vizinhança, e apelamos a eles no sentido de estabelecerem laços de cooperação e ajuda mútua com o povo judeu soberano estabelecido em sua própria terra. O Estado de Israel está pronto a dar sua parte no esforço comum pelo progresso de todo o Oriente Médio.

Apelamos ao povo judeu em toda a Diáspora a que cerre fileiras em torno dos judeus de Eretz-Israel nas tarefas de imigração e reconstrução e esteja a seu lado na grande luta pela realização do sonho secular – a redenção de Israel.

Conflando no Todo-Poderoso, apomos nossas assinaturas a esta proclamação, nesta sessão do Conselho de Estado Provisório, no solo pátrio, na cidade de Tel-Aviv, nesta véspera de sábado, 5º dia de Iyar de 5708 (14 de maio de 1948).

David Ben-Gurion

Daniel Auster – Mordechai Bentov – Yitzchak Ben-Tzvi – Elahy Berlingue – Fritz Bernstein – Rabino Wolf Gold – Meir Grabovsky – Yitzchak Gruenbaum – Dr. Abraham Granovsky – Eliahu Dobin – Meir Wilner-Kovner – Moshe Shapira – Rachel Cohen – Rabino Kalman Kahana – Saadia Kobashi – Rabino Yitzchak Meir Levin – Meir David Loewenstein – Tzvi Luria – Golda Myerson – Nahum Nir – Tzvi Segal – Rabino Yehuda Leib Hacohen Fishman – Bekhor Shitreet – Herzl Vardi – David Tzvi Pinkas – Aharon Zisling – Moshe Kolodny – Elezer Kaplan – Abraham Katzenelson – Felix Rosenblueth – David Remez – Berl Repetur – Mordechai Shattner – Ben Tzion Stemberg – Zerach Wahhaftig – Moshe Shertok.

A CONCRETIZAÇÃO DE UM SONHO: ISRAEL

1º Lugar

Adriana Schujmann
Rio Grande do Sul

A luta contra a injustiça, a opressão e a tirania, o esforço conjunto para expandir o espírito humano e a

esperança de conseguir um mundo melhor para toda a humanidade têm sido as tarefas históricas do povo judeu.

Neste ano de 1998 se completam cinquenta anos da fundação do Estado de Israel, que foi proclamado no dia quatorze de maio de 1948, com o objetivo de formar um estado judeu democrático, baseado em liberdade, justiça e paz.

É um país vivo, vibrante, organizado, respeitado, com uma economia próspera, ciências e tecnologia avançadas e medicina desenvolvida.

O povo judeu surgiu na terra de Israel há mais ou menos 4 mil anos, nela formou sua identidade cultural, religiosa e nacional. Durante os anos de dispersão, jamais rompeu ou esqueceu a ligação com sua terra. Com a formação do estado de Israel, em 1948, foi recuperada a independência judaica perdida dois mil anos antes.

Embora no exílio os judeus não formassem uma nação, sentiam-se ainda unidos. Essa união é a causa do milagre da sobrevivência judaica. A razão dessa sobrevivência tão incomum é que o judaísmo tornou-se mais importante do que a terra. O povo judeu se tornou um povo atípico, numa condição singular que não o encaixa nas definições tradicionais de povo, raça, nação ou pátria.

Ao longo dos muitos anos, ele foi se espalhando e se estabelecendo em diversos países, do Oriente ao Ocidente. Da convivência com as mais variadas culturas, foram se desenvolvendo comunidades judaicas com hábitos e até mesmo características físicas completamente distintas, todas com um elo em comum: a religião e as tradições judaicas.

No decorrer dos séculos, os judeus estabeleceram grandes comunidades onde viveram longos períodos de crescimento e prosperidade, mas também sofreram impiedosa discriminação e expulsões. Cada uma das ondas de perseguição e violência fortalecia sua crença no conceito da "reunião dos exilados" e inspirava indivíduos e grupos ao retorno a sua pátria ancestral. Assim surgiu o movimento sionista, no final do século XIX, ou seja, o movimento de busca de um Lar Nacional para o povo judeu, idealizado por Theodor Herzl.

No fim da Segunda Guerra Mundial, abriu-se o pano sobre os corpos queimados e lacerados de seis milhões de judeus, entre os quais um milhão de crianças. O povo judeu foi vítima da mais pavorosa agonia que jamais atingiu qualquer nação ou grupo humano. O Holocausto foi um dos principais fatores causadores, da gota d'água, para a criação do estado de Israel.

Israel é um pequeno país semi-árido, situado na costa sudoeste do mar Mediterrâneo. Mais de 5,5 milhões de pessoas vivem hoje em dia em Israel. Cerca de 4,5 milhões são judeus, sendo mais da metade nascida no país, e os demais, provenientes de cerca de 70 países. A maioria, dentre o milhão restante, é constituída por árabes muçulmanos; há também uma parcela de drusos, beduínos, caucasianos, árabes cristãos e cristãos.

Jerusalém, capital de Israel e sede do governo, é santificada e reverenciada por judeus, cristãos e muçulmanos de todo o mundo. Todos os povos, sem nenhum preconceito, podem morar em Israel e visitar seus lugares sagrados. O governo de Israel respeita todas as religiões e suas tradições.

Israel enfrenta problemas com seus países vizinhos em relação a um acordo de paz. Divergências sobre autonomia palestina nos territórios ocupados por Israel provocam a discordância. Já foram realizados diversos tratados de paz, porém existem ainda diversas conversações a serem realizadas.

Apesar de todos os problemas, Israel venceu quatro grandes desafios: a manutenção da segurança nacional, a absorção

de grandes números de imigrantes, o estabelecimento de uma infra-estrutura econômica moderna e o fornecimento de serviços públicos de alto nível.

O mundo reconheceu e concretizou. O Estado de Israel é um país próspero, dinâmico e viável. É a união do antigo e do novo, do futuro e do passado.

As marcas da história vivida pelos judeus refletem na forma que o país estabeleceu suas diretrizes principais: solidariedade, democracia, desenvolvimento intelectual e amor à terra.

A solidariedade, que permitiu a sobrevivência do povo ao longo de séculos de exílio, hoje viabiliza o país através de contribuições de diversas partes do mundo. Em contrapartida, o país estende os braços para todos gerando uma população diversificada, procurando aprender e crescer com as imensas diferenças e diversidade cultural, fortalecendo os laços de amizade entre os diversos povos que habitam o país.

A democracia é valor intrínseco à cultura judaica, sedimentada em séculos de tradição de respeito ao próximo e valores de justiça. O povo judeu sempre se submeteu à liderança intelectual e espiritual de seus sábios, jamais à força bruta de seus opressores. Estas características fizeram frutificar um país onde as opiniões são respeitadas e a justiça reverenciada.

O desenvolvimento intelectual tornou-se diretriz fundamental de um país formado por um povo que sempre teve no estudo filosófico de sua religião um valor superior. Pelo fato de que geralmente não podia possuir terras, o bem mais precioso que o povo judeu possuía eram os seus conhecimentos, fazendo dos judeus pessoas estudiosas e intelectuais. Por isso as ciências e tecnologia encontraram todas as condições de prosperar em Israel.

Por fim, o amor à terra surge como um sonho almejado por milênios por um povo exilado e desprovido de cidadania. Só este amor ao ideal de uma prática pode explicar a transformação de judeus antes voltados aos estudos em homens de enxada na mão, trabalhando a terra de sol a sol, transformando desertos em campos cultivados. Homens antes franzinos agora fortes e preparados para defender a sua terra, são fruto de uma lição do Holocausto. O povo judeu finalmente aprendeu a se defender, a se fazer respeitar sem submissões ou humilhações.

O desafio para o próximo século para o Estado de Israel é alcançar a paz através da reconciliação com os países árabes, tarefa árdua e lenta, porém fundamental para a sobrevivência do país. Este processo está se encaminhando e em breve frutificará. Então, finalmente o sonho judeu estará completamente realizado, e tudo terá valido a pena.

BIBLIOGRAFIA

Eban, Abba; A História do povo de Israel, Edição Bloch, Rio de Janeiro.

Hirsh, Ellen. Realidades de Israel, Jerusalém, Israel 1997, tradução para o português: Judite Orenztajn.

2º Lugar

Márcia Cristina Leite Rosa Ferrás
Petrópolis – Rio de Janeiro

Quando penso em Israel não me atenho ao moderno Estado de Israel.

Ao pensar em Israel sinto-me como alguém que olha através de uma janela pequenina e vê descortinando-se os campos até a linha do horizonte.

Como celebrar os cinqüenta anos da independência desse país sem pensar nos milênios que os precedem? Como comemorá-los sem relembrar aqueles que lutaram e sonharam por um lar israelense?

A Proclamação da Independência do Estado de Israel em maio de 1948 significou muito mais do que a reconquista de um pedaço de chão. Na realidade foi a concretização de um esforço muito antigo: o Éxodo final.

Desde o primeiro século da Era Cristã, quando começaram a ser expulsos do seu país, o povo de Israel vem caminhando sobre toda a terra, adotando pátrias, sendo cidadãos e imigrantes simultaneamente, às vezes não sendo reconhecidos como filhos legítimos. Em alguns lugares viveram em paz, construindo as suas vidas e o seu novo país.

O povo judeu nunca se afastou completamente da sua terra. Enquanto vários povos dominaram a Palestina, ele ali habilitou, foi expulso, retornou, escondeu-se, criou seus filhos, enfim, viveu da melhor forma possível. Mas Haaretz, a Terra, jamais ficou sem um dos seus filhos.

Com a disseminação do cristianismo romano pelo mundo então conhecido, os judeus passaram a ser perseguidos como os algozes, os assassinos do Senhor dos cristãos. Já antes mal aceitos, tornaram-se perseguidos como seres amaldiçoados por Deus, o mesmo Deus a quem serviam.

Assim caminhou o povo de Israel durante quase dois milênios.

Nos últimos dois séculos a Terra de Israel voltou a ser o foco das atenções do mundo. Com o surgimento das teorias da Alta Crítica da Bíblia, estudiosos, arqueólogos, religiosos e curiosos participaram para conhecer e estudar a Terra Santa.

No final do século XIX, surgiu o Movimento Sionista pregando a paz para o povo judeu e o retorno para sua pátria ancestral. Grandes grupos de judeus retornaram ao país intencionando restaurar o solo tornado infértil pelo abandono e reavivar a cultura judaica, não só no chão que pretendiam habitar, mas também por todo o mundo, todo lugar onde houvesse um judeu.

Até a eclosão da 1ª Guerra Mundial a população judaica alcançou 85.000 pessoas na Terra de Israel.

No final da Guerra, com o Mandato Britânico sobre a Palestina procurou-se facilitar a criação de um Lar Nacional para os judeus. A cultura judaica florescia continuamente na terra, apesar da oposição de grupos árabes nacionalistas extremistas.

Na Europa a perseguição aos judeus chegou ao máximo suportável durante a ascenção do regime nazista, que terminou por provocar a 2ª Guerra Mundial.

Apesar da oposição britânica, a comunidade judaica da Palestina enviou cerca de 5.000 homens para lutar contra os nazistas; foi a Brigada Judaca.

Milhões de judeus foram criminosamente liquidados pelos nazistas, sofrendo antes todo tipo de humilhação e tortura. Esse genocídio ficou conhecido como Holocausto, o sacrifício irracional de milhões de vidas.

Com o fim da 2ª Grande Guerra, milhares de refugiados judeus iniciaram um grande êxodo para a Terra de Israel, apesar da proibição da imigração imposta pelo Livro Branco, documento britânico de 1939. Ironicamente penetravam clandestinamente na terra que os seus ancestrais habitaram por mais de três mil anos.

O mundo já não mais poderia ficar indiferente ao problema dos judeus. A pressão para que fosse criado um Lar Nacional judaico provocou a formação de um comitê especial das Nações Unidas, almejando criar um estado judeu independente e um árabe.

Os árabes não aceitaram a partilha. Os judeus sim. Viram naquele momento a chance da realização dos seus desejos, o pagamento da dívida antiga com a esperança e sangue de muitos dos seus irmãos.

Finalmente em 14 de maio de 1948 o Mandato Britânico chegou ao fim e começou uma nova era para o povo de Israel. Agora seriam um povo com uma esperança, um objetivo, uma terra... a Terra.

Milhares do povo que ainda estavam dispersos obedeceram a um chamado irresistível para retornar à sua pátria. Outros permaneceram nos seus países, porém enviando ajuda tanto material quanto espiritual.

Infelizmente, já no dia seguinte o Egito, Jordânia, Síria e Líbano invadiram o país, tentando impedir a sua continuidade. A soberania do Estado de Israel precisou ser defendida.

Foram criadas as Forças de Defesa de Israel, que apesar de estar em menor contingente e mal equipada, expulsaram os invasores depois de quinze meses de luta. Foi a Guerra da Independência.

O preço da vitória foi a morte de mais de 6.000 israelenses.

A ONU conduziu as negociações pela paz na região; somente o Iraque recusou-se a participar.

Durante décadas o Estado de Israel precisou lutar pela sua manutenção. A Guerra da Independência, a Campanha do Sinai, a Guerra dos Seis Dias e a Guerra do Yom Kipur privaram os israelenses da paz.

Apesar dos conflitos, Israel lançou-se à construção do Novo Israel. Indústria, comércio, cultura e política se desenvolveram e prosperaram. O novo país virtualmente "floresceu no deserto". O trabalho braçal e a tecnologia caminharam de braços dados.

Ondas de imigrantes continuaram a chegar à Terra de Israel, aumentando gradativamente a população judaica no território.

Crescer foi um processo cátartico, porém gratificante. Os ideais de liberdade, justiça e paz para o povo de Israel firmaram-se sobre a terra.

Israel conquistou o seu nome entre as nações. Nomes com David Ben-Gurion, Chaim Wizman, Menachem Beguin, Golda Mele, Simon Peres e Itzachak Rabin tornaram-se conhecidos pelo mundo, graças à sua visão de um Grande Israel e seus esforços pelo seu estabelecimento.

Hoje, o Estado de Israel é a concretização de 35 séculos de trabalho e fé. Tanto que o povo que habita o país quanto as comunidades da diáspora, as espalhadas pelo mundo, re jubilam-se pela realidade que é a presença da sua cultura, religião e história no mundo.

Celebram o fim dos êxodos tão antigo. Celebram a vitória da fé, do trabalho e da união.

A pequena nação, formada por um grande povo, caminha resolutamente pela manutenção do seu nome e da sua paz. Caminha para o futuro.

3º lugar

"ISRAEL MILENAR" CINQUENTA ANOS EM BUSCA DA PAZ.

Debora Correia Telxelra de Lima
Garanhuns – Pernambuco

A nação de Israel tem uma história de aproximadamente quatro mil anos. Conforme a Bíblia, ela foi uma promessa feita por Deus a Abraão. Deus diz a Abraão: "Tornar-te-ei excepcional-

mente fecundo, e te converterei em nações e de ti salrão até reis. Darel a ti e aos teus descendentes a terra em que vais peregrinando; toda a terra de Canaã, em possessão perpétua, e serel o teu Deus." (Gênesis 17, 6 e 8). Como selo dessa promessa Deus muda o nome de Abrão para Abraão que em hebraico significa: "ab" = pai e "ranham" = faz ressonância com harmon = multidão. Abraão foi pai de Isaac e este pai de Jacó, cujo nome foi mudado por Deus para Israel. Deus fez a Israel a mesma promessa que fez a Abraão: "sê fecundo e multiplicá-te; um povo e multidão de povos deriverá de ti, e até reis salrão de tuas entradas. Darel a ti a terra que del a Abraão e a Isaac e à tua descendência depois de ti darel o país." (Gênesis 35, 11-12).

Por volta de 1800 a.C. os filhos de Jacó foram para o Egito e já se multiplicaram, tornando-se, assim, uma ameaça para os egípcios. Viveram quatrocentos anos no Egito e retornaram para Canaã, região onde está hoje o país de Israel.

Em 1025 a.C. Saul consegue unir as tribos rivais e estabelecer uma monarquia. David (1055 a 1015 a.C.), faz do povo judeu uma nação unida. Quando Salomão, sucessor de David morre, o país se divide em dois reinos; o reino do Norte (Israel), cuja capital era Siquém, e o reino do Sul (Judá), que tinha como capital Jerusalém. Os hebreus do sul conservaram os sucessores de David no reino de Judá, daf o nome judeus. Os judeus se vêem como descendentes de Jacó cujo nome foi mudado por Deus para Israel e é por isso que adotam esse nome.

A partir da morte de Salomão a nação judaica é conquistada por vários povos: babilônicos, assírios, persas, gregos e romanos. A última dispersão do povo judeu dá-se em 73 d.C. Em 70 Jerusalém é destruída pelo general romano Tito e os judeus resistem até 73, quando são vencidos e dispersos para várias nações existentes na época. No século II os judeus levantam-se novamente contra Roma, até que em 135 são definitivamente vendidos e o país recebe a denominação de Palestina. Na Palestina ficou apenas um "resto" de Israel como se fosse um desígnio divino para a conservação da raça e constante presença de Israel na Palestina, ou seja, na "Terra Prometida".

Os judeus que foram dispersos mantiveram a sua unidade cultural e religiosa mostrando uma perseverança e uma obstinação únicas nos anais da história da humanidade. Durante as orações e ofícios religiosos, os judeus de onde estavam, lembravam a Terra Prometida, bem como a natureza passagelira de uma situação de exílios. Nas cidades fortificadas da Europa Medieval, nos guetos gélidos da Polônia e da Rússia, ou nos bairros miseráveis nascidos da Revolução Industrial, as comunidades judias continuavam a celebrar os dias festivos, as colheitas de cevada e de trigo da terra que outrora lhes pertencera. Nessa dispersão pelo mundo, os judeus do Norte da África, empurrados pelo islamismo vão para a Península Ibérica. Expulsos no século XV, migram para os países baixos (Holanda), os Balcãs, a Turquia. Ex-pulsos da Espanha e obrigados pelo rei de Portugal a aderirem ao cristianismo como também estimulados pela colonização europeia, chegam ao continente americano, inclusive ao Brasil.

A experiência de deportações e de cativos a que foram submetidos o povo judeu está retratada em muitas passagens bíblicas. Por exemplo: "Juntos aos rios da Babilônia nos sentámos chorando, com saudade de Sião. Nos salgueiros por ali penduramos nossas harpas. Pois foi lá que os nossos opressores nos pediram nossos cânticos; nossos guardas exigiram alegria na tristeza: "Cantai hoje para nós algum canto de Sião!" Como havemos de cantar os cantares do Senhor numa terra estrangeira", só de ti, Jerusalém, algum dia eu me esquecer, que se ressegue à minha mão direita. Apegue-se-me a língua ao céu da minha boca,

se de ti não me lembrar! Se não for Jerusalém minha grande alegria! (Salmo 136). E, quando lhe era concedido voltar a sua terra outro salmo demonstra essa alegria: "Quando o Senhor reconduzla nossos cativos, parecemos sonhar; encheu-se de sorriso a nossa boca, nossos lábios de canções. Entre os gentis se dizia: "Maravilhas fez com eles o Senhor!" Sim, maravilhas fez conosco o Senhor, exultemos de alegria". (Salmo 126).

Outra vez os judeus estão em sua tão querida Jerusalém. São cinquenta anos de alegria por estar na terra da promessa e de choros e tristezas por tantas lutas por essa terra que, pela palavra de Deus já lhes pertence há tantos séculos!

Hoje já não existe a Babilônia, a Assíria e a Pérsia. Grécia e Roma continuam de pé, mas nenhum desses impérios, país ou cidade, guarda os preceitos de uma religião milenar como Israel. Os deuses deles sumiram e o Deus de Israel continua vivo e atuante. "Só tu, Senhor és aquele que é." Os judeus mesmo dispersos, expulsos, perseguidos, torturados e mortos estão de pé. Como Fênix sempre renovado, surgiendo às vezes das cinzas com muito mais brilho do que antes. Israel é a herança de Deus e por isso não pode desaparecer como nação. "Deus separou Israel para sua herança dentre todos os povos da terra" (I Reis 8,53).

A religião do povo judeu confunde-se com sua própria história e vice-versa. Homens que não possuíam a menor possibilidade de contemplar um dia as colinas da Judéia faziam todo os anos, na festa da Páscoa, o voto solene de se encontrarem "no próximo ano em Jerusalém". Assim como os minaretes das mesquitas estão virados para Meca, também a face nobre das sinagogas espalhadas pelo mundo olhava sempre na direção de Jerusalém. Em todos os lares religiosos uma pedra era deixada por plantar para recordar a Cidade Santa. No final dos casamentos judeus, o esposo esmagava um vdro com o pé direito em sinal de dor pela destruição do templo e recitava-se uma litania para que a sua união inundasse as ruas de Jerusalém de danças e de alegria.

Nesse século, depois de quase dois mil anos sem pátria, os judeus voltam a sua terra depois de terem sofrido grandes perseguições, habitado nos ghettos e se submetido a grandes torturas. Foi nesse século que passaram pela prova do grande holocausto, onde morreram mais de seis milhões sem, no entanto abdicar de sua fé. Não que Deus tenha pedido esse sacrifício, mas ficou claro para a humanidade que mesmo sofrendo e acima de tudo Deus continuava sendo o mesmo Deus de Abraão, de Isaac e de Jacó para o povo judeu. É a partir da perseguição nazista que os judeus começam o retorno para a Palestina. A dureza do nazismo relembrava a dureza do Faraó do Egito e o retorno para a terra prometida. Os nazistas, como o Faraó exterminaram milhares de crianças judias. Depois da Segunda Guerra Mundial, crianças judias erravam perdidas sem que nenhum país as acolhessem. O drama do Éxodo, o barco onde quatro mil quinhentos e cinqüenta e quatro sobreviventes dos campos nazistas depararam com novos carcerelhos, acabava de sublinhar a urgente necessidade de assegurar um abrigo para os párias da Europa inteira. Ao dar-lhes 20.700km² de terras, praticamente inculta, o mundo limpava a sua consciência. Mesmo assim a terra é uma segurança para o povo judeu. Enfim, a pátria tão sonhada. A solução, no entanto, não foi tão justa. Espera-se que os palestinos, irmãos dos judeus, tenham também a alegria de terem sua pátria. A diáspora Palestina, hoje, ainda é a grande vergonha da humanidade. Todos os povos devem ter direito a sua pátria.

Quando os ingleses se retiraram da Palestina, a ONU encarregada de solucionar os problemas da região, propõe a divisão da Palestina em dois Estados, um para os judeus e outro para os árabes palestinos. Estes rejeitam o plano por se sentirem prejudicados e até hoje se arrastam as negociações dos líderes palestinos com vista a formação do seu Estado. Essas negociações não envolvem apenas a diplomacia, envolve muitas lutas armadas e muitos atentados, tanto de israelenses, como de palestinos. Em guerras não há vencedores, todos perdem e são muitas as guerras entre judeus e árabes. Em outubro há uma guerra na memória de Israel. É a guerra do Yom Kippur que completa 25 anos em 6 de outubro de 1998. Há 25 anos, em 1973, Israel celebra o dia do perdão. O Egito e a Síria, sabendo do preceito de Israel em guardar o descanso nesse dia, resolve atacar de surpresa. Israel sai vencedor. Os árabes descobrem no petróleo uma arma de guerra e usam a OPEP para bolotar o fornecimento de petróleo aos países que apoiam Israel provocando alta no preço do petróleo causando uma espécie de "pânico mundial". Nisso o Brasil sai com o pró-álcool.

As nações podem lutar contra Israel, mas não poderão vencer. Deus não tardará suas palavras ditas em favor de Israel.

Concluo esse trabalho com um lindo texto retirado da Bíblia. "Eis que Eu tomarei os filhos de Israel do meio das gentes para onde forem, reunindo-os de todas as partes e os levarei à sua terra. Habitáráo a terra que dei ao meu servo Jacó, na qual habitaram nossos pais. Habita-la-ão eles, os filhos dos seus filhos pelos séculos. Estabelecerel com eles um pacto de paz que será eterno, dar-lhes-ei estabilidade, aumenta-los-ei e porei meu santuário no meio deles pelos séculos. Porei no meio deles a minha morada, eu ser-ei o seu Deus, e eles serão o meu povo. E saberão as gentes que eu, Javé, santifico Israel, quando o meu santuário estiver no meio deles para sempre". (Ezequiel 37,21-28). Muitos povos e nações acorrerão ao templo do Senhor e a paz fluirá para Israel como um rio. Jerusalém será amada por todas as nações e muitos meditarão nos grandes feitos do Senhor. Em Jerusalém Jesus viveu os últimos acontecimentos de sua vida e em Jerusalém Jesus ressuscitou. Assim Jerusalém tornou-se cidade dos cristãos, dos judeus, dos muçulmanos e daqueles que têm um só Deus. Cidade religiosa onde muitos buscarão uma experiência de paz. A experiência vivida por aqueles que visitam Jerusalém não pode ser fielmente comunicada. Cada um precisa experimentar. Ninguém, por mais hábil que seja poderá descrever os gloriosos feitos de Deus para com o seu povo de Israel.

Que a paz brote nas fronteiras de Israel o mais rápido possível. Os povos precisam de segurança e muito mais será feito por Deus em favor de Israel quando a paz reinar em suas fronteiras.

- Nobre Senador Bernardo Cabral, Presidente do Grupo Parlamentar, que, desde o primeiro momento, emprestou seu apoio integral a essa importante iniciativa.
- Senhor Senador Antonio Carlos Magalhães – Presidente do Senado Federal-SF,
- Deputado Michel Temer – Presidente da Câmara dos Deputados – CD,
- Dr. Jack Leon Terpins – Presidente da Confederação Israelita do Brasil – CONIB,
- Bispo Raymundo Damasceno – Secretário-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB,
- Bispo Renato Andrade – Presidente do Conselho de Pastores – COPEV,
- Doutor Yaakov Keinan – Embaixador do Estado de Israel,

- Professor Paulo Renato – Ministro de Educação e Desportos,
- Professor Osvaldir Geraldo Denadai – Fundação Oswaldo Aranha
- Correios-ECT – Renzo Dino Sergente – Atlântica-RJ – Viagens e Turismo-organizadora de grupos turísticos no Brasil para visita à Terra Santa,
- Hotel Eron, Hotel Torre,
- A Família Embaixador Oswaldo Aranha,
- Dr. Creslo Rolim – Presidente do Instituto Nacional do seguro Social – INSS,
- Professor Cecílio Pinto – Procurador da Unibanc e sua equipe
- Senhoras Isaura e Vilma, e a Família Pedro Laurindo da Silva

Solicitamos que seja transcrita nos Anais desta Casa do Congresso Nacional a declaração do estabelecimento do Estado de Israel, em anexo bem como, os três trabalhos dos vencedores do concurso nacional de monografia sobre tema.

Durante o discurso da Sra. Emilia Fernandes, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Joel de Hollanda, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Guerra.

O SR. PAULO GUERRA (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, a crise brasileira atual revela um cenário multistórico, de efeito cumulativo, que denuncia a precariedade das relações da Federação e a necessidade de novos parâmetros para a consolidação e permanência do pacto federativo.

O Brasil vive hoje uma situação delicada, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores. Sabe-se que as exigências do mercado financeiro são a curto prazo. Enquanto isso, as reformas que hoje tramitam no Congresso Nacional só surtirão efeito a longo prazo. Encontramo-nos em um momento difícil, nuvens negras pairando sobre nossos céus. A evasão de dinheiro continua diariamente em montantes ponderáveis. Falta de confiança no Brasil? Seguramente. Mas não só. Efeito Itamar? É óbvio que pode influir, mas não é o mais importante ou determinante. O certo é que, com o advento do neoliberalismo no mundo, implantou-se a modalidade mais perversa do capitalismo. Acabou-se o Estado de bem-estar social, que assegurava proteção aos indivíduos com uma política social avançada. Hoje, o que se constata é o desemprego em massa, as pessoas jogadas à própria sorte. Os capitais investidos nas Bolsas saem e entram na maioria dos países com a maior facilidade, indo vorazmente sempre em busca de lucros fáceis e sem risco. É a globalização; globaliza-

ção das finanças e dos meios de comunicação a anunciar as cotações em Bolsa.

A globalização também traz como premissa o enfraquecimento cada vez maior da soberania das nações. Há chefes de Estado que se ajoelham diante dos banqueiros internacionais e das instituições multilaterais que tratam da esfera econômico-financeira. "Que mundo de viver-se"!, como diria o poeta, este em que vivemos!

As dissensões a que assistimos hoje no Brasil são um reflexo de crise maior em escala mundial. No fundo, não se trata de intempestividade de uns ou "síndrome de Ieltzin", como querem alguns ou o *Wall Street Journal*. Trata-se de algo mais sério, que não decorre de temperamentos ou de ímpetos momentâneos.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, acaba de realizar-se, em São Luís do Maranhão, uma reunião de governadores que apoiam o Governo Federal, mas, para além das manifestações de solidariedade, o que se constataram foram queixumes, muitos queixumes. Desejam os governadores que as dívidas de seus Estados sejam renegociadas e a diminuição da taxa de juros, visto que muitos Estados comprometem acima do permitido a arrecadação estadual para pagamento do serviço da dívida e do principal. Isso é o fundamental que ficou da reunião, expresso, aliás, na Carta de São Luís. Por outro lado, deve ocorrer, na próxima segunda-feira, em Belo Horizonte, outra reunião, desta feita de governadores de Oposição. Não nos surpreendamos se houver coincidência de reclamos, de reivindicações e de análise, pois, por trás desses acontecimentos, dissimula-se a verdadeira causa da crise.

Vivemos hoje, no Brasil, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, uma crise do sistema federativo, que está a exigir um novo pacto, uma nova forma de relacionamento entre Estados e União. Muitos Estados, como o próprio Maranhão, sede da primeira reunião, fizeram seus ajustes, isto é, cumpriram um severo programa, compatibilizando seus Orçamentos e adaptando-se aos novos tempos. Mas, e agora? Quais os efeitos dos ajustes do plano federal em Estados como o Maranhão, que diminuíram despesas, sanearam suas finanças, enxugaram sua máquina, otimizaram recursos? Fica a questão e creio que é isso que os governadores desejam saber.

É óbvio que devemos pregar e praticar a união nacional nesse momento de crise, em defesa do Brasil, mas uma união com princípios, sem subserviência, sem ser motivada pelo pânico do caos; uma união politicamente madura, ditada pela alta política,

com sentido da História e responsabilidade social. Que o Brasil adote medidas que previnam as intempéries, os vendavais especulativos, e não se agache, no desespero, com medidas paliativas de curto prazo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) – Concedo a palavra ao Senador José Alves.

O SR. JOSÉ ALVES (PFL – SE). Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, já em 1700 dizia Benjamin Franklin – que na política foi um grande personagem e, nas ciências, um sábio, inventor do pára-raios – que "se o homem queimar as cidades e preservar os campos, essas ressurgirão. Mas se o homem preservar as cidades e queimar os campos, essas não sobreviverão."

A agricultura brasileira continua a merecer maior atenção, prioridade e esforço governamental no sentido de viabilizar sua natural vocação e realizar o seu imenso potencial econômico, associado aos negócios do setor, como um complexo altamente produtivo e gerador de renda e emprego.

A agricultura, a indústria a ela relacionada e os serviços correlatos, isto é, os negócios do ramo, participam com 40% na formação do PIB nacional e empregam 52% da população economicamente ativa do País. É preciso destacar que, nesse bolo de 40%, os agricultores, que são, na realidade, o primo pobre dessa família, participam com apenas 10% do PIB. O restante é derivado, em grande parte, da valorização no beneficiamento do seu produto e também pelos insumos e maquinários.

A versão do Orçamento para 1999 atinge a agricultura com uma poda nas perspectivas de aumento dos seus recursos, quando já era muito pequena a sua fatia no bolo orçamentário, menos de 1,5%. E o mais preocupante é que a dívida pública já morde quase metade do Orçamento, inviabilizando investimentos em áreas que deveriam ter maior destaque de importância e prioridade.

O Brasil, que é o sexto país do mundo em volume de exportações agrícolas, tem clima e solo extraordinariamente favoráveis à atividade rural, possui 150 milhões de hectares de áreas agricultáveis ainda não utilizadas e importa, por exemplo, mais de 100 mil toneladas de feijão por ano – só em 1997, foram 146 mil. Tendo o segundo maior rebanho bovino do Planeta, importa leite da França, arroz da Tailândia, milho dos Estados Unidos e bifes da Austrália, neste caso porque não consegue participar com mais de 2% das exportações mundiais de carne.

O Brasil tem o maior potencial de expansão de áreas agricultáveis do mundo, uma alternativa para resolver boa parte de seus problemas sociais e econômicos. As importações agrícolas do ano passado, no geral, alcançaram a cifra de U\$5 bilhões. A safra do período 1997/1998, apesar dos efeitos perversos das alterações climáticas no Nordeste, deverá se aproximar de 80 milhões de toneladas, prometendo crescer ainda mais no próximo período, 1998/1999, se o sistema financeiro conseguir operar os 10 bilhões consignados inicialmente para o custeio agrícola. Com relação, por exemplo, à safra do feijão, que é um artigo de primeira necessidade na dieta alimentar e sobrevivência da população regional, embora a média nacional tenha caído apenas 3% neste ano, com relação à safra do período anterior, no Nordeste o feijão de sequeiro teve uma queda de safra de 55%. Alguns Estados perderam até 90%.

A seca continua sendo uma ameaça constante, apesar das providências do Governo. Uma delas, a mais recente, em sentido oposto, foi a extinção do DNOCS, que já vinha dos tempos do Império, lutando, muitas vezes timidamente, para amenizar os efeitos perversos desse fenômeno. Esperamos que o Governo crie, em seu lugar, outro mecanismo, outra instituição mais eficaz, que não seja mais uma súgia e que tenha mais poder, recursos e prioridades para cuidar de um assunto tão relevante como prover os meios e condições para a convivência do homem com a seca.

Em Sergipe, os efeitos da estiagem, aliados às dificuldades que a agricultura já vinha enfrentando como parte dessa realidade nacional, a situação também é muito grave. Muitos pequenos proprietários estão vendendo suas terras, ou simplesmente deixando de produzir nelas, por falta de condições e incentivos. Na citricultura, por exemplo, que emprega mais de cem mil trabalhadores, ocorre uma crise sem precedentes, com alto índice de desemprego e uma quebra de safra, no Estado, superior a 70%, com relação ao ano anterior.

No âmbito nacional, além da escassez de recursos, dos juros elevados, da inadimplência universal do meio rural, onde a dívida agrícola dos proprietários rurais chega a R\$12 bilhões, do medo generalizado do endividamento, do atraso nos financiamentos com relação ao período de preparo da terra e do plantio, que não podem esperar, ainda existe o fato de que não deve chegar a 20% a parcela dos agricultores brasileiros que têm acesso ao crédito rural, pois a maior parte deles, especialmente os pequenos, financiam seus custos com recursos próprios ou

se endividando a juros altíssimos e usando, inclusive, cartão e cheque especial.

Outro problema seriíssimo que a agricultura vem atravessando é a sua aclamação, pelos gestores da política econômica, como a grande patrocínadora compulsória da causa do Real, eleita que foi como âncora da estabilização da moeda, salvadora da economia e promotora do bem-estar dos brasileiros, quando, há anos, já vinha sendo sacrificada, exaurida e desprezada pelas prioridades de Governo.

Se por um lado isso serve para mostrar a grande resistência e potencial econômico do trabalho agrícola e da fertilidade generosa do suor na terra, produzindo alimento para as mesas dos brasileiros, por outro, mostra a contribuição desproporcional imposta pelo Governo com relação a outros setores mais ricos da economia. Por exemplo, enquanto o sistema financeiro, tomado dinheiro ao preço de uma inflação que, felizmente, mal alcança 1%, chega a emprestar esse dinheiro a até 10% ao mês, ou dez vezes a inflação, como no caso de cheques especiais e cartões de créditos, num País de cidadãos endividados, contribuindo de forma usurável com a estabilização da moeda, para conter o consumo e atrair capitais especulativos, a nossa agricultura e os nossos pobres agricultores se descapitalizam com a terrível desproporção entre os preços agrícolas e o custo dos insumos e do dinheiro.

Basta o seguinte argumento para comprovar a veracidade desta análise. A cesta básica, composta de uns 40 produtos, custava R\$106,40 em julho de 1994. Em julho deste ano custava R\$111,47, tendo subido 4,7% neste período, quando o Índice Geral de Preços de Mercado, o IGPM, medido pela Fundação Getúlio Vargas, registrou uma variação, isto é, uma inflação, nestes 4 anos, de 60,3%. Alguns ramos da atividade econômica simplesmente dobraram os seus preços neste período, escola particular, por exemplo. O setor público elevou consideravelmente as contas de luz, água, telefone, combustível e outras tarifas.

Verdadeiramente um absurdo, uma injustiça, os preços agrícolas estão estáveis. É bom para a população, mas o custo dos insumos, adubos, sementes, maquinário, informações tecnológicas, impostos, tarifas públicas, tudo subiu, na formação destes 60,3%. Alguns itens essenciais à atividade agrícola dobraram de preço, menos o preço da terra, que é o patrimônio do proprietário rural, desvalorizado pelo risco permanente da atividade, pelo novo ITR e pela ameaça constante de litígios fundiários, questões trabalhistas e desapropriações.

É preciso uma revisão urgente das legislações tributária e trabalhista rurais, visando uma maior simplificação dos procedimentos e adequação à realidade do campo, de forma que possam melhorar as relações laborais e a geração de emprego. Em muitos casos o emprego rural está se tornando uma armadilha para o empregador ou uma sonegação de direitos para o empregado, tão grandes são as dificuldades operacionais e exigências legais para o homem do campo cumprir, formal e tempestivamente, os encargos da burocracia e a voracidade do Fisco, que, com o tempo, estão tornando proibitiva a atividade rural.

Pelo ângulo das receitas e das despesas, o produtor rural, hoje, está comprando mais do que vendendo, pois raramente cobre comercialmente os seus custos.

Uma das soluções para a produtividade da agricultura, nestes tempos de mercado competitivo e de progresso tecnológico, é a irrigação, com a qual pode-se obter até três safras por ano, mas que, infelizmente, requer investimentos mais elevados, indispensáveis à ampliação da parceria do setor público, com obras de infra-estrutura, com o setor privado.

Neste contexto de dificuldades conjunturais e estruturais, que aprisiona a grande vocação e o imenso potencial da agricultura de nosso País, surge uma luz no horizonte, com promessa de tempos e resultados promissores.

Trata-se, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, de um importante organismo de estudos, reflexões, debates, exercício de criatividade e formulação de propostas e políticas para os negócios da agricultura, o Fórum Nacional da Agricultura, composto por pessoas da mais alta qualificação, experiência e comprometimento com o setor.

Instituída em 1996, com participação equitativa de autoridades do setor público e personalidades, especialistas e dirigentes de instituições do setor privado, desdobrada em coordenadorias temáticas para estudar e propor medidas concretas para a solução e estabelecimento conjunto de prioridades para cada uma das áreas de nossa agricultura, essa entidade já apresenta os primeiros resultados.

Em suas conclusões, alerta que a produção de alimentos no mundo terá que triplicar nos próximos 40 anos para suprir a demanda de alimentos para cerca de 9 bilhões de pessoas; em nosso País, a produção agrícola deverá crescer a taxas superiores a 3% ano para alimentar a população e gerar divisas e emprego.

Recebi, em meu gabinete, um relatório preliminar do Fórum Nacional da Agricultura, que é atualmente a mais elevada expressão da inteligência no setor, contendo uma breve síntese do trabalho realizado nestes dois últimos anos e das conclusões, uma contribuição da mais alta valia para a nossa agricultura.

Desse trabalho, intitulado "Mais do que uma Política Agrícola", constam as 10 propostas mais importantes, com as respectivas alternativas de solução, desdobradas nos seguintes tópicos: o financiamento do agronegócio; a modernização da comercialização interna e externa; a desoneração e simplificação tributária; a redução dos custos; o desenvolvimento tecnológico no setor; a modernização da defesa agropecuária; a sustentabilidade da agricultura; a agricultura familiar; a política fundiária e a coordenação institucional do agronegócio.

Com a explosão demográfica que vem por aí no próximo século, milhões de bocas a mais para alimentar, imensos contingentes de população urbana apenas consumindo produtos agrícolas e pouco se dedicando ao campo, é necessário que se pense na agricultura com mais responsabilidade e menos amadorismo.

O Brasil do início do século é mais de 80% cidade e menos de 20% campo, mas as cidades não sobreviverão sem o campo, de onde lhes chega à mesa o alimento diário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) – O Senador Jonas Pinheiro enviou discurso à Mesa para ser publicado, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendida.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna desta Casa para registrar, com muito orgulho e satisfação, a abertura da primeira agência do Banco Cooperativo de Crédito Bansicredi na capital do meu estado de Mato Grosso, Cuiabá.

Sr. Presidente, não se pode considerar esse ato como uma simples solenidade de inauguração de uma agência bancária. Essa inauguração tem uma enorme relevância e um alto simbolismo, pois traduz os esforços de um longo trabalho em favor das cooperativas de crédito.

Há dez anos nascia, em Água Boa, Município de Mato Grosso, a primeira cooperativa de crédito rural daquele Estado e, uma década após, esse esforço se consolida com a inauguração dessa agência

do Banco Cooperativo de Crédito na capital do Estado.

O Bansicredi é uma iniciativa pioneira no cooperativismo de crédito brasileiro. Surgiu para atuar como banco sinérgico e de cúpula das cooperativas de crédito, em função da dependência que esse segmento tinha em relação com outras instituições financeiras para realizar suas operações e serviços.

Assim, Sr. Presidente, concretizase um sonho, cuja realização somente foi possível porque muitas pessoas efetivamente se empenharam e acreditaram nesse projeto. Assim, nos aproximamos de muitos países desenvolvidos, que têm nas cooperativas de crédito um importante instrumento para financiamento das suas atividades produtivas.

A abertura dessa Agência do Bansicredi em Cuiabá representa um passo importante na consolidação das cooperativas de crédito em Mato Grosso, pois possibilitará captações de recursos para alavancar as atividades desse Banco, o qual, assim poderá atender melhor aos pleitos da sociedade mato-grossense, por intermédio das cooperativas de crédito.

Sr. Presidente, ao cumprimentar todos aqueles que se empenharam nesse projeto, parabenizamos a sociedade cuiabana, que tem, a partir de agora, mais uma instituição financeira à sua disposição e um novo instrumento para a promoção do desenvolvimento do Estado de Mato Grosso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as}s e Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de segunda-feira, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, a seguinte:

ORDEM DO DIA

– Item único –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 34, DE 1998

Terceiro e último dia de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 34, de 1998, tendo como primeiro signatário o Senador Elcio Alvares, que prorroga, alterando a alíquota, a cobrança da contribuição a que se refere o art. 74 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (CPMF).

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 35 minutos.)

(O.S. 10311/99)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA NO DIA 12 DE JANEIRO DE 1999, QUE SE REPUBLICA A PEDIDO DO PARLAMENTAR:

O SR. FERNANDO BEZERRA (PMDB – RN). Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, no dia 9 de dezembro, aqui me pronunciei contra a elevação abrupta, decidida pelo Banco Central, da TJLP, trazendo uma contribuição que, posteriormente, foi aceita pelo Governo, pois a TJLP voltou a um patamar muito próximo dos 12% anteriormente vigentes. Volto a falar sobre o assunto, agora, na tentativa de trazer uma contribuição para amainar o impacto brutal sobre o setor produtivo brasileiro, a cada medida editada, agravando a recessão.

O Governo, no dia 29 de dezembro, editou a Medida Provisória nº 1.788, conhecida pela opinião pública como um mini pacote tributário, para cobrir o déficit no ajuste fiscal, provocado pela não aprovação da emenda que fazia arrecadar recursos dos inativos e pela falha do Governo de não ter encaminhado a tempo, ao Congresso Nacional, o pedido de prorrogação da CPMF. Entretanto, a parte mais importante da medida, sem dúvida, é a que altera a base da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Pela Medida Provisória, as despesas financeiras e os juros sobre o capital próprio não poderão mais ser deduzidos da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Como já afirmei, isso vai representar um aumento na tributação da renda das pessoas jurídicas de aproximadamente R\$2,1 bilhões, ampliando em mais de 30% a arrecadação da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Em um ano que já promete profundas dificuldades para as empresas, tal aumento da carga tributária, ao comprometer a disponibilidade de recursos próprios em uma conjuntura de taxas de juros como essas que aí estão, pode causar o adiantamento ou o abandono de projetos de investimento, agravando

ainda mais a perspectiva de recessão. Ademais, a medida vai de encontro à necessidade de se dotar o sistema tributário de maior rationalidade e menor complexidade.

Isso é o que me preocupa mais. O Governo tem um projeto de reforma tributária considerado prioritário – e votei a favor da CPMF, na última quarta-feira, na expectativa de que se fizesse uma reforma tributária moderna, que desse condições de competitividade ao produto brasileiro –, mas, agora, são apresentadas emendas que dão a entender que não há interesse do Governo na aprovação da reforma tributária.

O conceito de renda, para fins fiscais, deve ser um só, e essa Medida Provisória distancia ainda mais a base do Imposto de Renda da base da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. É elementar que as despesas financeiras são necessárias às atividades da empresa e, por isso, não se constituem em lucro. O pior é que a medida afeta particularmente as empresas que aumentaram seu endividamento para investir, fazendo com que todos passem a não acreditar no futuro, pois penaliza quem investe para crescer, gerar emprego e renda, como apanágio de uma economia de mercado e do bem-estar social.

Sr. Presidente, não quero impedir, pois sou defensor do ajuste fiscal, a aprovação da Medida Provisória, embora o seu art. 14 tenha aspecto de inconstitucionalidade, de acordo com parecer que tenho em mãos. Apenas não aceito que o Governo, que propôs uma medida de caráter transitório, faça-a em caráter permanente, deixando de lado a expectativa de uma nova reforma tributária. Tenho cálculos comprovando que, de maneira mais simples, elevando a alíquota de 8% para 10,2%, poderá o Governo obter os mesmos R\$2,1 bilhões necessários ao ajuste fiscal.

Eu poderia propor que não se fizesse elevação na carga tributária e que o Governo aprofundasse os cortes nos seus gastos, mas comprehendo as dificuldades que encontrarão tais medidas, tanto no Executivo quanto no próprio Congresso Nacional. Por isso, Sr. Presidente, esclareço que levarei ao Relator dessa matéria, Senador Edson Lobão, o pedido de retirada do caráter permanente de mais uma carga tributária, de mais uma decepção que o empresariado brasileiro terá com a retirada da decisão de se votar uma estrutura tributária moderna, que possa fazer o produto brasileiro competitivo interna e externamente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

ATOS DO DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 81, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 000451/99-1,

RESOLVE designar o servidor HEITOR LUIZ DIAS TRINDADE JUNIOR, matrícula 1008, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-04, da Subsecretaria de Biblioteca, com efeitos financeiros a partir de 02 de setembro de 1998.

Senado Federal, 15 de janeiro de 1999.



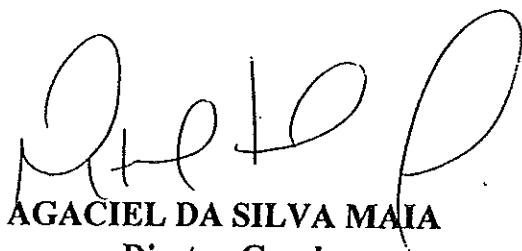
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 82, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº. 652/99-7,

RESOLVE dispensar a servidora ELISABETE TENÓRIO LOPES, matrícula 4331, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 7 - Especialidade de Segurança, da Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-04, da Subsecretaria de Biblioteca, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente de Atividade Policial, Símbolo FC-05, da Subsecretaria de Segurança Legislativa, com efeitos financeiros a partir de 01 de junho de 1998.

Senado Federal, 15 de janeiro de 1999



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 83, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 000735/99-2,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, **JORGE OLIVEIRA DA SILVA**, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Gabinete do Senador Djalma Falcão.

Senado Federal, 15 de janeiro de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 84, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 000735/99-0,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CARLOS RICARDO NASCIMENTO SANTA RITTA**, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Djalma Falcão.

Senado Federal, 15 de janeiro de 1999

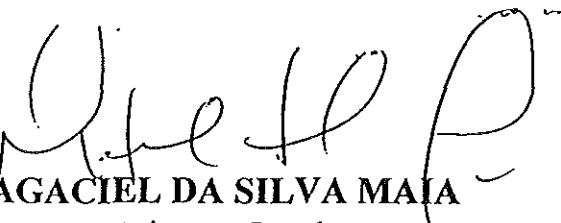

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 85, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 000762/99-7,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **HERBERT NERI VASCONCELOS DE OLIVEIRA**, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Reginaldo Duarte.

Senado Federal, 15 de janeiro de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA

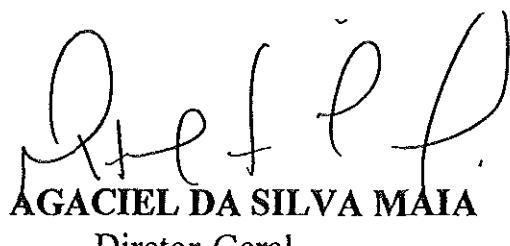
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 86, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 000403/99-7,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, **ENIVALDO DA SILVA DANTAS**, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Gabinete do Senador Sebastião Rocha.

Senado Federal, 15 de janeiro de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA

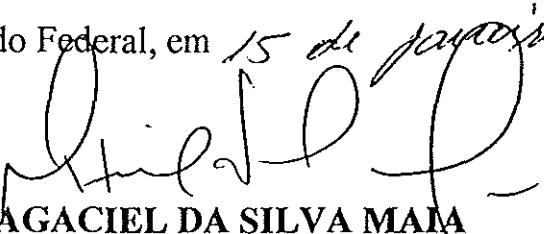
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 87, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL,
no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 000403/99-7,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CARLOS ROBERTO LUPI** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Sebastião Rocha.

Senado Federal, em *15 de janeiro de 1999.*


AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 88, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato nº. 12, de 1995, da Comissão Diretora, tendo em vista o despacho do Presidente desta Casa, no Ofício nº. 2.580/98, do Presidente da Câmara dos Deputados, e considerando a identidade do conteúdo atributivo dos cargos,

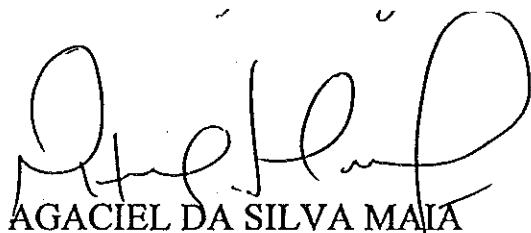
R E S O L V E :

Art. 1º - É autorizado o aproveitamento de candidatos aprovados no concurso público da Câmara dos Deputados, convocados pelos Editais nº. 24, de 1995, 38, de 1995, 40, de 1995, 73, de 1995, e 82, de 1995, no cargo de Analista Legislativo, Área de Saúde e Assistência Social, Especialidade Medicina, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, obedecida, estritamente, a ordem de classificação e o prazo de validade do referido concurso, conforme comunicado pelo Presidente da Câmara dos Deputados.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 15 de janeiro de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 89, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato nº. 12, de 1995, da Comissão Diretora, de acordo com a Resolução nº. 42, de 1993, do Senado Federal, e com o Ato nº. 53, de 1993, da Comissão Diretora,

R E S O L V E

Nomear **OSWALDO MOREIRA DA SILVA JUNIOR** para o cargo de Analista Legislativo - Nível III, Área de Saúde e Assistência Social, Especialidade de Medicina, Padrão 31, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 15 de janeiro de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 90, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato nº. 12, de 1995, da Comissão Diretora, de acordo com a Resolução nº. 42, de 1993, do Senado Federal, e com o Ato nº. 53, de 1993, da Comissão Diretora,

R E S O L V E

Nomear **MONICA MARIA BASTOS HUBINGER TOKARNIA** para o cargo de Analista Legislativo - Nível III, Área de Saúde e Assistência Social, Especialidade de Medicina, Padrão 31, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 15 de janeiro de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 91, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato nº. 12, de 1995, da Comissão Diretora, de acordo com a Resolução nº. 42, de 1993, do Senado Federal, e com o Ato nº. 53, de 1993, da Comissão Diretora,

R E S O L V E

Nomear **AFONSO DA ROCHA CAMPOS** para o cargo de Analista Legislativo - Nível III, Área de Saúde e Assistência Social, Especialidade de Medicina, Padrão 31, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 15 de janeiro de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

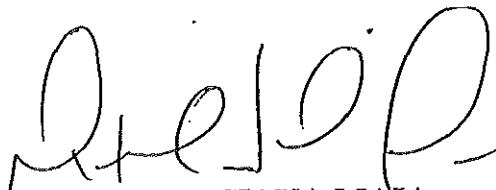
**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 92, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato nº. 12, de 1995, da Comissão Diretora, de acordo com a Resolução nº. 42, de 1993, do Senado Federal, e com o Ato nº. 53, de 1993, da Comissão Diretora,

R E S O L V E

Nomear **SELENA PAULA INNECCO** para o cargo de Analista Legislativo - Nível III, Área de Saúde e Assistência Social, Especialidade de Medicina, Padrão 31, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 15 de janeiro de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

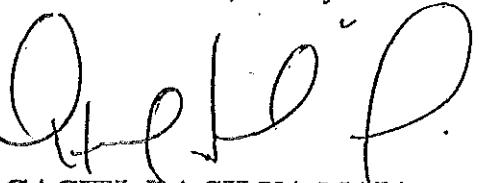
**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 93, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato nº. 12, de 1995, da Comissão Diretora, de acordo com a Resolução nº. 42, de 1993, do Senado Federal, e com o Ato nº. 53, de 1993, da Comissão Diretora,

R E S O L V E

Nomear **ELIZABETH OLIVEIRA ROSA E SILVA** para o cargo de Analista Legislativo - Nível III, Área de Saúde e Assistência Social, Especialidade de Medicina, Padrão 31, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 15 de janeiro de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 94, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

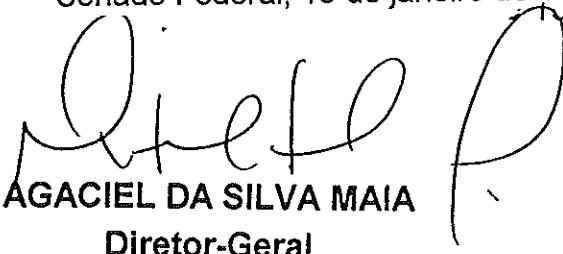
RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores WALDEMAR REINEHR KOHLRAUSCH, matrícula nº 2988, e LUIZ CARLOS PIRES RAYOL, matrícula nº 3379, como gestor titular e substituto, respectivamente, da carta-contrato nº 036/98, celebrado entre o Senado Federal e CONSTRUMETA ENGENHARIA COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de janeiro de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 95, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

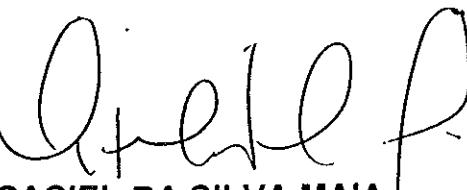
RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores WALDEMAR REINEHR KOHLRAUSCH, matrícula nº 2988, e PAULO ELISIO BRITO, matrícula nº 2423, como gestor titular e substituto, respectivamente, da carta-contrato nº 002/99, celebrado entre o Senado Federal e CONSTRUTORA ARGUS LTDA.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de janeiro de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 19-4-95)

Presidente : Casildo Maldaner - PMDB - SC

Vice-Presidente: José Alves - PFL -SE

(Eleitos em 28-2-96)

Titulares

Suplentes

PFL

1. Elcio Alvares (4)
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas (1)
4. José Alves

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing (2)
4. José Bianco

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Rainez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. (Vago)
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge (3)

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. (Vago)

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira (5)

PPB (Ex- PPR + Ex-PP)

1. Epitacio Cafeteira
2. Osmar Dias

1. Lucídio Portella

PTB

1. Emilia Fernandes

1. Arlindo Porto

PP

1. Osmar Dias

1. Antônio Carlos Valadares

PT

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

PDT

1. (Vago)

1. Sebastião Rocha

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

(Atualizado em 27.10.98)

(1) Posse como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social

(2) Falecido, em 23.10.98

(3) Renúncia, para assumir o cargo de Ministro do Tribunal de Contas do Estado do Pará

(4) Posse como Ministro Extraordinário da Defesa

(5) Renúncia, para assumir o cargo de Governador do Estado do Espírito Santo

**SECRETARIA -GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: CLEIDE MARIA B. F. CRUZ
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)
ELIZABETH GIL BARBOSA VIANA (Ramal: 4792)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO
Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: CE	- JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
CI	- CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
CAE	- DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605) - LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)
CAS	- RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608) - VERA LÚCIA BATISTA SILVA (Ramal: 7285)
CCJ	- VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)
CRE	- MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
CFC	- JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)

COMISSÕES PERMANENTES

(ARTº 72 - RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR PEDRO PIVA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO BEZERRA

(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL

FRANCELINO PEREIRA	MG -2411/12	1-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
EDISON LOBÃO	MA - 2311/12	2-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/62
GILBERTO MIRANDA	AM -3104/05	3-MOREIRA MENDES	RO-2231/37
BELLO PARGA	MA -3069/70	4-JÔNICE TRISTÃO	ES-3130/32
LEONEL PAIVA	DF - 1248	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
JONAS PINHEIRO	MT - 2271/72	6-JOSAPHAT MARINHO	BA - 1041/1141
JÓAO ROCHA	TO -4071/72	7-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
JÚLIO CAMPOS	MT - 1247/1447	8-DJALMA BESSA	BA- 2211/12

PMDB

GILVAM BORGES	AP-2151/52	1-WELLINGTON ROBERTO	PB-3139/40
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
JOSÉ SAAD	GO-3149/50	4-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
RAMEZ TEbet	MS-2221/22	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04

PSDB

JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	1-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94
SÉRGIO MACHADO	CE- 2281-82	2-REGINALDO DUARTE	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
PEDRO PIVA	SP- 2351/52	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
OSMAR DIAS	PR-2124/25	5-VAGO	

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

EDUARDO SUPlicy - PT	SP-3213/15	1-ANTONIO CARLOS VALADARES	SE-2201/02
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02	3- ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE- 2391/92	4- ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229

PPB

VAGO	1-EPIТАCIO CAFETEIRA	MA-1402/11
LEVY DIAS	2- LEOMAR QUINTANILHA	TO- 2071/77

PTB

ODACIR SOARES	RO-3218/19	VAGO
---------------	------------	------

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)

SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA N° 19-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255

FAX: 311-4344

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 3's feiras às 10:00 hs.

Atualizada em: 08/01/99.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
PRESIDENTE: SENADOR ADEMIR ANDRADE
VICE-PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA
(29 TITULARES E 29 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL

ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-EDISON LOBÃO	MA-2311/15
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	3-JÔNICE TRISTÃO	ES-3130/32
BELLO PARGA	MA-3069/72	4-FREITAS NETO	PI-2131/37
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
LEONEL PAIVA	DF-1046/1146	6-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
MOREIRA MENDES	RO-2231/37	7-ROMEU TUMA	SP-2051/57
DJALMA BESSA	BA - 2211/12	8-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
JÚLIO CAMPOS	MT- 1247/1447	9-VAGO	

PMDB

CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
GILVAM BORGES	AP-2151/57	2-VAGO	
JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/4078	3-JOSÉ SAAD	GO-3149/50
CASILDO Maldaner	SC-2141/47	4-JOSÉ SARNEY	AP-3429/31
MAURO MIRANDA	GO-2091/92	5-DJALMA FALCÃO	AL-2261/62
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	6-VAGO	
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	7-VAGO	
IRIS REZENDE	GO-2032/33	8-VAGO	

PSDB

LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	1-ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/37
OSMAR DIAS	PR-2124/25	2-REGINALDO DUARTE	CE-3242/43
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-SERGIO MACHADO	CE-2281/87
CARLOS WILSON	PE-2451/57	4-VAGO	
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/16	5-JEFFERSON PERES	AM-2061/67

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

EDUARDO CÂNDIDO	RJ-2171/72	1-EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37
MARINA SILVA - PT	AC-2181/87	2-LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/47
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07	3-ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	4-ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67

PPB

ERNANDES AMORIM	RO-2051/57	1-EPITACIO CAFETERIA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/76	2-VAGO	

PTB

ODACIR SOARES	RO-3218/3219	1-ARLINDO PORTO	MG- 2321/22
---------------	--------------	-----------------	-------------

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4608/3515

SALA N° 09-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
FAX: 311-3652

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
 Horário regimental: 4's feiras às 14:00 hs.

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

VICE-PRESIDENTE: SENADOR RAMEZ TEBET

(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL

GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JÓNICE TRISTÃO	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/15	2-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
MOREIRA MENDES	RO-2231/37	3-JOSÉ AGRIPIÑO	RN-2361/67
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-LEONEL PAIVA	DF-1046/1146
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-DJALMA BESSA	BA - 2211/12
JOSAPHAT MARINHO	BA - 1041/1141	6-BELLO PARGA	MA-3069/72
ROMEU TUMA	SP-2051/52	7-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104

PMDB

JADER BARBALHO	PA-3051/53	1-VAGO	
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	4-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
PEDRO SIMON	RS-3230/32	5-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467
DJALMA FALCÃO	AL-2261/62	6-GILVAM BORGES	AP-2151/52

PSDB

JEFFERSON PERES	AM-2061/67	1-RICARDO SANTOS	ES-2022/24
SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87	4-PEDRO PIVA	SP-2351/52
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/17
REGINALDO DUARTE	CE-3242/43	3-OSMAR DIAS	PR-2124/25

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

ANTONIO C. VALADARES- PSB	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2241/47
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97	3-MARINA SILVA - PT	AC-2181/87

PPB

VAGO		1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
EPIТАCIO CAFETEIRA	MA- 4073/74	2- LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74

PTB

ODACIR SOARES	RO-3218/3219	1-ARLINDO PORTO	MG- 2321/22
---------------	--------------	-----------------	-------------

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS

SECRETÁRIO: VERA LÚCIA LACERDA NUNES

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA N° 03-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541

FAX: 311-4315

Atualizada em: 07/01/99

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ARTUR DA TÁVOLA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR JOEL DE HOLLANDA
(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL

DJALMA BESSA	BA - 2211/12	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/87	2-GERALDO ALTHOFF	SC-2042/43
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	3-LEONEL PAIVA	DF-1046/1146
JÓNICE TRISTÃO	ES-3130/32	4- FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	6-JONAS PINHEIRO	MT-2271/72
ROMEU TUMA	SP-2050/57	7-WALDECK ORNELAS (2)	BA
EDISON LOBÃO	MA-2311/46	8-VAGO	

PMDB

JOSE FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-JOSÉ SAAD	GO-3149/50
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
JOSÉ SARNEY (3)	AP-3429/31	5-DJALMA FALCÃO	AL-2261/62
JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/68	6-IRIS REZENDE	GO-2032/33
VAGO		7-PEDRO SIMON	RS-3230/31

PSDB

ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/32	1-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
VAGO		2-SÉRGIO MACHADO	CE - 2281/82
RICARDO SANTOS	ES-2022/24	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
TEOTÔNIO VIEIRA FILHO	AL-4093/94	4-CARLOS WILSON	PE-2451/52
REGINALDO DUARTE	CE-3242/43	5-PEDRO PIVA	SP-2351/52

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	1-GERALDO CÂNDIDO	RJ-2171/72
MARINA SILVA - PT	AC-2181/82	2-ANTONIO C. VALADARES PSB	SE-2201/07
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2242/44
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-4229/30	4-VAGO	

PPB

LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-VAGO	
LÉOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-ERNANDES AMORIM	RO-2251/57

PTB

ODACIR SOARES	RO-3218/19	1-VAGO	
---------------	------------	--------	--

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

(2) Afastado do exercício do mandato para exercer o cargo de Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social.

(3) Licença para tratar de interesses particulares.

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*) **SALA N° 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA**
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES **TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276**
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604 **FAX: 311-3121**

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
 Horário regimental: 5ª feira às 14:00 hs.

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: VAGO
 VICE-PRESIDENTE: VAGO
 (23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL

JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	1- JOSAPHAT MARINHO	BA-1041/1141
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	2- JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
GERALDO ALTHOFF	SC-2042/43	3- GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
JÔNICE TRISTÃO	ES-3130/32	4- WALDECK ORNELAS (1)	BA
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/3199	5- JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
HUGO NAPOLEÃO	PI - 4478/4479	6- ROMEU TUMA	SP-2051/57
FREITAS NETO	PI-2131/37	7- GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104

PMDB

NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/92	2-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	3-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
IRIS REZENDE	GO-2032/33	4- VAGO	
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	5-JOSÉ SARNEY (3)	AP-2351/52
RENAN CALHEIROS (2)	AL	6- VAGO	

PSDB

RICARDO SANTOS	ES-2022/24	1-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2017	2-VAGO	
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95	3-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
PEDRO PIVA	SP- 2351/52	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/2397	1-VAGO	
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/07	2-EDUARDO SUPLICY (PT)	DF-2341/47
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3- LAURO CAMPOS (PT)	

PPB

LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-VAGO	
ERNANDES AMORIM	RO-2251/57	2- EPITACIO CAFETEIRA	MA- 4073/74

PTB

ODACIR SOARES	RO-3218/19	1-ARLINDO PORTO	MG - 2321/22
---------------	------------	-----------------	--------------

(1) Afastado do exercício do mandato para exercer o cargo de Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social.

(2) Afastado do exercício do mandato para exercer o cargo de Ministro de Estado da Justiça.

(3) Licença para tratar de interesses particulares.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*) SALA N° 13-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: CELSO PARENTE

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3292 (FAX)

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/4607

FAX: 311-3286

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
 Horário regimental: 3's feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 08/01/99

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

(Resolução nº 46, de 1993)

PRESIDENTE: SENADOR JOÃO ROCHA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON
(17 TITULARES E 09 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL

JOSAPHAT MARINHO	BA-1041/1141	1-GERALDO ALTHOFF	SC-2042/43
JOSÉ ALVES	SE-4055/56	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
JÚLIO CAMPOS	MT-1247/1447	3-DJALMA BESSA	BA - 2211/12
JOÃO ROCHA	T0-4070//71		
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05		

PMDB

JOSE SAAD	GO-3149/50	1-GILVAM BORGES	AP-2151/57
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	2-JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/68
DJALMA FALCÃO	AL-2261/62		
WELLINGTON ROBERTO	PB-3139/40		
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201		

PSDB

REGINALDO DUARTE	CE-3242/43	1-RICARDO SANTOS	ES-2022/24
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-VAGO	
PEDRO PIVA	SP-2351/52		

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

EDUARDO SUPILCY - PT VAGO	SP-3215/16	1-GERALDO CÂNDIDO	RJ-2171/72
------------------------------	------------	-------------------	------------

PPB

EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ERNANDES AMORIM	RO-2051/55
--------------------	------------	-------------------	------------

PTB

ODACIR SOARES	RO-3218/3219
---------------	--------------

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 17:00 HS (*) SALA N° 06-ALA SEN. NILO COELHO

SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3254

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3935/3519 FAX: 311-1060

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. I8655/6

7.1) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC
SUBCOMISSÃO DESTINADA À FISCALIZAÇÃO DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA
PRIVADA (FUNDOS DE PENSÃO), QUE TENHAM COMO PATROCINADOR A UNIÃO E O
SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL
PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ ALVES
VICE-PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
(07 TITULARES E 04 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PFL	
JOSE ALVES GILBERTO MIRANDA	SE-4055/56 AM-3104/05
	1-GERALDO ALTHOFF 2- DJALMA BESSA
PMDB	
JOSE SAAD VAGO	1-JOÃO FRANÇA (1)
	RR-3067/68
PSDB	
VAGO	1-VAGO
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)	
EDUARDO SUPLICY - PT	SP-3215/16
PPB + PTB	
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74
(1) Desfilhou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.	
REUNIÕES: SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3935/3519	SALA N° 06-ALA SEN. NILO COELHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3254 FAX: 311-1060
ANDAMENTO	
EM 10.9.97 FOI DESIGNADO RELATOR O SENADOR GILBERTO MIRANDA	
Atualizada em: 04/01/99	

7.2) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC
SUBCOMISSÃO DESTINADA À FISCALIZAR OS RECURSOS FEDERAIS REPASSADOS AO
GOVERNO DE RONDÔNIA
PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
(07 TITULARES E 04 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
JULIO CAMPOS	MT-1247	1-GERALDO ALTHOFF	SC-2042/43
GILBERTO MIRANDA	AM-3104-05	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
JOSÉ SAAD	GO-3148/50	2-JOÃO FRANÇA	RR-3067/68
NEY SUASSUNA	PB-4345/46		
VAGO		PSDB	
EDUARDO SUPLICY-PT	SP-3215/16	2 - VAGO	
ERNANDES AMORIM	RO-2251/55	BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB-PPS)	
		PPB + PTB	

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

Fax 311-1060

ALA SENADOR NILO COELHO

SALA Nº 06 - telefone: 311-3254

ATUALIZADA EM: 04/01/99

ANDAMENTO

EM 29.04.98 FOI DESIGNADO RELATOR O SENADOR COUTINHO JORGE

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Representação Brasileira)

Presidente de honra: Senador José Sarney

PRESIDENTE: SENADOR LÚDIO COELHO
VICE-PRESIDENTE: DEPUTADO JÚLIO REDECKER
SECRETÁRIO-GERAL: DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO: DEPUTADO GERMANO RIGOTTO
(16 TITULARES E 16 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
SENADORES	
PMDB	
JOSÉ FOGAÇA	1 - PEDRO SIMON
CASILDO MALDANER	2 - ROBERTO REQUIÃO
PFL	
DJALMA BESSA	1 - JOEL DE HOLLANDA
	2 - JÚLIO CAMPOS
PSDB	
LÚDIO COELHO	
PPB	
LEVY DIAS	
PTB	
JOSÉ EDUARDO	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PSB,PDT,PPS)	
GERALDO CÂNDIDO	1 - EMÍLIA FERNANDES
TITULARES	SUPLENTES
DEPUTADOS	
PFL/PTB	
PAULO BORNHAUSEN	VALDOMIRO MEGER
JOSÉ CARLOS ALELUIA	BENITO GAMA
PMDB	
EDISON ANDRINO	CONFÚCIO MOURA
GERMANO RIGOTTO	ROBSON TUMA
PSDB	
FRANCO MONTORO	NELSON MARCHEZAN
CELSO RUSSOMANO	RENATO JONHSSON
PPB	
JÚLIO REDECKER	
PT/PDT/PC do B	
MIGUEL ROSSETTO	LUIZ MAINARDI
SECRETARIA DA COMISSÃO:	

ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900
FONE: (65) (061) 3187436 3187186 318-8232 318-7433
FAX: (65) (061) 3182154
SECRETÁRIA: LOURDES MELO NUNES DE CARVALHO



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N-2, Unidade de Apoio III, Praça dos Três Poderes, CEP 70165-900, Brasília, DF.

Revista de Informação Legislativa

Nº 133 – jan./mar. 1997

Leia neste número:

Carlos Frederico Marés de Souza Filho – O Direito Constitucional e as lacunas da lei.

Semira Adler Vaisencher e Angela Simões de Farlas – Júri popular: algumas possibilidades de condenação ou absolvição.

Cláudio Roberto C. B. Brandão – A importância da conceituação da antijuridicidade para a compreensão da essência do crime.

Osvaldo Rodrigues de Souza – Reflexões sobre os institutos da transposição e transformação de cargos públicos.

Ricardo Antônio Lucas Camargo – O direito ao desenvolvimento, a sociedade ocidental e a sociedade tribal no caso brasileiro.

Cármen Lúcia Antunes Rocha – Sobre a súmula vinculante.

Sérgio Sérvelo da Cunha – Conflito possessório e positivismo ético. O agente público em face da decisão legal.

Antônio Carlos Moraes Lessa – Instabilidade e mudanças: os condicionamentos históricos da política externa brasileira sob Geisel (1974-1979).

Marçal Justen Filho, Egon Bockmann Moreira e Eduardo Talamini – Sobre a hipoteca judiciária.

Maria Paula Dallari Bucci – Políticas públicas e direito administrativo.

Guilherme Silva Barbosa Fregapani – Formas alternativas de solução de conflitos e a Lei dos Juizados Especiais Cíveis.

Marcello Toscano Franca Filho – A Alemanha e o Estado de Direito: apontamentos de teoria constitucional comparada.

Carlos David S. Aarão Reis – A matematização do Direito e as origens da Parte Geral do Direito Civil.

Jete Jane Florati – A Convenção das Nações Unidas

sobre Direito do Mar de 1982 e os organismos internacionais por ela criados.

Silvio Dobrowolski – Crime de omissão de recolhimento de impostos e de contribuições: aspectos constitucionais.

Kátia Magalhães Arruda – A responsabilidade do juiz e a garantia de independência.

A. Machado Paupério – Os irracionais de nossa democracia III.

Fernando Braga – Conservadorismo, liberalismo e socialdemocracia: um estudo de direito político.

Álvaro Melo Filho – Resolução sobre passe: irrationalidades e injundicidades.

Fabiano André de Souza Mendonça – Democracia e legalidade da tributação na Constituição Federal de 1988.

Fernando Cunha Júnior – Suspensão condicional do processo. Homicídio. Omissão de socorro.

Paulo José Leite Farlas – Mutação constitucional judicial como mecanismo de adequação da Constituição Econômica à realidade econômica.

María Coeli Simões Pires – Reforma administrativa: reflexões sob a perspectiva político-filosófica.

Jarbas Maranhão – O Estadista Agamemnon Magalhães: a Lei Antitruste e a Conferência do Clube Militar.

Roberto Freitas Filho – A "flexibilização" da legalidade nas práticas conciliatórias na Justiça do Trabalho.

Nuria Belloso Martín – Comunidades Europeias, Unión Europea y Justicia Comunitaria.

Francisco Eugênio M. Arcanjo – Convenção sobre Diversidade Biológica e Projeto de Lei do Senado nº 306/95: soberania, propriedade e acesso aos recursos genéticos.

Vitor Rolf Laubé – A Previdência no âmbito municipal.

Claudia de Rezende M. de Araújo – Extrafiscalidade.

PARA FAZER SUA ASSINATURA DA RIL: Os pedidos deverão ser acompanhados de original do recibo de depósito a crédito do FUNCEGRAF, Caixa Econômica Federal, Agência 1386, conta nº 920.001-2, operação 006; ou junto ao Banco do Brasil, Agência 0452-9, conta nº 55.560.204-4.

Assinatura para o ano de 1997. Periodicidade trimestral. Números 133 a 136: R\$ 40,00.

Preencha o cupom abaixo e envie-nos hoje mesmo, juntamente com o original do recibo de depósito.

DESTINATÁRIO

Nome:

Órgão:

Unidade:

Endereço:

CEP: Cidade: UF: País:

Fones: Fax:

Outras informações pelos fones: 311-3578/3576/3579, Fax: 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N-2, Unidade de Apoio III, Praça dos Três Poderes, CEP 70165-900, Brasília, DF.

CD/ROM Legislação Brasileira

1997

Quarta edição

Co-edição SDINF/SSANL/PRODASEN

- Todas as normas de hierarquia superior a decreto-executivo editadas entre o ano de 1946 e 31 de janeiro de 1997.
- Para cada norma apresentada, é fornecida a lista de normas editadas posteriormente a ela e que a alteraram.
- Os textos integrais das normas editadas a partir de 1987 passaram a estar disponíveis nesta edição.
- As demais normas são apresentadas em documentos-resumo, acompanhadas de informações suficientes para que seja localizado o documento em uma coleção de leis.
- Esta quarta edição do CD-ROM Legislação Brasileira ainda inclui o banco de dados BBD (Biblioteca Brasileira de Direito), composto do acervo de informações jurídicas descritivas (doutrina) originadas das coleções de 17 bibliotecas que participam da Rede SABI de Bibliotecas.

Valor Unitário: R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais).

Despesas Postais: R\$ 5,00 (cinco reais) para cada CD.

O pedido deverá ser acompanhado de original do recibo de depósito a crédito do FUNDASEN, Caixa Econômica Federal, Agência 0005, conta nº 950.056-8, operação 006.

Preencha o cupom abaixo e envie-nos hoje mesmo,
juntamente com o original do recibo de depósito.

DESTINATÁRIO			
Nome:			
Endereço:			
CEP:	Cidade:	UF:	País:
Fones:	Fax:		
Quantidade solicitada:			

Solicite nosso catálogo pelos telefones: (061) 311-3575, 311-3576 e 311-3579.
Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Unidade de Apoio III, Praça dos Três Poderes, CEP 70.165-900, Brasília, DF.
Fones: (061) 311-3575/3576/3579. Fax: (61) 311-4241. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

Publicações

Solicite hoje mesmo nosso catálogo!

Agenda 21 (R\$ 10,00). Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em setembro de 1992.

A Vida do Barão do Rio Branco (R\$ 20,00) – Luís Viana Filho. Obra social, política e diplomática de José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (R\$ 5,00). Texto Constitucional de 5/out/1988 com as alterações introduzidas pelas ECs nº 1 a 15 e ECRs nº 1 a 6.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – Quadro Comparativo (R\$ 15,00). Constituição de 1988, atualizada em 1995, comparada às Constituições de 1946 e 1967 e à EC nº 1 de 1969. Contém quadro comparativo, tabela de correspondência dos artigos comparados e índice.

Dados Biográficos dos Presidentes do Senado Federal (R\$ 2,00). Principais fatos da vida administrativa, trabalhos publicados, condecorações, missões no exterior.

Direitos Humanos – Declarações de Direitos e Garantias (R\$ 10,00) – José Vicente dos Santos (pesq. e índice). Dispositivos constitucionais que abordam os direitos e garantias fundamentais do homem, na Constituição de vários países, inclusive na Carta Magna do Brasil.

Estatuto da Criança e do Adolescente (R\$ 4,00). Lei nº 8.069/90, de acordo com as alterações dadas pela Lei nº 8.241/91; legislação correlata e índice.

Guia das Eleições de 1996 e Suplemento (R\$ 10,00). Guia: Leis nº 9.096/95 e 9.100/95. Resoluções do TSE nº 19.380/95, 19.382/95 e 19.406/95. Suplemento: Resoluções do TSE nº 19.509 e 19.516/96.

Legislação Eleitoral no Brasil (do século XVI a nossos dias) (R\$ 60,00) – Nelson Jobim e Walter Costa Porto (orgs.). Compilação da legislação eleitoral brasileira, desde a época colonial a nossos dias.

Levantamento e Reedições de Medidas Provisórias (R\$ 5,00) – Subsecretaria de Análise do Senado Federal. Registro das MPs editadas durante os 8 anos que se sucederam à criação deste dispositivo legal, tabela sequencial de edições das MPs, assinalando critérios de edições anteriores, reedições com alteração de texto e de transformação em lei, catálogo temático das MPs e referências bibliográficas.

Licitações, Concessões e Permissões na Administração Pública (R\$ 4,00). Leis nº 8.666/93; 8.883/94; 8.987/95, dispositivos da Constituição Federal sobre a matéria e legislação correlata. Índices temáticos das Leis nº 8.666/93 e 8.987/95.

Meio Ambiente – Legislação (R\$ 20,00). Dispositivos constitucionais, atos internacionais. Código Florestal, Código de Mineração, legislação federal e índice temático.

Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis e Legislação Complementar (R\$ 4,00). Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e legislação complementar

Coleção Memória Brasileira

– **A Constituinte perante a História (R\$ 8,00).** História do sistema constitucional brasileiro, no período de 1822 a 1862. Estudos sobre a Constituinte brasileira de 1823. Coletânea de documentos representativos dos trabalhos legislativos da época.

Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado

– **Teotônio Vilela (R\$ 10,00).** Biografia do Senador da República Teotônio Vilela, seu perfil parlamentar, resumo de suas atividades públicas, discursos e projetos, literatura citada.

Coleção Estudos da Integração (em português e espanhol)

– **Volume 9 (R\$ 3,00).** "O Atributo da Soberania", de Heber Arbuet Vignali.

– **Volume 10 (R\$ 3,00).** "A Arbitragem nos Países do Mercosul", de Adriana Noemi Pucci.



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Unidade de Apoio III, Praça dos Três Poderes, CEP 70.165-900, Brasília, DF.
Fones: (061) 311-3576/3576/3579. Fax: (061) 311-4268. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

Publicações

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (R\$ 5,00). Texto Constitucional de 5/out/1988 com as alterações introduzidas pelas ECs nº 1 a 15 e ECRs nº 1 a 6.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – Quadro Comparativo (R\$15,00). Constituição de 1988, atualizada em 1995, comparada às Constituições de 1946 e 1967 e à EC nº 1 de 1969. Contém quadro comparativo, tabela de correspondência dos artigos comparados e índice.

Direitos Humanos – Declarações de Direitos e Garantias (R\$ 10,00) – José Vicente dos Santos (pesq. e índice). Dispositivos constitucionais que abordam os direitos e garantias fundamentais do homem, na Constituição de vários países, inclusive na Carta Magna do Brasil.

Estatuto da Criança e do Adolescente (R\$ 4,00). Lei nº 8.069/90, de acordo com as alterações dadas pela Lei nº 8.241/91; legislação correlata e índice.

Guia das Eleições de 1996 e Suplemento (R\$ 10,00). Guia: Leis nº 9.096/95 e 9.100/95, Resoluções do TSE nº 19.380/95, 19.382/95 e 19.406/95. Suplemento: Resoluções do TSE nº 19.509 e 19.516/96.

Levantamento e Reedições de Medidas Provisórias (R\$ 5,00) – Subsecretaria de Análise do Senado Federal. Registro das MPs editadas durante os 8 anos que se sucederam à criação deste dispositivo legal, tabela seqüencial de edições das MPs, assinalando critérios de edições anteriores, reedições com alteração de texto e de transformação em lei, catálogo temático das MPs e referências bibliográficas.

Licitações, Concessões e Permissões na Administração Pública (R\$ 4,00). Leis nº 8.666/93; 8.883/94; 8.987/95, dispositivos da Constituição Federal sobre a matéria e legislação correlata. Índices temáticos das Leis nº 8.666/93 e 8.987/95.

Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis e Legislação Complementar (R\$ 4,00). Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e legislação complementar

Solicite hoje mesmo nosso catálogo!



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Unidade de Apoio III, Praça dos Três Poderes, CEP 70.165-900, Brasília, DF.
Fones: (061) 311-3575/3676/3679. Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

Publicações

Agenda 21 (R\$ 10,00). Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em setembro de 1992.

A Vida do Barão do Rio Branco (R\$ 20,00) – Luís Viana Filho. Obra social, política e diplomática de José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco.

Dados Biográficos dos Presidentes do Senado Federal (R\$ 2,00). Principais fatos da vida administrativa, trabalhos publicados, condecorações, missões no exterior.

Legislação Eleitoral no Brasil (do século XVI a nossos dias) (R\$ 60,00) – Nelson Jobim e Walter Costa Porto (orgs.). Compilação da legislação eleitoral brasileira, desde a época colonial a nossos dias.

Meio Ambiente – Legislação (R\$ 20,00). Dispositivos constitucionais, atos internacionais, Código Florestal, Código de Mineração, legislação federal e índice temático.

Coleção Memória Brasileira

– **A Constituinte perante a História (R\$ 8,00).** História do sistema constitucional brasileiro, no período de 1822 a 1862. Estudos sobre a Constituinte brasileira de 1823. Coletânea de documentos representativos dos trabalhos legislativos da época.

Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado

– **Teotônio Vilela (R\$ 10,00).** Biografia do Senador da República Teotônio Vilela, seu perfil parlamentar, resumo de suas atividades públicas, discursos e projetos, literatura citada.

Coleção Estudos da Integração (em português e espanhol)

– **Volume 9 (R\$ 3,00).** “O Atributo da Soberania”, de Heber Arbuet Vignali.
– **Volume 10 (R\$ 3,00).** “A Arbitragem nos Países do Mercosul”, de Adriana Noemi Pucci.

Solicite hoje mesmo nosso catálogo!

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,60
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002

gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386-2 PAB SEEP, conta nº 920001-2, Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (061) 224-5450**, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminado:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X – Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN.

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3812 e (061) 311-3803, Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



EDIÇÃO DE HOJE: 72 PÁGINAS